Víctor Kajibanga

A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade

Uma Introdução ao Estudo da Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano



Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC)

Víctor Kajibanga é sociólogo, professor titular na Universidade Agostinho Neto (Angola), investigador no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Portugal) e investigador na Cátedra de História da Sociologia e Teorias Sociológicas Contemporâneas da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov» (Rússia).

É doutorado (Ph. D) em Sociologia (Teorias Sociológicas, Metodologia da Sociologia e História da Sociologia) pela Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov» (Rússia). É diplomado (grau científico de Master [M. A.]) em Sociologia, na especialidade de Teorias Sociológicas Contemporâneas, pela Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov». É doutorado em Sociologia Política (grau científico de Doctor in Philosophy), na especialidade de Sociologia Política Africana, pela Academia V. I. Lénine (Moscovo) e diplomado em Ensino das Ciências Sociais (grau científico de Master [M. A.] em Filosofia), na especialidade de Ensino da Sociologia, Filosofia e Politologia, pela Academia V. I. Lénine (Moscovo).

Seus trabalhos sobre Mário Pinto de Andrade são os seguintes:

- **«A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade. Uma contribuição à leitura sociológica do programa de pesquisa do 2.º volume da obra *Origens do Nacionalismo Africano*»**. Conferência proferida na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, aos 21 de

A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade

Ao Prof. Douglas Wheeler
com estima e consideração
do autor
Victor Kajibanga
26/08/04

Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC)

Rua Cirilo da Conceição e Silva, n.º 7, 2.º andar, Município da Ingombota – *Caixa Postal* n.º 1248; *Telefone*: 331371; *Fax*: 331362; *e-mail*: isna@ebonet.net
Luanda – República de Angola

FICHA TÉCNICA

Autor
Víctor Kajibanga

Título
A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade
Uma Introdução ao Estudo da Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano

Colecção
Estudos e Documentos
Ensaio – n.º 25

Editor
Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC)

Coordenação e Revisão
Virgílio Coelho

Capa
Lapin Setenta

Execução Gráfica
Fotocomposição e Montagem: Ponto Um, Publicidade
Rua Sebastião Desta Vez, n.º 55
Telefone / Fax: 444550 e 449424
Luanda – Angola
Impressão e Acabamentos: Ponto Um, Indústria Gráfica
Rua Sebastião Desta Vez, n.º 55
Telefone / Fax: 444550 e 449424
E-mail: pontoum@ebonet.net
Luanda – Angola

Depósito Legal
N.º 1720 / 00
Tiragem: 1000 exemplares
1.ª Edição: Luanda, 2000

Víctor Kajibanga

A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade

Uma Introdução ao Estudo da Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano

Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC)
2000

Índice

Dedico aos «kotas»:

Francisco Magalhães Paiva «Nvunda»
Mário António
Benigno Vieira Lopes «Ingo»
Pedro Sebastião
Bornito de Sousa

Prefácio

«A vocação própria do intelectual é de situar os problemas essenciais que orientam o público do seu tempo»

in Mário Pinto de Andrade
«Cultura Negro-Africana e Assimilação», p vii.

O Prof. Doutor Víctor Kajibanga honra-nos com esta obra, não só do ponto de vista da interpretação do pensamento sociológico do ensaísta Mário Pinto de Andrade, mas também porque reabilita a memória colectiva dos angolanos, relativamente à vida e obra de um grande patriota, um cientista social de talento e prestígio internacionalmente reconhecidos, cuja leitura constitui, doravante, referência obrigatória, nomeadamente nas questões atinentes à luta de libertação do seu país da opressão colonial.

Poucas são as obras que se consagraram à investigação sistemática sobre o colonialismo português. Ao lado do conformismo sociológico de Mário António Fernandes de Oliveira, Mário Pinto de Andrade coloca-se na tribuna da sociologia das transformações do pensamento político, económico e sociológico angolano e da interpretação dinâmica e revolucionária da sociedade da sua época.

Deste modo, esta obra constitui uma preciosa contribuição para a história do moderno pensamento sociológico em Angola, porque não só situa a época em que os factos ocorreram e os discute na óptica de Mário Pinto de Andrade – o primeiro sociólogo angolano –, como faz com que os angolanos tenham o hábito de se interrogar sobre o movimento da sua própria história recente, levando-os

assim a conhecer o alto valor da identidade dos seus produtores. É por isso que Mário Pinto de Andrade ocupa um lugar de destaque na literatura politológica e sociológica do período da luta pela desmistificação do colonialismo português. A sua obra é, portanto, uma herança cultural que testemunha a força anímica dos povos em luta pela liberdade e emancipação. O autor de *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade* soube abrir ruelas e efectuar o traçado da grande avenida por onde passou a luta contra a opressão da estrutura política e das classes dominantes portuguesas, pela descolonização das colónias africanas de língua portuguesa.

A preocupação pela reabilitação dos conhecimentos endógenos africanos e pela promoção da identidade cultural a partir de obras autênticas timbradas com o selo da angolanidade, parece constituir uma das mais profundas motivações do estilo peculiar deste ensaio, denso em referências invulgares de uma época em que o debate colonial marginalizava e combatia todo o esforço intelectual e político, impregnado do sentimento emancipalista do mundo africano.

Com esta obra, o Prof. Doutor Víctor Kajibanga penetra profundamente no centro da problemática das questões que fizeram de Mário Pinto de Andrade um sacerdote exegético da sociologia das lutas nacionalistas dos povos sob a dominação portuguesa, pela transformação da mística ideológica do luso-tropicalismo em um outro humanismo. O autor trata com rara percepção e rigor a questão dos conceitos e com invulgar erudição as grandes questões que preocupavam as gerações da luta pela emancipação

do continente africano: a ruptura do nacionalismo com o mundo das concepções luso-tropicalistas e, em geral, com o colonialismo; a emergência do moderno nacionalismo africano, passando pela análise de questões inerentes ao pensamento protonacionalista; a problemática da simbiose entre língua(s) e cultura(s) africana(s), indigenato e assimilacionismo, emancipação, identidade e angolanidade. Estes são os temas fundamentais que dominaram a sociologia de Mário Pinto de Andrade como as grandes questões da sua época, que o Professor Kajibanga traz agora com particular realce para a compreensão das gerações emergentes no período pós-independente e de todos aqueles que procuram, de modo avisado, penetrar no labirinto da história do pensamento sociológico angolano.

Neste sentido, *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade* vem preencher uma grande lacuna relativa aos autores nacionais que marcaram uma época, prenhe de enormes sacrifícios e de contradições que são próprias das revoluções emancipalistas, fraquezas e virtudes que ficaram geralmente ignoradas pelo grande público. Com a justeza de princípios que o caracteriza, aliado a um profundo conhecimento dos métodos e metodologia da sociologia dinamista, o Professor Víctor Kajibanga apresenta com profundidade notória uma plêiade de autores que no âmbito da literatura em língua portuguesa se colocaram no centro da problemática das questões emancipalistas do século XX. Trata-se, em minha modesta opinião, de uma literatura e de uma sociologia de construção de um novo pensamento africano, para reabilitação de valores até agora ignorados por muitos de nós.

Víctor Kajibanga pertence à geração de cientistas sociais que se interrogam acerca dos valores do passado recente em busca da compreensão da dinâmica histórica das actuais sociedades, resultantes de lutas emancipalistas, procurando situá-las através do movimento das identidades e das alteridades que as caracterizam. Nesta conformidade, fazer caminhar África com os seus próprios padrões e valores parece constituir, desde o início do protonacionalismo tão bem caracterizado por Mário Pinto de Andrade, a aspiração profunda dos jovens intelectuais da África contemporânea.

A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade é uma obra que pretende render homenagem a Mário Pinto de Andrade, sendo o justo reconhecimento do valor de um patriota e insigne intelectual, figura de proa na historiografia do pensamento sociológico angolano e africano, que deu uma contribuição incomensurável pela causa da libertação de Angola e de outros povos oprimidos e colonizados por Portugal.

Outros pesquisadores seguirão o exemplo do Prof. Doutor Víctor Kajibanga nesta opção de investigação endógena, para a descoberta e afirmação de valores intrinsecamente africanos, nas savanas e florestas do nosso vasto continente ainda impenetráveis.

Professor Lucas Ngonda
Sociólogo e docente universitário

Introdução

«Fazer da cultura a tradução mais acabada do grau de maturidade do ser social pressupõe que os diferentes actores implicados nas mutações estejam à altura e em condições de exigir o direito e o dever de reflectir, de criticar e de procurar os meios necessários ao domínio dos processos que conduzem à materialização das opções sociais.

Mas toda a opção apenas tal se torna em função da liberdade que implica e exige. É, pois, o resultado de encontro de consciências plurais e de aparentes necessidades diversas. Então, saber privilegiar no leque de possibilidades aquela ou aquelas que farão de uma opção mais do que uma utopia, uma realidade, implica um conhecimento diferente, qualificável: cultural»

in Mario Pinto de Andrade,
«Identidade, Poder Cultural e Democracia», p. 48.

Na segunda metade do século XX, duas grandes personalidades marcaram de forma significativa a vida intelectual e o pensamento social angolano: Mário Coelho Pinto de Andrade (1928-1990) e Mário António Fernandes de Oliveira (1934-1989)[1]. Estes dois ensaístas inauguraram (o primeiro a partir da década de 1950 e o segundo a partir dos anos 60) as duas grandes escolas do pensamento

---

1 Sobre a biografia de Mário Pinto de Andrade, ver anexo I desta obra, pp. 181-207. Mário António Fernandes de Oliveira (também se identifica em muitos escritos como Mário António), nasceu em Maquela do Zombo, na actual província angolana do Uije em 5 de Abril de 1934 e faleceu no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, Portugal, em 7 de Fevereiro de 1989. Poeta, escritor, ensaísta, historiador e professor universitário, publicou diversos ensaios, dentre os quais se destacam os seguintes: *A Sociedade Angolana do Fim do Século e um seu Escritor* [1961], *Colaborações Angolanas no «Almanaque de Lembranças 1851-1900»* [1966], *Luanda «Ilha» Crioula* [1968], *O Primeiro Livro de Poemas Publicado na África Portuguesa* [1970], *Para uma Perspectiva Crioula da Literatura Angolana: «O Repositório das Coisas Angolanses» de Joaquim Dias Cordeiro da Matta* [1974], *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-1851)* [1981], *A Formação da Literatura Angolana (1850-1950)*, tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa [1987], *Reler África* [1990].

social angolano contemporâneo – a tradição sociocultural do saber endógeno e a tradição exógena ou tendência da crioulidade[2]. Tratam-se, pois, de duas grelhas metodológicas que continuam, ainda hoje, a influenciar as reflexões teóricas de e sobre Angola.

Por isso, este ensaio que dedico a Mário Pinto de Andrade, fundador da sociologia angolana, é igualmente uma homenagem a Mário António Fernandes de Oliveira, ensaísta e pensador social da mesma craveira e transcendência intelectual. Presto esta homenagem a esses dois ilustres ensaístas angolanos na esperança de um dia vê-los completamente reabilitados do ponto de vista académico e do nacionalismo, em nome da verdade histórica e da grandeza intelectual.

Se em relação a Mário António Fernandes de Oliveira quase nada tem sido feito com vista à «reabilitação» do seu nome, já em relação a Mário Pinto de Andrade têm sido dados alguns passos tímidos. No ano de 1997 ocorreram dois factos dignos de registo: em primeiro lugar, a institucionalização, no mês de Agosto, pelo então Ministério da Cultura da República de Angola, através do seu Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), do Prémio Mário Pinto de Andrade – Ensaio, «em homenagem póstuma ao nacionalista, intelectual e grande ensaísta angolano» [INALD, 1997]; e, em segundo lugar, a publicação póstuma de duas obras de Mário Pinto de

---

[2] O texto fundador desta segunda tendência, é o livro de Mário António, *Luanda «Ilha» Crioula*, publicado em 1968.

Andrade[3] e o seu consequente impacto na vida política e cultural dos Estados africanos de língua oficial portuguesa. Tratam-se de dois factos que testemunham o reconhecimento do elevado prestígio de Mário Pinto de Andrade, um dos mais brilhantes intelectuais de Angola e dos seus mais ilustres filhos.

Este trabalho, que responde ao desafio lançado pelo INALD em Agosto de 1997, pretende ser uma modesta contribuição ao esforço comum de reabilitação da identidade histórica angolana e de reconstituição da galeria das mais ilustres personalidades desta terra, na qual Mário Pinto de Andrade ocupa, indiscutivelmente, um dos lugares cimeiros. É também, entre nós, uma primeira tentativa e uma contribuição introdutória ao estudo de alguns aspectos sociológicos da obra de Mário Pinto de Andrade, projecto que pretendo continuar com a conclusão da ora iniciada pesquisa bibliográfica sobre o *pensamento sociológico de Mário Pinto de Andrade.*

Para realização deste desiderato, parto de dois pressupostos que tento justificar ao longo das páginas dos seis capítulos que compõem o presente trabalho. Em primeiro lugar, considero que Mário Pinto de Andrade já era sociólogo antes de estudar sociologia. Em segundo lugar, postulo a tese segundo a qual, em Mário Pinto de Andrade, a

---

[3] Tratam-se de dois livros de Mário Pinto de Andrade publicados em 1997: *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta Contra a Dominação Colonial: 1911-1961* e *Mário Pinto de Andrade. Uma Entrevista dada a Michel Laban.*

racionalidade sociológica é o quadro de referência metodológica que preside a todas as suas reflexões teóricas. É, por assim dizer, a alma da sua ensaística (marcadamente sociológica), reflectida na sua vasta e diversificada produção intelectual, que toca os mais diversos domínios do saber humano e social: sociologia, história, economia, antropologia, arqueologia, politologia, geografia humana, linguística e estudos literários.

No primeiro capítulo, intitulado «*Aspectos da sociologia da cultura e da literatura*», falo sobre a contribuição de Mário Pinto de Andrade no tratamento sociológico da civilização, cultura, linguística e literaturas africanas. Parto do conceito sociológico de *facto social* no entendimento destes fenómenos e do conceito sociológico de *quadros sociais* na caracterização da literatura como fenómeno social e produto do imaginário social auferido das práticas sociais das sociedades orais africanas.

No segundo capítulo, «*Sociologia da situação colonial*», abordo a concepção sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre as implicações políticas e socioeconómicas da colonização, na vida das populações colonizadas.

No terceiro capítulo, «*Elementos de uma sociologia das relações raciais*», falo da concepção do sociólogo angolano sobre o preconceito racial e a miscigenação, da sua crítica à ideologia do lusotropicalismo e da dimensão sociológica do seu conceito de angolanidade.

O quarto capítulo, «*Sociologia do protonacionalismo africano*», trata da abordagem histórico-sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre «as organizações unitárias que no período referenciado (1911-1961) se afirmaram

como porta-vozes das aspirações dos povos indígenas das colónias portuguesas» [Andrade, 1997a: 13] .

O quinto capítulo, «*Da libertação nacional à libertação social e cultural*», é dedicado à contribuição de Mário Pinto de Andrade ao desenvolvimento da sociologia da revolução.

No último capítulo, «*Significado histórico-sociológico da ensaística de Mário Pinto de Andrade*», falo da actualidade, pertinência e significado histórico da herança intelectual do primeiro sociólogo angolano.

No anexo I, intitulado «*Mário Pinto de Andrade. Elementos para uma construção biográfica do seu retrato social e intelectual*», traço à luz de uma periodização possível (e por isso provisória) algumas pistas da sua biografia intelectual e política. Faço referência aos acontecimentos sociais mais significativos do seu percurso biográfico e nomeio os seus trabalhos mais importantes, em cada período referenciado.

No anexo II, «*Bibliografia de Mário Pinto de Andrade*», apresento uma relação dos seus trabalhos mais conhecidos, publicados em livros, revistas ou jornais nacionais ou estrangeiros, sobretudo dos trabalhos publicados no estrangeiro. Devo dizer que o objectivo deste anexo consiste na fixação de uma relação bibliográfica [4] que permitia estabelecer uma visão de conjunto sobre a grandeza e a dimensão pluridisciplinar da sua obra. A bibliografia

---

[4] A primeira relação bibliográfica sistematizada sobre a obra de Mário Pinto de Andrade, foi constituída por ele próprio. Essa relação bibliográfica consta do projecto de uma obra, que não chegou a publicar, intitulada *Raízes Culturais do Nacionalismo Angolano (1950-1960)*.

constante dessa relação não foi toda citada. No presente estudo, optámos por referenciar os trabalhos tributários de um saber sociológico endógeno.

Não gostaria de terminar esta nota introdutória sem dirigir uma palavra de agradecimento às muitas pessoas amigas que me ofereceram livros, artigos e outros textos de e sobre Mário Pinto de Andrade. É a todos eles – Joaquim Pinto de Andrade, Laurinda Hoygaard, Lucília Miranda, Vicente Pinto de Andrade, Norberto Costa, José Luís Mendonça, Mário Fresta, Wanda Freire, Abílio Fernandes, Alexandra Aparício, Júlio Mendes Lopes, Virgílio Coelho – que dirijo os meus agradecimentos. Uma palavra de apreço é especialmente dirigida ao meu amigo e colega, Paulo de Carvalho, pela disponibilidade para ler e criticar este trabalho. Finalmente, expresso a minha gratidão à minha família, pela paciência, compreensão e apoio que deles sempre recebi. A todos, aqui fica registada a minha eterna gratidão.

Capítulo I

Aspectos da Sociologia da Cultura e da Literatura

«A cultura compreende tudo o que é socialmente herdado ou transmitido, o seu domínio engloba uma série de factos dos mais diferentes: crenças, conhecimentos, literatura (muitas vezes tão rica, então sob a forma oral, entre os povos sem escrita) são elementos culturais do mesmo modo que a linguagem ou qualquer outro sistema de símbolos (emblemas religiosos, por exemplo) que é o seu veículo, regras de parentesco, sistemas de educação, formas de governo e todos os outros modos segundo os quais se ordenam as relações sociais são igualmente culturais; gestos, atitudes do corpo, até mesmo as expressões do rosto, provêm da cultura, sendo em larga escala coisas socialmente adquiridas, por via da educação ou da imitação; tipos de habitação ou de vestuário, instrumentos de trabalho, objectos de trabalho, objectos fabricados e objectos de arte, sempre tradicionais, pelo menos em algum grau – representam, entre outros elementos, a cultura sob o seu objecto material»

in Mário Pinto de Andrade
Do Preconceito Racial e da Miscigenação [inédito].

A civilização, a cultura, a língua e a literatura são os domínios que maior desenvolvimento receberam na ensaística do primeiro sociólogo angolano, Mário Pinto de Andrade. O seu imaginário sociológico, que se consolidou ainda em Lisboa, deveu-se sobretudo ao facto de, muito cedo, Mário Pinto de Andrade ter começado a encarar a cultura como fundamento da sociedade. Aliás, a coerência da tradição sociológica endógena, de que entre nós ele é fundador, releva da importância que ele atribui aos problemas culturais na análise dos problemas sociais e vice-versa.

Assim, neste capítulo falo da contribuição de Mário de Andrade à abordagem sociológica dos aspectos da civilização, cultura, língua e literatura – domínios que, de resto, podem ser inseridos num *corpus* mais vasto, o da chamada sociologia das obras de civilização, emprestando um termo do primeiro professor de sociologia de Mário Pinto de Andrade, Georges Gurvitch (1894-1965)[5]. Aqui, trato

[5] O termo *sociologia das obras de civilização* foi pela primeira vez utilizado por Georges Gurvitch, no segundo volume do seu *Tratado de Sociologia* [1977]. Para este sociólogo, a sociologia das obras de civilização subentende os seguintes domínios do saber sociológico: sociologia das religiões, sociologia do conhecimento, sociologia da vida moral, sociologia do direito, sociologia criminal, psicossociologia, sociologia da linguagem, sociologia da arte, sociologia da literatura e os aspectos sociológicos da psicologia social e da personalidade, da etnologia e da psicanálise.

apenas as questões específicas que dizem respeito à contribuição de Mário de Andrade ao tratamento sociológico dos problemas da civilização, cultura e literatura negro-africanas, nesta última categoria com maior ênfase à poesia negro-africana de expressão portuguesa.

1.1 – Elementos da sociologia da cultura e da linguística africanas

A maior parte dos primeiros trabalhos e intervenções públicas de Mário de Andrade, inscrevem-se no âmbito dos problemas sociológicos da cultura e da linguística. Refiro-me aos artigos dispersos sobre «*O Folclore na cultura bantu*» [1950b], «*A imprensa angolana e a nossa cultura*» [1951a], as «*Questões de linguística bantu*» [1951-1952a], «*O problema linguístico-negro africano*» [1953b], «*Exotismo e folclore*» [1953e], assim como às suas palestras sobre os temas: «*A expressão do Kimbundu*», proferida na Casa dos Estudantes do Império (Abril de 1950); «*História das civilizações em África: o passado ante-europeu*», intervenção no Centro de Estudos Africanos, a 16 de Dezembro de 1951; «*Do preconceito racial e da miscegenação*», intervenção no Centro de Estudos Africanos, a 16 de Março de 1952; e «Como se exprime o negro», intervenção no Centro de Estudos Africanos, em 1952.

Os fundamentos metodológicos da visão sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre a cultura foram formulados, pela primeira vez, em Março de 1952, numa célebre pales-

tra sobre o tema «Do preconceito racial e da miscigenação», proferida no Centro de Estudos Africanos, em Lisboa. Aqui, o ensaísta angolano apresentou, à luz dos estudos sociológicos e antropológicos contemporâneos, o seu conceito de cultura, que servirá de base metodológica de todo o seu pensamento sociológico.

Mário de Andrade define o conceito de cultura em duas dimensões, nomeadamente, uma dimensão intencional e outra, extencional[6]. Para o sociólogo angolano, «*a cultura compreende tudo o que é socialmente herdado ou transmitido, o seu domínio engloba uma série de factos dos mais diferentes: crenças, conhecimentos, literatura (muitas vezes tão rica, então sob a forma oral, entre os povos sem escrita) são elementos culturais do mesmo modo que a linguagem ou qualquer outro sistema de símbolos (emblemas religiosos, por exemplo) que é o seu veículo, regras de parentesco, sistemas de educação, formas de governo e todos os outros modos segundo os quais se ordenam as relações sociais são igualmente culturais; gestos, atitudes do*

---

[6] Sir Edward B. Tylor foi um dos primeiros autores a formular, na sua obra *Primitive Culture* [1871: 4], o conceito de cultura. Para Tylor, «*cultura* [...] *é todo o complexo de conhecimento, crenças, arte, moral, lei, costumes e todas as outras capacidades, hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade*». Esta definição influenciou, significativamente, até o primeiro quartel do nosso século, as perspectivas antropológicas e sociológicas sobre a cultura. Outros conceitos de cultura que se tornaram clássicos, são os de Alfred Kroeber [1945], Bronislaw Malinowski [1962], Clifford Geertz [1978], Franz Boas [1938], Leslie White [1960], Melville J. Herskovits [1948], Ralph Linton [1967] e Robert Redfield [1949].

corpo, até mesmo as expressões do rosto, provêm da cultura, sendo em larga escala coisas socialmente adquiridas, por via da educação ou da imitação; tipos de habitação ou de vestuário, instrumentos de trabalho, objectos de trabalho, objectos fabricados e objectos de arte, sempre tradicionais, pelo menos em algum grau – representam, entre outros elementos, a cultura sob o seu objecto material» [1952a: 3]. No mesmo lugar, o autor acrescenta que a cultura não deve ser reduzida «*ao que se entende na linguagem corrente quando se diz duma pessoa que ela é "culta" (isto é, provida de uma soma mais ou menos rica e variada de conhecimentos nos principais ramos das artes, das letras e das ciências, tal como foram constituídas no Ocidente), longe de se identificar com esta "Cultura" de prestígio que não é senão a florescência dum vasto conjunto pelo qual ela está condicionada e de que não é senão a expressão fragmentária, a cultura deve pois ser concebida como compreendendo na verdade, todo este conjunto coerente de ideais, de mecanismos, de instituições e de objectos que orientam – explicita ou implicitamente – a conduta dos membros dum grupo dado*» [1952a: 3].

Esta longa definição, parte de uma compreensão simultaneamente sociológica e antropológica de cultura. O ponto de partida da cultura é o homem, sendo este um ser social dotado de cultura. Neste conceito, o sociólogo angolano analisa a cultura sob uma perspectiva multidimensional, considerando os seus elementos cognoscitivos (ideias e abstracções) e os elementos estruturais (tais como as crenças, valores, normas, signos e comportamento). Para Mário de Andrade, a cultura é um facto social, cujo

sujeito-criador é o homem. «*Tudo é obra do homem*» – afirma o ensaísta angolano no seu já citado célebre informe sobre o preconceito racial e a miscegenação. O sociólogo angolano entende a cultura como um fenómeno social total e atribui ao homem (agente social) o papel central na produção e difusão da cultura.

Na sociologia, o conceito de *facto social* foi pela primeira vez usado pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1858--1917). Portanto, a sua utilização constante no já citado texto de Mário de Andrade de 1952, revela-nos três aspectos importantes para o entendimento dos princípios metodológicos que norteiam a sua imaginação sociológica: em primeiro lugar, o conhecimento das obras de Émile Durkheim e dos sociólogos da chamada escola durkheimiana, uma das mais importantes escolas da sociologia francesa; em segundo lugar, a assunção de uma posição epistemológica, que pode ser filiada, embora com algumas reservas, na chamada concepção objectivista (durkheimiana) de acção social, que postula o *facto social* como «*toda a maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão da sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter*» [Durkheim, 1995: 39]; em terceiro lugar, a adopção da concepção durkheimiana sobre as *regras do método sociológico*, que consiste, primordialmente, no tratamento dos factos sociais como coisas [idem, 1995]. De resto, no texto em referência, o nosso sociólogo privilegia a análise dos fenómenos sociais (tais como civilização, cultura, língua, literatura, racismo e outros) como factos sociais, isto é, como coisas.

Por outro lado, há na concepção sociológica de Mário Pinto de Andrade sobre a cultura, uma tentativa de reconciliar duas posturas teóricas diametralmente opostas: o objectivismo sociológico de Durkheim e o relativismo cultural[7] de Franz Boas[8]. Assim, quando critica as posições eurocêntricas, que postulavam teses segundo as quais «*as civilizações que floresceram na África Negra antes do colonialismo Europeu, eram civilizações tecnicamente atrasadas*», ele contrapõe indo buscar os seus argumentos em Franz Boas: «*A história da humanidade* – diz Mário Pinto de Andrade citando Boas – *prova que os progressos da cultura dependem das ocasiões oferecidas a um grupo dado, de aproveitar um ensinamento da experiência dos seus vizinhos. As descobertas de um grupo estendem-se a outros grupos e quanto mais variados são os contactos, maiores são as ocasiões de aprender. As tribos cuja cultura é a mais simples, são no conjunto, aquelas que foram isoladas durante períodos muito longos, de modo que elas não*

---

[7] O termo é aqui tomado no sentido em que o significado e o valor de um traço cultural devem ser julgados, tendo em atenção o contexto cultural que lhes é próprio. Por outras palavras, cada cultura deve ser encarada como portadora da sua própria validade e coerência, e não a partir dos critérios dominantes daquela cultura que nos é mais familiar. Sobre este assunto, ver também Lakatos [1990: 132-133].

[8] Franz Boas (1838-1942), antropólogo americano de origem alemã, foi mestre do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, na Universidade de Colúmbia. Foi de Franz Boas que Gilberto Freyre recebeu o maior incentivo na conclusão da sua obra *Casa Grande e Senzala.– Função da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal* [1933].

puderam aproveitar o que os seus vizinhos tinham conquistado em matéria de cultura» [Andrade, 1952a: 5].

No mesmo texto, Mário Pinto de Andrade abraça dois outros postulados teóricos do relativismo cultural. O jovem ensaísta angolano, considerava então que «*as culturas não podem ser hierarquizadas. Não há culturas superiores nem inferiores. Quase todas têm os seus pontos altos e baixos*» [1952a: 5]. Portanto, o sociólogo angolano não subscreve a ideia sobre a superioridade e /ou inferioridade de culturas; do mesmo modo, na senda do relativismo metodológico, rejeita os pressupostos de valores e normas absolutos.

Outra tentativa de associar as perspectivas objectivista e relativista, é ensaiada por Mário de Andrade na análise dicotómica que faz sobre a relação da língua enquanto facto social, com o sistema de hierarquia sociocultural. Na sua perspectiva, «a *língua, instrumento e condição de pensamento, facto social, não pode servir para estabelecer uma hierarquia entre as culturas*» [1952a: 5]. Ele estabelece uma comparação entre as literaturas orais das línguas bantu com as literaturas nas línguas europeias. Conclui dizendo que «*as línguas bantu consideradas pelos europeus como selvagens ou não civilizadas, possuem uma estrutura morfológica muito mais rica e variada que os idiomas dos génios do Ocidente. As fábulas do folclore (negro-africano), em nada ficam a dever às de Esopo ou de la Fontaine*» [1952a: 5].

Já atrás dissemos que Mário de Andrade via a língua como um facto social. É a velha questão do estudo sociológico das relações entre o instrumento da linguagem articulada, a língua e a sociedade que a fala [cf. Granai, 1977;

Carvalho, 1991]. É um ponto de partida sociológico na compreensão da linguagem como um fenómeno da existência social. Este tema mereceu destaque nos já referidos trabalhos de Mário de Andrade: «*A expressão do Kimbundu*» [1950a], «*Questões de linguística banto*» [1951-1952a] e «*O problema linguístico negro africano (Esquema)*» [1953b]. Na mesma linha de pensamento, o estudioso angolano trabalhou no alargamento da *Kimbundu Grammar* de Héli Chatelain e ensaiou estudos sobre a estrutura da língua kimbundu, em estreita conexão com o estudo da tradição oral e do folclore [cf. 1997b: 93].

No artigo «*Questões de linguística "bantu". Da posição do "kimbundu" nas línguas de Angola*», escrito em Fevereiro de 1950 e publicado na revista *Mensagem* [1951-1952a], Mário de Andrade levanta o problema da importância das línguas (as línguas bantu, sobretudo o kimbundu), para o estudo e conhecimento da geografia humana de Angola.

Neste sentido, ele faz um estudo crítico das obras até então publicadas no domínio da linguística bantu e polemiza com dois estudiosos da linguística bantu, nomeadamente J. Torrend, autor do livro *Comparative Grammar of South-African Bantu Languages* e Drexel, autor da *Carta linguística de África.* Também critica a visão exótica das línguas e das sociedades africanas presentes nas obras de Renato de Mendonça (*A Influência Africana no Português do Brasil),* de Alfredo Trombetti (*Elementi di Glottologia), de* Bernardo Maria Cannecattim (*Colecção de Observações Gramaticais sobre a Língua Bunda ou Angolense e Dicionário abreviado da Língua Conguesa* [1805 e 1819]) e

de Saturnino de Sousa e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina (*Elementos Gramaticais da «língua mbundu»*).

Por outro lado, o ensaísta angolano saúda Héli Chatelain, autor de *Cartilha Racional para se Aprender a Ler o Kimbundu ou Língua Angolense* [1892], Joaquim Dias Cordeiro da Matta e António de Assis Júnior, este último autor do *Dicionário Kimbundu-Português*. Estes três autores apresentam uma visão sociocultural endógena sobre a língua kimbundu e a sociedade que a fala. Para Mário Pinto de Andrade, Héli Chatelain é um autor insuspeito, enquanto que Cordeiro da Matta é o «quimbundista» mais autorizado do seu tempo [cf. Andrade, 1951-1952a: 31].

A polémica levantada com autores como Torrend, Drexel e outros, tem por base três aspectos. O primeiro consiste na confusão em relação à designação das línguas e dos povos de Angola. O jovem ensaísta angolano critica J. Torrend pela «*confusão de nomes dos povos «Ambundu» e da sua principal língua*» [1951-1952a: 6]. Torrend atribuía à palavra «*A-mbundu*» ou «*A-mbunda*» dois sentidos etimológicos. No primeiro caso, o significado de «os invasores» e, no segundo caso, o sentido de «*atrás*», «*costas*», «*back*», ou «ocidente». Outro ainda, o padre capuchinho Bernardo Maria de Cannecattim, atribui à «*língua bunda*» o sentido etimológico de «batedor», relacionando-o, segundo Mário Pinto de Andrade, com o verbo *ku-bunda*, que significa «*bater*» [1951-1952a: 31]. Mário Pinto de Andrade classifica as posições do padre capuchinho de categóricas e fantasistas, portanto, não merecedoras de crédito. Segundo o nosso sociólogo e historiador, Cannecattim «*esboçou* [...] *confusamente, a história das origens da língua em questão*

[...], *começa por a denominar mal: "Língua bunda"»* [1951-1952a: 31]. E conclui a sua crítica a Cannecattim, dizendo que ele se perdera «*nas observações latinas que nada têm a ver com o kimbundu*» [1951-1952a: 31].

O segundo aspecto da polémica, está relacionado com a questão da moderna ortografia do kimbundu. Mário Pinto de Andrade questiona as regras de grafia latina utilizadas na escrita do kimbundu. O estudioso angolano refere-se ao livro *Arte da Língua de Angola*, do Padre Pedro Dias, escrito em 1697. O autor, um padre da Companhia de Jesus, pretende nesta obra aplicar o que ele chama de «*regras gerais que pertencem a todas as línguas e que se podem acomodar às do quimbundu*» [citado por Andrade, 1951-1952a: 31]. Para Mário de Andrade, trata-se da primeira tentativa de estudar gramaticalmente o kimbundu, com iniciação às regras de sintaxe, «*curiosa pela insistência de citações da gramática latina*» [Andrade: 1951-1952a: 31].

A última questão que estrutura essa polémica, é a imprecisão na classificação etno-linguística e na distribuição etnográfica dos povos de Angola[9]. Segundo Mário de Andrade, em Torrend, a classificação dos povos de Angola inclui apenas seis comunidades humanas: «*(i) Angola proper in the district of St. Paul de Loanda, (ii) Angola cluster mbamba; (iii) Mbangala, at Kassanje, (iv) Sertão, at Ambaka, (v) Lower Congo, or Fiote, at and round S. Salvador, e (vi) Lunda, between the Upper Kassai and*

---

[9] O critério linguístico continua a servir, ainda nos nossos dias, de base metodológica de classificação das áreas socioculturais, das sociedades e comunidades étnicas de Angola.

Upper Luluba». Na mesma esteira, critica também a classificação de Alfredo Trombetti, que apresenta uma visão numérica do mosaico étnico de Angola com os seguintes povos: «*3 grupos Mbundu sud, 4 Kwango o Mbunda, 5 grupos Angola, 7 Loango ou Fiote, 8 Buma, 9 Lunda, e 10 grupos Luba*» (sic) [citado por Andrade, 1951-1952a: 5, 31, 32, 38].

O principal motivo das insuficiências consiste, segundo Mário Pinto de Andrade, na ausência de trabalhos históricos. Esta acarreta, por sua vez, as insuficiências referidas no parágrafo supra. Passo a citar o resumo feito por Mário Pinto de Andrade sobre o assunto: «*Passando a examinar os trabalhos especializados em que se fala da "língua de Angola" ou declaradamente do "Kimbundu" verificamos a inexistência de gramáticas históricas, pois a maior parte do que está feito neste campo, dirige-se apenas ao conhecimento prático de umas regras elementares, muitas vezes mal expostas. Nem sequer uma pequena alusão histórica. Muitos dizem vagamente onde se fala a língua e alguns aventam hipóteses de relações do Kimbundu com as línguas clássicas e semíticas. Ora, se de facto há um interesse imediato na elaboração destas gramáticas, não é destituída de razão a defesa da língua, da sua história e, pelo menos, uma localização dos pontos onde ela se fala, dos dialectos que compreende e das relações com as línguas que a rodeiam*» [1951-1952a: 6].

Mário Pinto de Andrade saúda Héli Chatelain, o primeiro a desvendar os segredos do kimbundu e a «*mostrar toda a vernaculidade dos termos próprios do povo que fala (ambundu) uma língua (kimbundu)*» [1951-1952a: 38]. O

mérito do insuspeito autor, benemérito filólogo e folclorista (é esta a caracterização que Mário Pinto de Andrade faz de Chatelain), reside em vários factores. Primeiro, por ter definido correcta e historicamente a palavra *kimbundu* como língua e ter estabelecido a sua distinção das línguas kikoongo e umbundu. Mário Pinto de Andrade, citando Chatelain, adianta que o kimbundu é falado pelos Dembos, Angolas, Mahungos, Jingas, Holos, Bundos, Bângalas, Quissamas, Libolos, Quibalas, Songos, Mussendes e Acos [1951-1952a: 32]. Em segundo lugar, por Chatelain ter subscrito muitas posições de Cordeiro da Matta, autor do primeiro *Ensaio de Dicionário Kimbundu-Português*. Em terceiro lugar, por ter feito um estudo empírico do folclore e reunido fábulas africanas e poesia tradicional. Finalmente, por ter feito, com base no estudo das línguas, uma divisão etnossociológica dos povos de Angola. Em relação a esta problemática, Mário Pinto de Andrade é peremptório: «*Quanto à divisão etnográfica, dentro da sua época, não sei de outra mais completa. Os limites dos distritos nessa divisão coincidem até certo ponto com os das nações, que constituem a população nativa da Província. Assim, a nação do Congo ocupava a maior parte do distrito do Congo e envolvia a parte norte do de Luanda, ocupada pela nação de Angola (A-mbundu), nome extensivo a toda a Província. O distrito de Benguela era ocupado pelos Ovi-mbundu, embora muitos tivessem afinidades com os parentes Ova-Herero e Ova-Ndonga. Os Além-Kwango ainda não estavam localizados pelas autoridades portuguesas. Depois, faz a relação das tribos da nação Congo incluídas em Angola, as tribos de Angola ou*

nação dos A-mbundu e nota outras de Amboim, do Novo Redondo e interior de Quibala, os do Bié, do Sudeste de Angola, do Alto Zambeze, e finalmente os do baixo Cubango (Ma-mbunda). Esta divisão corresponde à divisão em línguas e dialectos» [Andrade, 1951-1952a: 32].

Como se pode ver desta longa citação, as preocupações linguísticas de Mário Pinto de Andrade têm uma finalidade sociológica, ou seja, a do estudo das nações étnicas. Para realização desse desiderato de reflexão sociocultural, Mário de Andrade empreendeu um estudo sistemático do kimbundu: fez um levantamento bibliográfico de tudo o que se relacionava com as línguas de Angola [cf. 1997b: 91-95]. Realizou, concomitantemente, estudos com vista à reformulação do kimbundu e à construção de uma morfologia do kimbundu. Este trabalho, que não foi concluído, culminaria com a reclassificação etnossociológica das comunidades étnicas de Angola, em particular das comunidades que integram o povo Ambundu [10].

---

[10] Algumas pesquisas recentes, realizadas por investigadores africanos, apresentam uma nova proposta de classificação das comunidades locais do espaço sociocultural Ambundu. O teólogo angolano José Quipungo [1987: 56], por exemplo, na sua obra *Teologia e Cultura Africana no Contexto Sócio-político de Angola,* enumera catorze comunidades «locais» no seio do povo Ambundu: Jindembu, Mahungu, Tulandula, Jinginga, Jingola, Maholo, Mbondo, Imbangala, Isama, Malubolo, Masongo, Mahako, Ibala e Misende (sic.). Já o historiador congolês Théophile Obenga [1985: 24-25], nomeia doze comunidades: Kimbundu (Mbundu), Ngola, Ndongo, Mbaka, Njinga, Mbangala, Ndembu, Sama (Kissama), Bolo (Libolo), Holo (Holu), Tembo e Shinji.

Embora inacabado, temos de reconhecer, porém, que o trabalho teórico e empírico empreendido por Mário Pinto de Andrade, confirmava as suas primeiras teses sobre o nexo existente entre a língua e a sociedade que a fala, a problemática da língua kimbundu – lançada em Abril de 1950, numa conferência sobre o tema «*A expressão do kimbundu*», proferida na Casa dos Estudantes do Império. De resto, neste texto paradigmático, Mário de Andrade atribuía «*ao kimbundu o estatuto de língua que tinha uma estrutura linguística que poucos conheciam e*

Temos que reconhecer que os esboços de classificação que aqui são apresentados, não se afastam muito dos levantamentos do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), cujos trabalhos terão sido conduzidos desde inícios dos anos sessenta pelo etnólogo luso Carlos Lopes Cardoso. Esses materiais sobre a «classificação étnica de Angola» estavam baseados tanto em Héli Chatelain [1894; 1964]; como nas compilações do Curador de Negócios Indígenas da colónia de Angola, José de Oliveira Ferraz Diniz [1915; 1918] e nos estudos do etnólogo José Redinha [1962; 1974; 1975]. Até conhecimento em contrário, o levantamento do Dr. Lopes Cardoso não chegou a ser publicado, embora o mesmo tenha circulado na forma stencilada. Quando Mesquitela Lima tomou conta da Divisão de Etnologia e Etnografia do IICA, publicou esse mesmo levantamento introduzindo-lhe algumas mudanças, pouco substanciais para o que nos interessa [cf. Lima, 1964].

Devo dizer, que na primeira fase dos estudos que realizou em França, nomeadamente nos seus trabalhos académicos de graduação e mestrado, o antropólogo angolano Virgílio Coelho utilizou também sem lhes introduzir quaisquer mudanças essas mesmas «classificações étnicas» e «teminologias». Porém em estudos posteriores [cf. Coelho, no prelo], este investigador põe em causa a terminologia «Ambundu», enquanto designação do grupo em questão, considerando-a um grave

que tinha uma literatura» [1997b: 93; 1951-1952a; 1950a], que devia ser estudada tendo em conta a sociedade do seu enraizamento.

1.2 – A construção da sociologia da literatura africana

Como sociólogo e historiador Mário Pinto de Andrade foi um dos primeiros divulgadores da literatura negro-afri-

---

erro, já que nem sequer as populações concernidas o utilizam enquanto designativo de grupo. Na verdade, o termo «Ambundu» (singular: «Mumbundu»), designa «negros», e não é aquele que é sugerido pela autoconsciência dessas populações. Trata-se, pois, da mais antiga elaboração da noção de «grupo étnico» ou de «povo», forjada pelos portugueses (foi utilizada pela primeira vez em 1594), para designar um vasto conjunto de populações que falam uma mesma língua, o kimbundu. Quando essas populações querem expressar o acto de pertença ao «povo» ou a «comunidade» a que estão vinculadas, utilizam o designativo «Akwa» (singular: «Mukwa»), isto é, «os de», «os pertencentes a», para designar tanto o povo como a língua que falam. Segundo ainda Virgílio Coelho, a integração de algumas «famílias» ou comunidades «locais», por alguns dos etnólogos citados, no seio de uma grande comunidade nacional, a Akwakimbundu (ou Kimbundu), apresenta-se-nos extremamente complicada. Por isso, este antropólogo sugere uma revisão urgente desta como até de outras designações das comunidades étnicas de Angola, através do lançamento de amplas campanhas de campo, fazendo intervir equipas pluri- e transdisciplinares (integrando especialistas de geografia étnica, antropólogos, historiadores e linguistas, sobretudo), nomeadamente ali onde a «classificação» se afigura bastante problemática, como são os casos das comunidades «locais»

cana de expressão portuguesa. Ele notabilizou-se pela construção de um quadro de referência da sociologia da literatura negro-africana, sistematizando estudos sobre poesia, romance, teatro, ensaio e crítica literária. Estes aspectos, que representam o domínio que maior atenção mereceu na actividade intelectual de Mário de Andrade, foram desenvolvidos nas diversas antologias de poesia africana de expressão portuguesa [1979a, 1976a, 1969a, 1968c, 1967a, 1961a, 1961e, 1958a, 1953a] e em diversos textos crítico-literários e ensaísticos [1995b, 1995a, 1982a,

---

Imbangala, Maholo, Mahungo, Masongo, Maxinji e Minungu (seguindo a classificação de Redinha, aliás a última que foi reproduzida [cf. Redinha, 1974; 1975], pouco antes da proclamação da independência nacional de Angola). Sugere, entretanto, que a metodologia de análise que os analistas poderiam ter em conta para «classificar» tais comunidades, deveriam passar, necessariamente, pela articulação de dados da história antiga (veiculada pelas tradições orais), a lembrança sobre o antepassado fundador da comunidade, os sistemas de classificação utilizados no interior do próprio grupo, o lugar de origem e os percursos migratórios, a estruturação política e a territorialidade, a religião, a organização social, o grau de memorização sobre o passado e o presente da comunidade, e, sobretudo, os processos políticos de integração e desintegração da comunidade.

Assim, as divergências nas designações e na determinação numérica das comunidades que integram o espaço sociocultural Akwakimbundu (ou Kimbundu), revelam uma certa incoerência do critério linguístico como pressuposto classificatório das etnias e das fronteiras étnicas em Angola. Urge, portanto, incorporar nesse tipo de estudos princípios metodológicos de outras disciplinas das ciências humanas e sociais, dentre as quais a linguística, a geografia humana, a história, a antropologia, a sociologia e as chamadas etnociências.

1977d, 1977c, 1971b, 1967b, 1968c, 1958b, 1954c, 1954b, 1954a, 1955e, 1955a, 1953d, 1953c, 1953b, 1951d, 1951b].

Neste *item*, presto maior atenção ao seu contributo ao estudo dos aspectos sociológicos da poesia negro-africana, expressos nas introduções às antologias de 1953, 1958, 1967, 1968, 1976, 1979 e nos textos ensaísticos sobre a literatura-negro africana[11]. Também abordo a sua contribuição para a construção sociológica das antologias poéticas e para a percepção sociológica da linguagem da moderna narrativa angolana. Ilustraremos a nossa perspectiva metodológica a partir da concepção de Mário Pinto de Andrade, que postula a ideia sobre a necessidade de se ter sempre em conta, quando se analise sociologicamente a literatura, o estudo do nexo existente entre a literatura e as mutações políticas e sociológicas, que se processam na sociedade global [cf. Andrade, 1974b].

1.2.1 - Pressupostos sociológicos da poesia negro-africana

A elaboração do *corpus* de uma sociologia da poesia negro-africana de expressão portuguesa, é um dos aspectos que mais marcou a actividade intelectual de Mário Pinto de Andrade. A construção dos pressupostos de uma sociologia da poesia negro-africana começa com reflexões teóricas sobre o tema e prolonga-se com a sistematização temática das várias antologias que elabora e se

---

[11] Ver anexo II, bibliografia de Mário Pinto de Andrade.

consolida em toda a sua produção teórica sobre a poesia negro-africana de expressão portuguesa. Os seus trabalhos neste domínio constituem uma contribuição original ao pensamento sociológico africano.

Mário Pinto de Andrade lança as bases da sua concepção sociológica de poesia negro-africana, no prefácio ao caderno de poesia negro-africana, escrito em 1953. O sociólogo angolano localiza a poesia negro-africana nos quadros sociais das sociedades e das tradições negro-africanas, vendo a poesia como uma estética de enraizamento no complexo social africano [Andrade,1982a: 48] e de amadurecimento duma nova consciência dos problemas africanos [Ibidem: 47]. Para este, a poesia negro-africana «*está expressa nas canções, vinculadas aos acontecimentos da comunidade: nas cerimónias de nascimento, iniciação, casamento, caça ou funeral, quando há necessidade de os jovens exercerem a sua influência sobre a amada, de as mães educarem ou embalarem os filhos, de os velhos perpetuarem a tradição da comunidade, de os chefes religiosos ou civis conservarem a obediência dos seus súbditos, de os guerrilheiros despertarem a sua coragem durante o combate e inspirarem temor ao inimigo, enfim, canções religiosas de feitiçaria e maldição, canções invocando os benefícios da natureza, canções executadas pelos trabalhadores e tudo o mais que seja peculiar ao grupo. E a servir estas canções, as línguas e dialectos veiculares nativos, são duma notável expressividade e concisão, tal como os ritmos de tam-tam*» [Tenreiro e Andrade, 1982: 47]. Portanto, a poesia africana é aquela cujo texto reflecte o quotidiano das sociedades africanas, seus motivos populares e tradi-

ção cultural. As principais fontes culturais dessa poesia são o folclore e a tradição oral. Essa ideia sobre o folclore e a tradição oral enquanto pressupostos sociológicos da poesia africana é, entre nós, uma inovação teórica na fundamentação da epistemologia endógena e no desenvolvimento, a partir do contexto sociocultural negro-africano, da teoria de quadros sociais[12].

Em 1954, num texto publicado no n.º 19 do periódico «*Província de São Pedro*», Mário Pinto de Andrade retoma a teoria de quadros sociais como premissa da produção e compreensão sociológica da poesia negro-africana. A partir dessa data, a ideia de quadros sociais passa a constituir a alma do seu pensamento sociológico e a presidir todas as suas reflexões teóricas sobre a poesia africana. Para ele, «*não se pode entender a poesia tradicionalmente negra, se não for integrada nos quadros sociais em que se tem movido o Homem Negro. Entrevemos a Poesia Negra principalmente nos cantos, história oral das famílias ou das tribos, lendas, louvores dos antepassados e dos chefes, código da vida familiar e social, crenças religiosas e interpretações dos fenómenos da natureza, aspirações comuns, tudo o que é manifestação da "alma negra" fiel e espontânea. Este património literário da África Negra, guardado por "arquivos humanos" (quase sempre os mais antigos da colectividade)*

---

[12] Em 1949, o intelectual caboverdiano, Filinto Elísio de Menezes, numa conferência proferida na cidade de Luanda, apelava para uma produção poética angolana. O texto dessa conferência foi publicado no mesmo ano, pela Sociedade Cultural de Angola, sob o título *Apontamentos sobre a Poesia de Angola*.

só pode ser intuído na forma linguista nativa» [Andrade, 1995b: 393].

A teoria dos quadros sociais aponta para uma *«perspectiva de autenticidade africana»* e inspira-se no *slogan* sobre o *«regresso às origens»* [13]. É importante ter-se em conta o momento histórico em que Mário Pinto de Andrade desenvolveu essas ideias. Trata-se da década de 1950, um período de grande influência do neo-realismo e da negritude, sobretudo desta última. Essas duas tendências estético-literárias, fundamentalmente a negritude, opunham-se à literatura colonial profundamente empenhada em apresentar as populações negras como destituídas de cultura, civilização e história. O neo-realismo preocupa-se com a observação e com a análise minuciosa da vida quotidiana e dos costumes das populações, tendo como suporte metodológico o *«inquérito à vida do negro»*, no dizer de Filinto Elísio de Menezes; uma «verdadeira *enquête*», segundo Mário Pinto de Andrade [cf. 1961b] [14].

Na poesia angolana da época, os textos paradigmáticos do neo-realismo são «Makèzu», «Namoro» e «Só Santo» – todos de Viriato da Cruz (1928-1973). Na mesma linha do inquérito social, situam-se os poemas «Exortação» e «Estrela

---

13 Amícar Cabral distingue os conceitos «fonte» e «tradição». Segundo ele, a questão do «regresso às fontes» não significava um retorno às tradições [cf. Cabral, 1976: 238].

14 Para o crítico literário português, Pires Laranjeira, Mário Pinto de Andrade foi buscar a noção de inquérito social a Filinto Elísio de Menezes [cf. Laranjeira: 1995a: 119].

pequenina» de Maurício Gomes[15], considerado com Viriato da Cruz, um dos fundadores da moderna poesia angolana. No seu texto «Écrivains noirs d'expression portugaise» publicado em 1961, na revista *Europe* (n.º 381), Mário Pinto de Andrade fala sobre a importância do *inquérito social* na poesia de Viriato da Cruz, como um momento de ruptura em relação a poesia ultramarina até então dominante. Note-se, no entanto, que essas ideias em torno da poesia de Viriato da Cruz tinham sido lançadas numa conferência sobre o tema «*Aspectos da literatura negro-africana*»[16], pro-

---

15 O poema «Exortação» está inserido na antologia de Manuel Ferreira *No Reino de Caliban* [II, p. 5], enquanto que «Estrela pequenina» pode ser encontrado na revista *Mensagem*, n.º 2-4, de 1952. Maurício Ferreira de Almeida Gomes, foi um dos primeiros intelectuais angolanos a lançar a palavra de ordem «*É preciso criar a poesia de Angola*». Esta frase emblemática inspirara o célebre texto do intelectual cabo-verdiano, então residente em Angola, Filinto Elísio de Menezes, versando sobre a necessidade de uma poesia angolana baseada no inquérito à vida do colonizado, valorativa em relação à especificidade do homem negro e independente para com o sistema literário colonial e ultramarino [cf. Menezes, 1949].

16 Trata-se de uma extensa comunicação, com 37 páginas dactilografadas, estruturada em três capítulos: «I. A presença negra na herança histórica africana; II. O homem negro ocidentalizado em contradição consigo mesmo. Câmbio cultural; III. Que se entende por cultura negro-africana». No texto em referência, a literatura africana é enquadrada no âmbito de uma compreensão sociológica da dinâmica da civilização africana e de alteridade com as artes africanas em geral; a superação do assimilacionismo colonial e da ocidentalização dos intelectuais africanos é uma das tarefas para a qual é chamado o novo humanismo e o renascimento africano; a literatura negro-africana (oral ou escrita, romance ou poesia) é chamada a justificar a herança negro-africana e a contribuir para a afirmação da negritude [cf. Andrade, 1951d].

nunciada em Lisboa, na Casa dos Estudantes do Império em Maio de 1951. Nessa altura regozijando-se com o método sociológico presente na poesia de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade diria o seguinte: «*Viriato da Cruz* [...] *aproveita melhor os recursos poéticos nativos, ausculta mais profundamente o nosso Povo, língua, tradições, lendas, costumes e tendências [...]. A sua poesia é mesmo a vivência dos problemas sociais do homem negro angolano*» [Andrade, 1951d: 32][17].

Por sua vez, a perspectiva negritudinista na poesia negra opõe-se à literatura colonial através da exaltação da raça e da cor negras, da revalorização e sobrevalorização do património cultural negro-africano, opondo-se de forma radical ao racismo branco e à dominação da cultura negro-africana pela cultura ocidental de origem greco-romana. Mário Pinto de Andrade detecta dois momentos negritudinistas na poesia angolana. Está em primeiro lugar a negritude objectiva, representada por Viriato da Cruz, através do inquérito social à vida quotidiana das populações autóctones. Em segundo lugar, vem a negritude subjectiva, representada na poesia de Agostinho Neto, onde através dos artifícios poéticos são recriadas categorias sociais da vida cultural nativa [cf. Andrade, 1951d: 37-38]. O sentido sociológico dessa poesia negritudinista consistiu, não na preocupação estética de criar estilos e ritmos próprios, mas sim

---

17 Na mesma tónica, Mário Pinto de Andrade considera mais adiante, que a poesia de Viriato da Cruz é mais nativa, essencialmente angolana, um diálogo popular, onde «*palpita a alma que vem escutando*» [Andrade, 1951d: 38].

na utilização da técnica da nova estética literária para a «negação da assimilação» [cf. Andrade, 1976a: 7], isto é, da política assimilacionista colonial.

1.2.2 - Dimensão sociológica das antologias poéticas de Mário Pinto de Andrade

Nos trabalhos antológicos, a dimensão sociológica da literatura é detectável sobretudo nos critérios que presidem à selecção dos autores e das temáticas. Por exemplo, na antologia de 1953, escrita em colaboração com Francisco Tenreiro e intitulada pelos autores *Caderno da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, o tema central é a *negritude*.

Quanto ao produto literário e seus produtores, o *Caderno* contém um poema em espanhol do poeta (e jornalista) cubano Nicolás Guillén e oito poemas em língua portuguesa: «Lá no Água Grande», de Alda do Espírito Santo (São Tomé e Príncipe); «Aspiração» e «Criar», de Agostinho Neto (Angola); «Monangambé», de António Jacinto (Angola); «Coração em África», de Francisco José Tenreiro (São Tomé e Príncipe); «Magaíça» e «Deixa passar o meu povo» de Noémia de Sousa (Moçambique); «Mamã Negra» de Viriato da Cruz (Angola).

Nessa primeira antologia de poesia negra de expressão portuguesa, não estão representados poetas de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau. Na nota final ao caderno, Francisco Tenreiro explica as causas dessa ausência. Tal sucedeu, por «*a poesia das ilhas crioulas, com raríssimas excepções,*

não traduzir o sentimento da negritude, que é a razão-base da poesia negra» [Tenreiro, 1982: 82]. «*De menos interesse por isso? Menos válida para a compreensão do mundo negro?*» – questiona-se Tenreiro. A resposta às suas perguntas é categórica: «*De forma alguma. Trata-se [...] de uma poesia de características regionais bem vincadas, fruto da aculturação do negro no Arquipélago e, como tal, merecedora de estudo muito particularizado*» [Ibidem: 82].

O poeta cubano Nicolás Guillén não figura por acaso nesse primeiro caderno de poesia negra africana. Na óptica do professor Manuel Ferreira [1982: 14], a explicação da presença do poeta cubano no *Caderno*, está expressa na dedicatória que abre o corpo poético do volume: «*Dedica-se este caderno a Nicólas Guillén, a voz mais alta da negritude de expressão hispano-americana*». Aliás, Guillén é um dos autores que maior influência terá exercido na poesia africana de expressão portuguesa produzida a partir dos anos quarenta até ao início da década de sessenta.

Por outro lado, a inclusão de um «mais velho» reveste-se de importância cultural. A figura do mais velho é, na tradição africana, uma instituição social. O respeito e a homenagem aos mais velhos é, por outro lado, um pressuposto da sociologia das gerações, nas sociedades orais. Na opinião de Manuel Ferreira, para os dois jovens (refere-se aos autores do caderno), Mário Pinto de Andrade e Francisco Tenreiro, a inclusão no caderno do famoso poema «Son número seis» do poeta cubano, era «*um ideário e uma homenagem. Por um lado a fidelidade à negritude, por outro, a voz de um companheiro mais velho de jornada, já então surpreendentemente admirado e prestigiado*» [Ferreira 1982: 13].

Como foi acima dito, a negritude é o critério societário que preside à definição da poesia negra da época e da poesia africana de expressão portuguesa [18]. Na perspectiva do investigador português Alfredo Margarido [1980: 80], os autores do *Caderno* afirmam «*sem ambiguidade que o elemento que permite unificar esta poesia é nem mais nem menos, ou até exclusivamente, a negritude. Só ela permitirá pôr fim à prática do assimilacionismo que criou um tipo de homem "marginal" e transitório que se dissolve na mentalidade europeia, apresentando só vagamente as suas raízes africanas*».

É na mesma perspectiva que se deve entender a postura teórica radical dos autores do *Caderno*, em excluir os poetas das ilhas crioulas. De resto, corroboro da opinião de Alfredo Margarido: o *leit-motiv* dessa postura não é de ordem literária. Pelo contrário, os autores do *Caderno* partem de critérios sociológicos, fundamentando, neste caso, a sua visão na questão da assimilação e da aculturação [cf. Margarido, 1980: 80-82].

No artigo «Poesia Negro-Africana de Expressão Portuguesa», escrito um ano depois da publicação do *Caderno*, Mário Pinto de Andrade continua a considerar a negritude como um movimento literário do Homem Negro. O ensaísta angolano confere ao conceito de negritude uma finalidade sociológica que se reveste nas instituições sociais, tais como a economia, a estrutura social e a famí-

---

[18] Para uma reflexão sobre a negritude e o seu papel na literatura africana, ver, por exemplo, Laranjeira [1995a: 533; 1995b: 27-29, 70-99] e Carrilho [1976], para além de outra reflexões teóricas.

lia, a política e não só. Mário de Andrade escreve, pois, o seguinte: «*A "negritude" – o termo é criação da intelectualidade negra francesa – pretende muito simplesmente a auto-realização do Homem Negro nos seus quadros de vida económica, social e política. O Homem Africano deve apresentar-se como tal, no conjunto vário da família humana*» [Andrade, 1995b: 394].

No mesmo lugar, o ensaísta homenageia os poetas da negritude de expressão francesa e atribui um sentido civilizacional e ecuménico ao movimento da negritude na poesia. «*Os representantes mais fiéis da negritude são os poetas negros de expressão francesa e malgache. Desde o Senegal a Madagáscar, das Guianas ao Haiti, Gilbert Gratiant, Aimé Césaire, Guy Tirolien, Jacques Roumain, Sédar Senghor, David Diop, Jean Joseph Rabémananjara, são* [...] *os vanguardistas do caminho duma autenticidade nova* [...]. *Trata-se de galvanizar formas de cultura do passado africano, de reunir os ecos mais distantes de outros companheiros da África ou da América, cantores das mesmas angústias e das mesmas ansiedades. Trata-se enfim duma presença negra no mundo*» [Ibidem: 394-395].

Quanto aos poetas da negritude de expressão portuguesa, no texto em referência, Mário Pinto de Andrade assinala o nome de Francisco José Tenreiro e a data de publicação (1942) do seu livro de poesia *Ilha de Nome Santo*, como a «*primeira realização da negritude em "expressão" portuguesa*». Refere-se às vozes mais destacadas da poesia negra de expressão portuguesa, entre as quais Agostinho Neto e Viriato da Cruz (Angola), Alda do Espírito Santo (São Tomé e Príncipe) e Noémia de Sousa

(Moçambique), nomes antologiados no primeiro *Caderno*. Mário de Andrade tenta estabelecer a unidade entre os poetas negros de expressão francesa e os de expressão portuguesa: «*Os poetas Negros exercitam os seus timbres para cantar na grande sinfonia humana*» [Andrade, 1995b: 395].

Em 1958, Mário Pinto de Andrade publica, com a chancela da editora Pierre Jean Oswald, a *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Nessa obra são inseridos, além dos poetas do primeiro *Caderno*, também autores do Brasil, de Cabo-Verde e da Guiné Bissau. Na introdução à antologia, Mário de Andrade reconhece o significado histórico e sociológico do *Caderno* de 1953, que constitui o primeiro trabalho de antologia da poesia africana de expressão portuguesa. No dizer de Mário de Andrade [1958a: XV], «*O caderno cumpriu a sua missão de revelar uma tomada de consciência negra de alguns de nós, no momento em que as vozes fraternais de Césaire, Senghor, Guillén, Langston Hughes, Depestre nos soavam já fortemente aos ouvidos que nos incitavam a dizer os nossos problemas específicos*».

Os nomes inseridos nessa antologia de 1958 são: dos angolanos Agostinho Neto, António Jacinto, Geraldo Bessa Víctor, Mário António Fernandes de Oliveira, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz; dos caboverdianos Aguinaldo Fonseca, Gabriel Mariano, Jorge Barbosa, Osvaldo Alcântara, Ovídio Martins e Pedro Carsino Azevedo; dos guineenses Anahary Silva e Casimiro Terêncio; dos moçambicanos José Craverinha, Kalungano, Noémia de Sousa e Rui de Noronha; e ainda de Solano Trindade, do Brasil.

Na nova antologia, Mário de Andrade estabelece uma certa ruptura com a negritude. Ela já não é assumida como o critério societário exclusivo para a caracterização da poesia negra de expressão portuguesa. No texto introdutório à antologia, Mário Pinto de Andrade justifica a nova postura epistemológica da seguinte maneira: «*o "depassement" da negritude é um facto evidente, entendida como simples afirmação do acto de existir no mundo, sobretudo com a poesia negra de expressão francesa, que constitui o seu principal veículo. Mas o poeta negro em nada deve renunciar a sua qualidade ou as suas características; pelo contrário, o fundamento da sua universalidade reside na plena afirmação da sua particularidade, que não é puramente étnica, mas tanto histórica como social e cultural, numa palavra, humana*» [Andrade, 1958a: XIV].

O ensaísta português Alfredo Margarido, num texto de título extenso, aponta duas razões que, na sua perspectiva, estariam na base da nova postura de Mário Pinto de Andrade – a postura de superação da negritude: «*a primeira reside no facto de que a negritude já não é a escala para medir a estrutura da poesia africana de expressão portuguesa; ultrapassada, ela é sobretudo um dos valores da poesia negra de expressão francesa e aí deve ficar circunscrita; a segunda mostra que a negritude, ao mesmo tempo que é importante no mundo francófono, é incapaz de assumir a totalidade dos fenómenos históricos, sociais e culturais responsáveis pela situação de dominação em que se encontra o homem africano. A partir daí, as poesias negras de expressão portuguesa devem ser apreciadas segundo uma óptica nova, rompendo portanto com o quadro proposto em 1953*» [Margarido, 1980: 83].

O novo contexto histórico surgido no período pós guerra-mundial, o início da luta armada nos países africanos sob domínio da administração portuguesa, também contribuíram para a superação da negritude[19]. Já no fim da década de 1958 e no princípio da década de 1960, os principais teóricos da negritude de língua portuguesa, Mário Pinto de Andrade, na antologia de 1958 e no texto para a revista *Europe*, escrito em 1961, Francisco Tenreiro em «Processo Poesia» [1954] e Agostinho Neto, numa palestra sobre poesia angolana[20], proferida em 18 de Novembro de 1959, na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, balancearam o processo histórico da emergência e evolução da negritude e a consideravam encerrada.

A negritude como movimento intelectual e sociocultural teve várias tendências, algumas das quais muito polémicas por se prestarem a diversas leituras e interpretações, tanto por intelectuais africanos quanto pelos intelectuais

---

19 A este propósito, a socióloga portuguesa Maria Carrilho, no seu livro *Sociologia da Negritude* declara que nos países africanos sob domínio da administração portuguesa «*a produção literária de conteúdo negritudinista foi rapidamente ultrapassada assim que se iniciou a luta armada de libertação. Já não era preciso reivindicar uma especificidade em relação ao branco, impunha-se automaticamente ao colonialismo a evidência de uma igualdade que ninguém pensa reivindicar porque não há lugar nem tempo para reivindicações, sendo a luta armada de libertação uma afirmação categórica que constituiu já por si uma libertação*» [Carrilho, 1976: 39].

20 Foi publicado em 1960, sob o título «Introdução a um colóquio sobre Poesia Angolana». *Mensagem. Boletim da Casa dos estudantes do Império* (Lisboa), III (5-6), pp. 45-51. Cf. Agostinho Neto, *Sobre a Poesia nacional* [1988: 15-21].

do mundo ocidental. Intelectuais como Frantz Fanon, Maria Carrilho, Marcien Towa, Mongo Beti, Kabengele Munanga, René Depestre, René Mesnil, Wole Sonyinka, viram na negritude uma ideologia neocolonialista e mistificatória, redutora e alienante [cf. Laranjeira, 1995a: 86][21]. Apesar disso, a negritude desempenhou um importante papel histórico na tomada da consciência concreta da opressão, na busca e revalorização da identidade sociocultural dos povos negro-africanos e sua transformação numa arma de emancipação e num projecto de renascimento cultural, na luta contra o colonialismo e o racismo; na desmistificação do paradigma do eurocentrismo que impunha o paradigma da cultura greco-romana como único critério cultural e civilizacional de referência universal, na rejeição da aculturação, da alienação e da assimilação coloniais; na

---

21 A este propósito, o culturólogo africano Alpha I. Sow escreveu o seguinte: «*Exaltada e defendida, ou recuperada, contestada quando não mesmo renegada, a negritude desencadeia sempre um tropel de paixões e provoca em todo caso, estranhos mal-entendidos. Face à negritude histórica, que definia, exaltava e valorizava os dados específicos da identidade dos povos negros, a braço com as violências socioculturais da escravatura e do colonialismo, e que se apresentava como uma doutrina de combate profundamente desalienante, descobre-se uma neonegritude que pretende ser um complemento emocional e um suplemento espiritual e intuitivo nos moldes ocidentais. Pondo-se resolutamente ao serviço do neocolonialismo, que dela se serve, este tipo de negritude recupera os elementos de uma cultura urbana afro-colonial, abusivamente elevada ao grau de cultura nacional, transforma-se em técnica de poder indígena obscurantista, entrava a libertação e a promoção sociais dos povos negros*» [Alpha Sow *et alli*, 1980: 14-15].

consolidação da consciência dos povos negro-africanos para as lutas anticoloniais pela libertação política, social e cultural [cf. Alpha Sow *et alli*, 1980: 14-17]. No entanto, compreendendo a dimensão sociológica da negritude histórica não podemos deixar de referir que hoje em dia, passados cerca de quarenta anos desde que apareceu pela primeira vez esse conceito, a negritude já não tem nenhum papel histórico a desempenhar tanto como estética literária quanto como ideologia libertadora. Por conseguinte, a sua superação em geral, e superação da «*negritude de língua portuguesa*»[22], em particular, também constitui um processo de emancipação cultural e política dos intelectuais africanos.

Uma terceira antologia de Mário Pinto de Andrade surgiu em 1967, em Argel, com o título *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, precedida de uma introdução do autor, intitulada «*A poesia Africana de Expressão Portuguesa. Evolução e Tendências*». Esta antologia foi também publicada em 1968 com a chancela da Pierre Jean Oswald, sob o título *La Poésie Africaine d'Expression Portugaise. Anthologie précédé de Évolution et Tendances Actueles*.

A antologia inclui ao todo vinte e quatro poetas: seis de Angola (Agostinho Neto, António Jacinto, Geraldo Bessa Víctor, Fernando Costa Andrade, Mário António Fernandes de Oliveira e Viriato da Cruz), nove de Cabo-Verde (Aguinaldo Fonseca, António Nunes, Gabriel Mariano,

---

22 Cf. Laranjeira [1995a].

Jorge Barbosa, Mário Fonseca, Onésimo Silveira, Ovídio Martins, Osvaldo Alcântara, Pedro Corsino Azevedo), cinco de Moçambique (Jorge Rebelo, José Craveirinha, Kalungano, Noémia de Sousa e Rui Noronha) quatro de São Tomé e Príncipe (Alda do Espírito Santo, Costa Alegre, Francisco José Tenreiro, Tomaz Medeiros), para além de dois poemas da «poesia de guerrilha» da Guiné-Bissau.

Em 1969, o ensaísta português Alfredo Margarido escreveu uma recensão a essa antologia de Mário de Andrade. Margarido classifica a antologia como sendo: «*duma enorme importância para o estudo da poesia africana de expressão portuguesa. Trata-se de um balanço associado a uma análise estrutural muito fina que mostra a diversidade dos territórios sob dominação portuguesa, sem perder de vista a identidade do processo colonial. Isto leva Mário de Andrade a demonstrar que todos os escritores de expressão portuguesa partilham, para lá dos particularismos regionais, uma mesma situação cultural e política*» [1980: 73-74].

Como se pode ler da avaliação que Margarido faz à antologia de Mário Pinto de Andrade, aqui, os critérios de selecção dos autores que integram a colectânea têm a ver com os processos que constituíam «*o conjunto do período africano de expressão portuguesa*», isto é, a situação cultural e política da colonização. Mais uma vez, estamos em presença do ascendente de factores sociológicos, sobre os pressupostos estéticos.

Nos anos de 1976 e 1979, Mário Pinto de Andrade publicou pela Livraria Sá da Costa Editora, em dois volu-

mes, a sua última obra antológica. Os poetas incluídos no primeiro volume, intitulado *Na noite grávida de punhais* [Andrade, 1976a], são os angolanos Agostinho Neto, Alexandre Dáskalos, António Jacinto, Arnaldo Santos, Costa Andrade, Henrique Guerra, Luandino Vieira, Manuel Lima, Tomás Jorge e Viriato da Cruz; os caboverdianos Aguinaldo Fonseca, António Nunes, Gabriel Mariano, Jorge Barbosa, Kaoberdiano Dambará, Manuel Lopes, Mário Fonseca, Onésimo Silveira, Osvaldo Alcântara, Ovídio Martins, Pedro Corsino Azevedo; os moçambicanos Fernando Ganhão, José Craveirinha, Kalungano (Marcelino dos Santos) e Noémia de Sousa; e os sãotomenses Alda do Espírito Santo e Francisco José Tenreiro[23]. A causa da selecção destes poetas consistiu, em nosso entender, no facto deles se terem assumido em circunstâncias sociohistóricas concretas como verdadeiros «actores sociais no acto cultural», usando um conceito do próprio Mário Pinto de Andrade [1976a: 14].

O primeiro volume inscreve nos quadros sociais das então colónias portuguesas, temas poéticos da insularidade, evocação, evasionismo, protesto e prelúdio à libertação. Esta temática, que à primeira vista parece não ter nada a ver com as preocupações sociais dos seus autores, encerra, no entanto, um forte conteúdo sociológico. Mário Pinto de Andrade inscreve a explicação sociológica dessas temáticas no âmbito do engajamento dos seus autores na

---

23 A antologia em referência inclui nas páginas 265-269, as notas biográficas de todos os poetas inseridos nesse volume.

luta contra a realidade global do colonialismo [Idem: 11]. Para esse sociólogo e historiador das literaturas africanas escritas em língua portuguesa nenhuma dessas temáticas é inocente ou desinteressada. O interesse sociológico de Mário Pinto de Andrade recai sobre as questões relativas à luta de classes, à mobilidade social e cultural (até mesmo geracional), ao comportamento social decorrente da dimensão simbólica das consequências do colonialismo, à alienação quotidiana dos colonizados, ao significado social das matrizes e valores culturais da civilização negro-africana tratados na poesia sobre a evocação da mulher, da mãe, do amor, da terra e da africanidade[24]. Para Mário Pinto de Andrade, «*a evocação do amor e da mulher articula-se a um universo lírico de reabilitação de valores estéticos. O tratamento da infância ultrapassa a nostálgica reminiscência para se transformar em fonte de energia e de renascimento. É uma infância enlutada pela*

---

24 Os principais obreiros dos temas poéticos sobre a evocação constantes na antologia são: Aires de Almeida Santos, José Craverinha, Mário António, Rui de Noronha e Viriato da Cruz, em relação a evocação do amor; Aires de Almeida Santos, António Jacinto, Henrique Guerra, José Craverinha, Mário António, Noémia de Sousa e Viriato da Cruz, na poesia sobre a evocação da infância; Mário António e Rui Noronha, em relação à evocação da mulher; Agostinho Neto, Kalungano e Tomaz Medeiros, nos temas poéticos sobre a evocação da mãe; Agostinho Neto, Costa Andrade, Francisco Noronha, Henrique Guerra, Kalungano, Luandino Vieira, Noémia de Sousa e Viriato da Cruz na poesia sobre a evocação da terra; e Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro, Kalungano, Mário da Fonseca, Noémia de Sousa, Tomaz Medeiros e Viriato da Cruz, na poesia sobre a evocação da africanidade.

agudização das lutas de classes, pela reordenação do espaço das cidades, mercê de especulação imobiliária em proveito dos colonos: memória do passado inscrito no calendário colonial» [Idem: 11]. Na mesma perspectiva de apreensão do carácter social da evocação, o ensaísta angolano considera que os poemas sobre a evocação da terra e da mãe desembocam em sonhos e esperança de libertação social e denunciam os processos da alienação do homem colonial, enquanto que a evocação da africanidade postula a rejeição do assimilacionismo colonial e uma acção sociocultural conducente à recuperação das raízes e valores do património sociocultural da civilização negro-africana, definindo o ser social da *África concreta* [cf. Andrade, 1976a: 11-12].

A temática sobre a insularidade ocupa na antologia em referência um lugar específico. Ela refere-se às condições peculiares da vida social das populações de Cabo Verde. É, na verdade, uma estética poética que reflecte a particularidade geográfica do arquipélago de Cabo Verde, designadamente, as fronteiras limitadas pela água (e o confronto entre o espaço e a água), as influências do clima, a seca, a fome, a emigração que resulta desses condicionalismos, a capacidade de sobrevivência e os «processos de aculturação» no arquipélago[25]. Porém, Mário Pinto de Andrade [1976a: 5] constata que essa poesia, regra geral dominada pela evasão, não analisa as causas sociais que originam o

---

[25] Para uma reflexão sobre os aspectos sociais das secas e da fome no arquipélago, vide António Carreira [1984].

drama da seca, da fome e da emigração, tendo-se mesmo afastado do inquérito social aos sentimentos populares. Trata-se de poesia elitista, clamorosa e contemplativa em relação à problemática do confronto entre o homem e a natureza e o contexto social em que ocorre essa contradição.

O protesto é um dos capítulos mais importantes da antologia de 1976. Nele, estão inseridos poemas sobre a identidade cultural negro-africana, sobre o contratado (chamado por Mário Pinto de Andrade uma vasta empresa de coisificação do africano)[26] e o caminho do contrato e sobre a repressão colonial. Na verdade, a maior parte dos textos inseridos nesse capítulo versam sobre o tema do contratado e do trabalho forçado. São temas que denunciam a desumanidade do sistema económico e político do colonialismo português. Mário Pinto de Andrade [Andrade, 1976a: 12-13] é peremptório: «o *caminho do contrato foi o testemunho vivo e sangrento do quotidiano da colonização portuguesa. O trabalho forçado constituiu, sem dúvida, o flagelo mais tangível que atingiu o corpo social das sociedades africanas ocupadas pela administração portuguesa*». Os principais poemas dessa temática, inseridos na antologia, são «Contratado» e «Partida para o contrato» de Agostinho Neto, «Contratados» e «Regresso» de

---

26 Com base na experiência dos debates do Centro de Estudos Africanos e na peugada de Mário Pinto de Andrade, António Agostinho Neto, na já citada palestra [cf. Neto, 1988: 15-21], proferida na casa dos estudantes do império, em 1959, também designa a assimilação, ou o assimilacionismo, como sendo um processo de «coisificação» do homem africano.

Arnaldo Santos, «Contratados» de Costa Andrade, «Escravos» de Manuel Lima, «Poema do serviçal» de Gabriel Mariano, «Poema» e «Ausência», de Onésimo Silveira e «Levantamento» de Tomás Jorge.

É mister dizer-se que o trabalho forçado que persistiu em Angola, mesmo depois da promulgação do decreto 16.199, de 6 de Dezembro de 1928, continuou a ser similar à escravatura. Na opinião do sociólogo Lucas Ngonda, esta situação deu origem às «revoltas nativistas» em quase todas as regiões de Angola [cf. Ngonda, 1995] [27]. O problema do trabalho forçado esteve também na origem dos acontecimentos de 1953 em São Tomé, que tiveram como desfecho o bem conhecido massacre de Batepá. Num texto vigoroso, publicado em 1955 pela revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade denuncia esse acto criminoso [28].

As temáticas do protesto (identificação, contratado, caminhos do contrato e repressão) vaticinam o processo de libertação social. Esta é tratada no capítulo «Prelúdio à libertação», onde Mário Pinto de Andrade inscreve os poemas «Içar da bandeira» de Agostinho Neto, «Ora dja tchiga» e «Chegou a hora» de Kaoberdiano Dambará. Como nos diz Mário Pinto de Andrade: *«os poetas da noite grávida de punhais exprimiram, até às derradeiras consequências, os*

---

27 Lucas Ngonda refere-se à guerra do Buta, no norte de Angola (1912 a 1915), à revolta dos povos Lunda-Tucokwe (em 1900 e 1917), à rebelião dos Ovimbundu (em 1902 e 1918), e à revolta dos Ambundu (em 1917) [cf. Ngonda, 1995: 8].

28 Trata-se do artigo «Massacres em São Tomé» [1955b].

sentimentos informulados que agitavam as massas, dominaram os elementos culturais da afirmação nacional [...] *formularam então um novo discurso poético* [...], *os poetas universalizaram os signos da luta pela independência nacional*» [Andrade, 1976a: 13-14].

O segundo volume, intitulado «O Canto Armado», reúne as canções e a poesia de combate de Angola, Guiné e Moçambique. Os poemas-cantos inseridos nessa antologia revestem-se de grande significado social. Em primeiro lugar, são poemas que reflectem a oralidade[29], as fontes do sagrado e a participação colectiva [cf. Andrade, 1979: 2]. Em segundo lugar, apresentam-se sob a forma de literatura tradicional (poesia africana tradicional). Por último, reflectem a acção colectiva das populações africanas contra a presença estrangeira. A poesia de combate reflectida nesse segundo volume da antologia inscreve-se sob forma de lamento lírico, de elegia ou de epopeia. No prefácio a

---

29 A oralidade é uma das características essenciais das sociedades africanas no Sahara e ao sul do deserto, mesmo nas sociedades com escrita. São chamadas sociedades da palavra, civilizações orais e as obras literárias dessas sociedades assentam na tradição oral. Para Jan Vansina [1982: 157-179], um prestigiado investigador das civilizações orais, a tradição oral é «*um testemunho transmitido oralmente de uma geração para outra*». Nas civilizações orais, a oralidade, a tradição oral, são pressupostos metodológicos importantes para a compreensão do funcionamento dessas sociedades, da dinâmica de *status* e papéis sociais a elas subjacentes. Alguns sociólogos africanos, que se dedicam ao estudo da problemática da oralidade e da tradição oral, têm formulado um novo domínio do saber sociológico, a chamada sociologia das sociedades orais [cf. Agblemagnon, 1984].

«O Canto Armado», Mário Pinto de Andrade fala da importância histórica e sociológica da poesia de combate: «*A verdade é que a memória colectiva dos povos africanos gravou e repercutiu, ao longo das gerações, os ecos poéticos das primeiras formas de violência contra o equilíbrio social e comunitário* [...]. *Essa poesia constituiu a referência primordial da tradição literária da resistência africana* [...], *ela lança um apelo aos valores morais mais autênticos da comunidade, às virtudes guerreira, e chega até a comentar os acontecimentos com a precisão do drama vivido*» [1979a: 3].

A antologia comporta temas anónimos e individualizados, destacando-se alguns textos de poetas-guerrilheiros. Destes, os nomes sonantes são os de Marcelino dos Santos, Costa Andrade, Deolinda Rodrigues (1942-1968), Nicolau Gomes Spencer, Gasmin Rodrigues (Saydi Vieira Dias Mingas, 1946-1977) e José Carlos Schwarz (1949--1977). O poeta-guerrilheiro é a figura do poeta-militante engajado e comprometido com o destino social do seu povo e da sua história.

Do ponto de vista sociológico, faz sentido a inserção da poesia-canto e da poesia de combate, nessa antologia. Trata-se, pois, de uma literatura de consciencialização cultural e política, um inquérito à vida quotidiana dos oprimidos e um instrumento de análise histórica, social e política. É uma poesia que reflecte a entrada dos «*novos actores sociais na cena da história*» [Andrade, 1979a: 8].

O novo cenário histórico das décadas de 1950-1960, e da primeira metade da década de 1970, o cenário da consciencialização política e cultural, é também reflectido na

ficção. Um dos casos paradigmáticos é o do ficcionista José Luandino Vieira[30].

1.2.3 – A Sociologia do Romance através de duas narrativas de Luandino Vieira.

Em 1971, a editora *Présence Africaine* publicou, num único volume em francês, duas narrativas de Luandino Vieira, nomeadamente *A verdadeira vida de Domingos Xavier*[31] e *O fato completo de Lucas Mateus*[32], traduzidas por Mário de Andrade e Chantal Tiberghien, com um prefácio do primeiro. O título da tradução francesa das narrativas de Luandino Vieira é L*a vraie vie de Domingos Xavier, suivi de le complet de Mateus*.

---

30 José Vieira Mateus da Graça empreendeu uma verdadeira revolução na linguagem literária, na prosa de ficção social e sociológica angolana. As sua obras, *A cidade e a infância* [1957], *Luuanda* [1964], *Vidas Novas* [s. d.] – para citar apenas algumas das primeiras obras da sua vasta bibliografia – constituem, no domínio da prosa, das primeiras literaturas angolanas autênticas, de subversão e anti-ultramarina.

31 *A Vida verdadeira de Domingos Xavier* foi escrito em 1961. Com base nesse livro, em 1972, a cineasta Sarah Maldoror, então esposa de Mário Pinto de Andrade, realizou o filme *Sambizanga. Um musseque de Luanda*, que foi galardoado em dois festivais de cinema pan-africano [cf. Hamilton, 1981: 138].

32 A estória «O fato completo de Lucas Mateus» faz parte de um conjunto de oito narrativas que constituem o livro *Vidas Novas*, de Luandino Vieira. O filme *Monangambééé*, da cineasta Sarah Maldoror [1969], foi produzido com base nessa estória.

No prefácio intitulado «Uma nova linguagem no imaginário angolano», Mário Pinto de Andrade lança, pela primeira vez, as bases do estudo sociológico do romance angolano[33]. Estas consistem no imaginário social do meio e no papel dos personagens no romance. O prefácio é uma leitura sociológica da narrativa de Luandino Vieira. O ensaísta classifica assim o livro de Luandino Vieira: «*Esta narrativa é um estudo sociológico da resistência que os angolanos de Luanda, nas vésperas do desencadeamento da luta armada, opõem à dominação portuguesa*» [Andrade, 1971b].

Fazendo uma abordagem estritamente sociológica, Mário Pinto de Andrade, situa os leitores na análise da compreensão do nexo entre o contexto social, o escritor, a obra e o imaginário literário, no estudo sociológico das obras de literatura. E faz a seguinte caracterização sociológica das narrativas de Luandino Vieira: «*Enquanto se consolida a implantação colonial ao longo da costa africana, as cidades emergem e multiplicam-se. Os efeitos da dominação estrangeira sobre as formações sociais levam sectores importantes da população rural a demandar os meios urbanos. Mas é na periferia destes aglomerados que se organiza a nova vida dos africanos destribalizados. Um outro espaço sociológico surge nos "bairros da cidade cruel". Esta divide-se nitidamente segundo uma dupla*

---

[33] Um outro trabalho importante no âmbito da teorização sobre a sociologia do romance é o seu prefácio «Correntes da prosa africana de expressão portuguesa» à antologia *Literatura Africana de Expressão Portuguesa* [1968f].

linha de demarcação racial e social, sobretudo na colónia de povoamento, como é o caso de Angola» [Andrade, 1971b: 19].

Mário Pinto de Andrade aprofunda a caracterização sociológica do contexto em que emerge a nova literatura angolana, o discurso narrativo inaugurado por Luandino Vieira e estabelece a alteridade entre a sociedade, o autor e a obra. A sociedade é a «cidade cruel» de Luanda e os seus «musseques»[34]: «*Luanda, cidade à medida da nação angolana, totalmente aberta aos novos ventos do mundo, capital administrativa, foi progressivamente envolvida por uma cintura de miséria, com os bairros a crescerem em número e em pobreza, segundo a vontade da colonização e imigração branca. O povo chama a estes bairros "musseque", o que, originalmente designava simplesmente a areia avermelhada do terreno. Os que mantinham a ordem colonial vinham instalar-se nestes bairros de lata às portas da Luanda Europeia»* [Andrade, 1971b].

O autor da obra em referência, é Luandino Vieira, portador de uma experiência social de vivência no musseque:

---

34 O «musseque» é um dos espaços privilegiados no texto literário angolano de resistência colonial. Esses textos literários sobre os «musseques» são, regra geral, uma síntese bem apurada da convivência entre o sociológico e o estético. Além de Luandino Viera, um caso paradigmático, outros textos conhecidos sobre os musseques de Luanda são os de Boaventura Cardoso [*Dizanga dia Muenhu* (1997); *O Fogo da Fala* (1980)], Jofre Rocha [*Estória do Musseque* (1976)]; Jorge Macedo [*Gente do Meu Bairro* (1977); *Geografia da Coragem* (1980)]. Acerca da caracterização sociológica mais geral dos «musseques», cf. Amaral [1983], Monteiro [1973]; Kasack [1996], Trigo [1998].

«*É num "musseque", o do Braga, que Luandino Vieira passa a sua infância. A sua obra de ficção testemunha um conhecimento vivido do universo deste bairro periférico*» [Andrade, 1971b]. Parafraseando um dos maiores especialistas [cf. Amaral, 1983] sobre geografia urbana de Luanda, os musseques (bairros periféricos da cidade de Luanda, com gravíssimos problemas de falta de água canalizada e de infra-estruturas) foram sempre espaços de grandes problemas económicos, sociais e políticos, «bairros de miséria e transição». Na década de 1960, altura em que Luandino Viera escreveu as narrativas em referência, as autoridades coloniais encaravam os musseques como zonas de perigo e de subversão anti-colonial, sobretudo depois dos acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961.

No que respeita às obras, pode dizer-se que as duas narrativas reflectem a evolução da consciencialização política, projectam o imaginário social emergente desse contexto político. Para Mário Pinto de Andrade, «*as duas narrativas possuem uma temática comum: a prisão que os militantes angolanos compartilham. A trama destas histórias situa-se à volta da vida clandestina*ª [Andrade, 1971b]. Como referi atrás (p. 69), a primeira narrativa, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, é um estudo sociológico da resistência. Em relação à segunda narrativa, «O fato completo de Lucas Mateus», o sociólogo angolano afirma que «*o quadro sociológico da segunda narrativa é semelhante ao primeiro. No centro da acção encontram-se operários da fábrica de Luanda, a Textang*» [Andrade, 1971b].

Em síntese, a sua perspectiva no estudo sociológico do facto literário, privilegia o estudo do contexto sociológico

(quadros sociais), como condicionantes do imaginário literário. No caso destas narrativas, sobre as quais recaiu sua análise sobre os elementos da realidade circundante, que determinam a linguagem das narrativas, têm a ver com a reconstituição dos dados socioeconómicos da exploração colonial e as desigualdades sociais dela decorrentes [Andrade, 1971a; 1971b]. É, portanto, neste contexto histórico-social em que se situam a obra e o autor. Daqui decorre o significado metodológico do ensaio *Uma nova linguagem no imaginário angolano*, como um trabalho pioneiro na elaboração e estudo da sociologia da literatura em Angola e muito particularmente da sociologia do romance angolano.

A presença da sociologia da literatura na obra de Mário Pinto de Andrade não se esgota nos três aspectos que aqui foram objecto de análise: poesia, narrativas e antologia. Como é sabido, ele também escreveu trabalhos sociológicos no domínio do teatro africano. O ensaio mais significativo neste capítulo é o seu prefácio ao livro *Continent-Afrique. Amazount*, de C. Néné-Klhaly Camara, intitulado «Antar-Chaka: vers un théatre pour les peuples africains». Trata-se indiscutivelmente de um texto que constitui um valioso contributo à sociologia do teatro africano.

Em resumo, diria que a ideia genérica com que se fica da leitura das obras de Mário Pinto de Andrade referenciadas neste capítulo, consiste no facto de a cultura, a língua e a literatura enquanto domínios do saber sociológico (a sociologia das obras da civilização), fornecerem aos actores sociais um quadro de referência para orientação da sua acção social. É a tradicional questão da sociologia, sobre a

formação do imaginário cultural e civilizacional, do código linguístico e do imaginário literário com base num contexto social (isto é, sociológico) determinado.

Capítulo II

Sociologia da Situação Colonial

«O campo de exercício da colonização é, por necessidade intrínseca, gerador de conflitos. Tal estado de permanente conflitualidade resulta da própria essência da situação colonial que, enquanto totalidade, espelha a complexa confrontação entre a minoria alógena e a maioria autóctone»

in Mário Pinto de Andrade
Origens do Nacionalismo Africano, p. 21.

«É claro que a descolonização produziu o bloqueio da dinâmica cultural na medida em que ela postulou a morte do desenvolvimento endógeno das sociedades domininadas. Neste sentido, a cultura como paradigma da resistência deixou de ser expressão de uma dialéctica do ter (actc) e do ser (ultrapassagens) culturais».

in Mário Pinto de Andrade
«Identidade, Poder Cultural e Desenvolvimento», p 49.

Os aspectos que neste capítulo são tratados por sociologia da situação colonial, mereceram a atenção de Mário Pinto de Andrade em três ensaios, nomeadamente, *Liberté pour l'Angola* [1962a], *La guerre en Angola. Étude socio-économique* [1971a] e no *prefácio* à edição portuguesa do livro de Aimé Césaire *Discurso Sobre o Colonialismo* [1978a], publicado pela Livraria Sá da Costa Editora, com uma tradução do francês feita pela poetisa moçambicana Noémia de Sousa.

2.1 – Essência sociológica do colonialismo [1]

Na esteira de Aimé Césaire, Mário Pinto de Andrade considera o colonialismo sob dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, trata-se de um «*regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem*

---

[1] Os textos clássicos mais conhecidos sobre a sociologia das sociedades colonizadas (ou sociologia da situação colonial) são os de René Maunier [1931], Georges Balandier [1982] e Jean Ziégler [1964]. Essas obras ilustram, a partir de uma metodologia sociológica, o carácter desumano do colonialismo. Contrariamente ao que acontecia em Paris e Londres, quanto à elaboração de trabalhos sociológicos críticos em relação à situação colonial, em Portugal registava-se um movimento inverso, o da fundamentação e apologia sociológica da colonização. Aliás, as autori-

na violência e só se sustém pela violência»; em segundo lugar, é uma «*forma moderna de pilhagem*» [1978a: 7]. Para além destas duas características essenciais do colonialismo, que é preciso situar no tempo histórico em que surgiram a obra do poeta Aimé Césaire e o prefácio de Mário Pinto de Andrade à sua edição portuguesa, o ensaísta angolano chama ao colonialismo um «*processo dos valores da Europa capitalista, responsável por um odioso empreendimento etnocidário*» [1978a: 5]. «*Sendo o genocídio a lógica normal*», prossegue o sociólogo, «*o colonialismo é portador de racismo. E é nesta gigantesca catarse colectiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado*» [1978a: 7].

Aqui, Mário Pinto de Andrade aproxima as suas asserções sobre o carácter etnocidário do colonialismo, à perspectiva do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Este, num artigo publicado em Dezembro de 1967, na revista *Les Temps Modernes*, pronuncia-se na mesma óptica: «*De facto a colonização não é uma mera conquista* [...] *é, necessariamente, um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente as forças particulares da sociedade indígena*» [cit. por Andrade, 1978a: 7].

---

dades do Estado Novo tentavam incorporar na acção colonial os postulados teóricos sobre o lusotropicalismo, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, bem como estimulavam pesquisas sociológicas ao serviço da colonização. Um dos trabalhos publicados neste âmbito, sem descurar os diversos trabalhos editados no domínio da antropologia e etnossociologia coloniais, é o livro do antropólogo e sociólogo português (de origem caboverdiana) Mesquitela Lima, *Alguns Aspectos Sociológicos da Colonização* [1964].

É importante situar a caracterização da essência do colonialismo feita por Mário de Andrade, num quadro mais amplo de referência sociológica, o da chamada situação colonial. O sociólogo africanista Georges Balandier, contemporâneo de Mário Pinto de Andrade, no seu livro *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*, publicado em 1955, lançava as bases sociológicas para a caracterização da situação colonial. Para esse autor, a situação colonial é «*la domination imposée par une minorité étrangère, "racialement" et culturellement différente, au nom d'une supériorité raciale (ou ethnique) et culturelle dogmatiquement affirmée, à une majorité autochtone matériellement inférieure; la mise en rapport de civilisations hétérogènes: une civilisation à machinisme, à économie puissante, à rythme rapide et d'origine chrétienne s'imposant à des civilisations sans techniques complexes, à économie retardée, à rythme lent et radicalement "nom chrétiennes"; la caractères antagoniste des relations intervenant entre les deux sociétés qui s'explique par le ròle d'instrument auquel est condamnée la société dominée; la nécessité, pour maintenir la domination, de recourir nom seulement à la "force" mais encore une ensemble de pseudo-justifications et comportements stéréotypés, etc.*» [Balandier, 1982: 34-35][2].

---

[2] «*A dominação imposta por uma minoria estrangeira, "racial" e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o estabelecimento de relações de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impõem-se a civilizações sem técnicas complexas, de economia retardada, de ritmo lento e*

O sociólogo canadiano Guy Rocher [1989] sintetizou, a partir desta caracterização sociólogica que Georges Balandier faz do colonialismo, seis traços essenciais sobre a situação colonial:

- a exploração económica estrangeira;
- a dependência política;
- as barreiras sociais e raciais;
- a atomização social;
- o sistema de justificações; e
- as atitudes psíquicas.

Estes traços são também observados pelo sociólogo Mário Pinto de Andrade nos estudos empíricos e teóricos (citados neste capítulo), que fez sobre a situação colonial dos países africanos então sob domínio de Portugal[3].

---

ritmo lento e radicalmente «não cristãs»; o carácter antagónico das relações que intervêm entre as duas sociedades, antagonismo que se explica pelo papel de instrumento a que está submetida a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, de correr não só à «força», mas também a um conjunto de pseudo-justificações de comportamentos estereotipados, etc.».

3 Os teóricos portugueses da sociologia da colonização apresentam um ponto de vista sobre a colonização portuguesa, diametralmente oposto ao de Georges Balandier e Mário Pinto de Andrade. É assim que, para Mesquitela Lima [1964: 13] «*a colonização portuguesa teve* [...] *as seguintes características: negação do etnocentrismo rácico, assimilação cultural, procura de horizontabilidade no choque de culturas, convivência, acomodação ecológica a valores de culturas diferentes e produção de "casos novos"*». Na verdade, essa caracterização sobre o colonialismo português não passa de um discurso apologético à colonização portuguesa.

De qualquer modo, o ponto de vista de Mário Pinto de Andrade sobre a essência sociológica do colonialismo, deve ser enquadrado no contexto socio-histórico em que foi escrito e publicado o livro do escritor martinicano Aimé Césaire (em 1950, a 1.ª edição, e em 1955, uma nova versão revista e aumentada). O próprio Mário Pinto de Andrade ultrapassa esta questão no seu prefácio à edição portuguesa, dizendo que o livro se inscreve de «*chofre no âmago do principal acontecimento que, no amanhã da segunda guerra mundial, modelava o devir dos povos saqueados pela História, a saber: a conquista da identidade, materializada pela luta de libertação nacional*» [1978a: 6].

De facto, a questão do destino do colonialismo coloca-se com maior acuidade logo depois da segunda guerra mundial, isto é, após 1945. Antes disso, tinham sido realizados Congressos Pan-Africanos (que desenvolveram e consolidaram a ideia da luta anti-colonial), em Paris (Fevereiro de 1919), Londres (Agosto de 1921), Bruxelas e Paris (Setembro de 1921), Londres (1923), Nova Iorque (1927) e Manchester (1945). Segundo dados de um estudo realizado, pelo investigador português Hélio Felgas, em 1955, isto é, dez anos após o termo da segunda guerra mundial, havia apenas cinco países independentes no continente africano: Libéria (1847), África do Sul (1909), Egipto (1922), Etiópia (1941) e Líbia (1952). Os Estados africanos politicamente independentes representavam então 17,3% da superfície geográfica e 27,7% da população de todo o continente africano. Este universo populacional era então integrado por 170 milhões de negros (70,5%), 60 milhões de árabes (24,8%), 8 milhões de europeus (3,3%), 3 milhões

de mestiços (1,2%) e 1 milhão de asiáticos (0,4%). As então colónias portuguesas eram habitadas por 300 mil europeus, que representavam 3,75% do número total de europeus residentes em África. A relação entre a superfície geográfica e o universo populacional, segundo o mesmo estudo, era a seguinte: a África sob domínio francês representava 36,6% da superfície e 25% da população; as colónias inglesas representavam 26,1 e 33 por cento e a África sob colonização portuguesa representava 6,8% da superfície geográfica e 5,5% da população de todo o continente africano [citado por João Paulo Guerra, 1994: 27].

A investigação sociológica do colonialismo, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade, parte de uma visão endógena – «o viver» do colonizado. Para esse sociólogo, a perspectiva endógena no estudo do colonialismo consiste em «*penetrar no essencial do colonialismo, ao mesmo tempo, desmontar os mecanismos de exploração do sistema, desvendar as contradições do pensamento burguês na matéria, mas também indicar as vias que permitiam triunfar sobre "esta vergonha do século XX"*» [Andrade, 1978a: 8]. É esta a orientação metodológica seguida por Mário Pinto de Andrade noutros estudos sobre os aspectos socioeconómicos, políticos e culturais da colonização portuguesa em Angola [1955a, 1962a, 1971a].

Na sua obra *La guerre en Angola* [1971a], escrita em colaboração com Marc Ollivier, Mário Pinto de Andrade caracteriza de forma detalhada os aspectos sociopolíticos e socioeconómicos da colonização portuguesa, partindo de uma análise sociológica das raízes históricas das sociedades (angolanas) pré-coloniais, da implantação do sistema

impero-colonial, dos dados socioeconómicos dos quinze distritos de Angola [1971a: 26][4], dos métodos de exploração de mão de obra das massas populares, das consequências da exploração indirecta dos camponeses não-assalariados e do trabalho forçado.

Nos itens que se seguem vou referir-me a estes aspectos da situação colonial, caracterizados nos trabalhos de Mário Pinto de Andrade. A situação colonial, em análise, diz apenas respeito ao período do chamado *Estado Novo*[5], que mereceu um estudo detalhado e sistematizado por esse autor.

2.2 – Estudo sociológico dos aspectos sociopolíticos da situação colonial

É sabido que a administração colonial portuguesa, aprovou em 1930 o «Acto Colonial» (Decreto n.° 18 570, de 8 de Agosto). Este documento, que conheceria duas revisões (em 1935 e 1945), viria a ser revogado aquando da

---

[4] A divisão administrativa de Angola compreendia então os seguintes distritos: Benguela, Bié, Cabinda, Huambo, Huíla, Kuando-Kubango, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Luanda, Lunda, Malanje, Moçâmedes, Moxico, Uíge e Zaire.

[5] Era esta a designação com que o regime fascista português, institucionalizado pela constituição de 1933, se auto-intitulava. A vigência do Estado Novo estende-se no período cronológico que vai de 9 de Abril de 1933 a 25 de Abril de 1974. Para uma visão multidimensional sobre o Estado Novo, ver *Dicionário de História do Estado Novo* [1996], editado em dois volumes, sob a direcção de Fernando Rosas e Brandão Brito.

revisão constitucional de 1951[6]. Esta revogação foi motivada pelos processos (quão dinâmicos) de descolonização que então se iniciaram nas colónias inglesas e francesas.

O «Acto Colonial» fundava a falácia dos auto-investidos direitos histórico-ontológicos de Portugal sobre os territórios colonizados. Neste sentido, o artigo 2.º do «Acto Colonial», dizia ser da «*orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e civilizar as populações indígenas*». Além disto, o «Acto Colonial» cruzava o sistema de assimilação uniformizadora e o regime republicano da descentralização, defendidos por Oliveira Salazar, Marcelo Caetano e Silva Cunha. Estes aspectos, em particular os referentes ao chamado sistema de assimilação uniformizadora, foram objecto de profunda crítica nas obras de Mário Pinto de Andrade [1955a, 1958a].

Na verdade, o «Acto Colonial» impunha uma integração forçada das populações autóctones, na economia de mercado da metrópole [cf. Andrade, 1971a: 24]. Neste sentido, o acto colonial previa: a) a exploração metódica de todos os recursos e potencialidades naturais dos territórios colo-

---

6 Na óptica do investigador português António Duarte Silva [1996: 22], «*a revisão constitucional de 1951 e a revogação do Acto Colonial corresponderam ao triunfo do modelo integracionista – também chamado de "assimilação uniformizadora" ou "unitarismo assimilador" – e da concepção de um Estado português pluricontinental, do Minho a Timor, qualificado pela doutrina oficial como uma "unidade política indivisível, unitária e permanente"*».

nizados; b) o povoamento dirigido dos territórios das colónias pela população da metrópole[7].

O «Acto Colonial» dava continuidade às preocupações das autoridades coloniais do Estado Novo em relação a ausência de um quadro jurídico político para as colónias. Foi a partir do Estado Novo que se produziriam alguns documentos especializados. Refiro-me aos seguintes documentos citados por Mário Pinto de Andrade: *Bases Orgânicas da Administração Colonial* (Decreto n.º 12.421, de 2 de Outubro de 1926); *Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor Leste* (Decreto n.º 12.485, de 13 de Outubro de 1926); *Código de Trabalho dos Indígenas* (Decreto n.º 16.199, de 6 de Dezembro de 1928). A este propósito, Mário Pinto de Andrade [1971a: 23], constata que a ideologia colonial se precisa depois de 1926, isto é, no período do Estado Novo.

Na verdade, Portugal procurava com o «Acto Colonial», justificar a sua colonização e escamotear os problemas centrais da política colonial. Estes residiam na profunda crise económico-financeira (sobretudo em Angola) e na ausência de um sistema político-administrativo que definisse com alguma «coerência» o tipo de relações entre as colónias e a metrópole, os colonizados e os colonizadores[8].

No entanto, a numerosa legislação colonial produzida durante o Estado Novo perseguia, em primeiro lugar, fins económicos. Este objectivo é respaldado na produção jurí-

---

[7] Cf. «Acto Colonial», artigo LXIX.
[8] Cf. Silva [1996: 20-22], Silva [1989], Alexandre [1993].

dica do Estado Novo e nos discursos políticos dos seus ideólogos[9]. Mário Pinto de Andrade demonstra este facto, criticando o discurso de Salazar, pronunciado em 1936, na sessão inaugural da Conferência Económica do Império Colonial Português, segundo o qual a solução lógica para o problema da superpopulação de Portugal consistia na organização da emigração de portugueses para as colónias e de fazer com que as colónias produzissem as matérias-primas e as vendessem à pátria-mãe, em troca de artigos manufacturados [cf. Andrade, 1971a: 24-25]. Para este, o quadro jurídico do Estado Novo e os discursos oficiais (referia-se sobretudo ao discurso de Salazar) proclamavam abertamente os objectivos do sistema colonial português, nomeadamente, a exploração dos recursos naturais e o povoamento colonizador, que tinham transformado Angola numa colónia de exportação e de povoamento[10]. Vou reproduzir textualmente as palavras do próprio Mário de Andrade sobre o assunto: «*Le langage colonial lui-même, qu'il s'agisse des lois ou des discours officiels, proclame ouvertement les objectifs concrets du système: exploitation des ressources et peuplement colonisateur. L'Angola se voyait ainsi assigner à la fois le rôle de colonie d'explotation et de colonie de peuplement, l'installation de colons devant permettre aux Portugais de prendre directement en main les principaux secteurs économiques du pays, et de*

---

9 Ver, por exemplo, Caetano [1956], Cunha [1952] e Moreira [1961].

10 Sobre esta questão, além de uma obra de Mário Pinto de Andrade [1971a], ver também a seguinte bibliografia: Bender [1980: 43-279]; Caldas [1982]; Costa [1994]; Jorge [1997]; Ribeiro [1981].

veiller eux-mêmes à son quadrillages administratif et politique» [Andrade, 1971a: 25][11].

2.3 – Estudo sociológico dos aspectos socioeconómicos da situação colonial

No capítulo «Principales caractéristiques des structures socio-économiques jusqu'en 1960», do livro *A Guerra em Angola*, Mário Pinto de Andrade apresenta duas grandes características socioeconómicas da situação colonial do nosso país: primeiro, como colónia de povoamento [1971a: 27-34] e em segundo lugar, como colónia de exportação ou fornecedora de produtos primários aos países capitalistas [1971a: 34-65].

Com base em dados estatísticos da época[12], Mário Pinto de Andrade analisa a evolução social do povoamento de Angola pela população europeia, a partir do ano de 1900 (9.000 habitantes), até 1960 (172.529 pessoas). Entre 1940 e 1960, a população «branca» de Angola tinha crescido de 44 mil para 172 mil habitantes. Foram, pois, assim, duas décadas de «*transformação do país em colónia de*

---

11 «*A própria linguagem colonial, quer se trate de leis ou discursos oficiais, proclamava abertamente os objectivos concretos do sistema: exploração dos recursos e povoamento colonizador. Angola assumiria assim ao mesmo tempo o papel de colónia de povoamento e de exploração, a instalação de colonos permitiria aos portugueses dirigir directamente os principais sectores económicos do país, e de vigiar a gestão administrativa e política*».

12 Cf. *Anuário Estatístico* [1959], boletim mensal de 1963 e *III Plano de Fomento 1968-1973*, volume III, p. 275.

povoamento» [Andrade, 1971a: 30]. A percentagem do índice de crescimento da população branca havia sido de 7,9% entre 1940 e 1950 para mais de 12% até 1960. Este universo populacional, era socialmente constituído por uma maioria masculina, dentre os quais soldados, funcionários, administradores do Estado ou do sector privado [cf. Andrade, 1971a: 30, 31]. Estas ideias de Mário Pinto de Andrade sobre o povoamento podem ser consolidadas com alguns dados estatísticos sobre a aplicação prática da política colonial de povoamento.

O povoamento estava dirigido para as zonas rurais, tendo conhecido, segundo Gerald Bender [1980: 146], durante o século XX, três grandes períodos: 1900-1950, 1951-1960 e 1961-1972. Os objectivos estratégicos do povoamento planificado consistiam, respectivamente, na expansão da hegemonia portuguesa em todo o território angolano, no desenvolvimento da economia rural e na «civilização das populações africanas». Para concretização da política de povoamento planificado, as autoridades coloniais decidiram criar em Angola, no início da década de 1950, dois grandes colonatos agrícolas: na Cela (planalto central) e na Matala (vale do rio Cunene)[13].

---

[13] Na Matala cada colono português recebia entre 5 e 8 hectares, ao passo que os da Cela recebiam aproximadamente 18 hectares. «Colono» era uma pessoa que embora não sendo funcionário do Estado, vinha para Angola com guia passada pelo ministério do Ultramar e com passagens pagas pelo mesmo Ministério, ou ainda, coloquialmente, o emigrante que posto em Angola, se fixava nas zonas rurais. A partir da década de 1960, as autoridades coloniais incluíram na sua política de povoamento colonos caboverdianos e africanos [cf. Bender, 1980].

Mais tarde foram criados mais 33 colonatos (recebendo entre 10 a 30 colonos: 31 de Janeiro, Atuco, Bela Vista, Chitado, Vale do Loge, Luinga, Lutau, Missombo, Negage e Quilombo dos Dembos; entre 31 a 60 colonos: Banga, Bolongongo, Cachaca, Caminina, Chinguri, Cole, Luvemba, Luxia, Lossol, Mabuia, Missene, Sacassange e São Jorge do Cubango; com 61 a 100 colonos: Benfica, Pambangala e Sande; entre 101 a 300 colonos: Chivaca; entre 301 a 600 colonos: Caconda e Cela; e ainda outros colonatos que tiveram pouca duração: Cacuso, Henrique de Carvalho, Luangrico, Moxico e São Nicolau) [cf. Bender, 1980: 174].

A política colonial de povoamento planificado (primeiro com colonos portugueses e depois com colonos cabo-verdianos e africanos) viria, entretanto, a fracassar. As principais causas que estiveram na base desse fracasso foram, principalmente, as seguintes: os chamados colonos quase nada traziam para garantir o êxito da actividade agrícola, pois a sua maioria provinha das camadas sociais metropolitanas mais pobres; muitos colonos tinham aversão pela agricultura e logo que possível trocavam a agricultura pelo comércio[14]; a maioria dos colonos envolvida na actividade agrícola, não tinha nenhuma experiência na vida agrícola (os poucos que a possuíam tinha sido agricultores mal sucedidos na metrópole ou ainda tinham algumas dificuldades de adaptação à realidade sociocultural

---

[14] Em 1950, dos integrantes da população branca, apenas 2.746 indivíduos (pouco menos de 10% da população branca masculina activa) trabalhava na agricultura [cf. Bender, 1980: 151; Amaral, 1960: 58].

de Angola)[15]; a incapacidade governativa das autoridades coloniais e a ausência de um apoio técnico adequado aos colonos[16]; a maior parte dos colonos que se estabeleceram nos colonatos eram analfabetos; os chamados colonatos, em vez de contribuírem para a formação da chamada «sociedade multirracial» e prossecução da chamada «missão civilizadora», aprofundavam a segregação e agudizavam as contradições sociais, decorrentes de profundas desigualdades sociais, entre a população local, os colonos e as populações negras [cf. Bender, 1980].

Na esteira de Mário Pinto de Andrade, pode dizer-se que as características de Angola como colónia de exportação, consistiam no fornecimento de produtos primários aos países capitalistas [1971a: 34-38], na protecção dos pro-

---

15 A este propósito, o investigador norte-americano Gerald Bender [1980: 150] considera o seguinte: «*a maior parte dos colonos nunca tinha trabalhado na agricultura antes de chegar a Angola. E mesmo aqueles que tinham exercido a actividade agrícola na metrópole falharam muitas vezes em Angola, ou porque eram os piores agricultores metropolitanos, ou porque foram incapazes de se adaptar às novas colheitas e a diferentes métodos agrícolas exigidos em África. O agricultor português bem sucedido em Angola era a excepção, não a regra*».

16 Bender [1980: 153] observa que as autoridades coloniais não promoviam «*nenhum estudo de solo, da água ou do clima na áreas seleccionadas para futuras colónias*». Por outro lado, os degredados recebiam maior assistência (alimento, alojamento, assistência médica e salário) do que os colonos livres e a situação dos agricultores brancos nascidos em Angola era ainda pior, porque não dispunham de nenhuma ajuda pública.

dutos industriais e bens de consumo da metrópole [1971a: 39-62] e na cobertura de *déficits* e desvios da economia portuguesa [1971a: 42-46].

Como fornecedor de produtos primários, Angola exportava três principais produtos: café, diamantes e sisal. Estes produtos, segundo as fontes consultadas por Mário Pinto de Andrade [17], eram exportados para Portugal Continental (24,17%), Estados Unidos da América (19%), Reino Unido (15,03%), Holanda (10%), Alemanha Federal (9.56%), outras províncias ultramarinas [18] (4,27%), Itália (2,77%), França (2,45%), Bélgica-Luxemburgo (1,81%) e outros países (10,88%) [cf. Andrade, 1971a: 37-38].

Para Mário Pinto de Andrade, os dois grandes aspectos socioeconómicos da situação colonial, nomeadamente o povoamento branco e as atribuições internacionais da economia da colónia, visam vários objectivos estratégicos. Em primeiro lugar, visa o desenvolvimento do «poder branco», através do alargamento da presença da população branca em todas as actividades socioeconómicas e políticas da colónia [1971a: 105]. O segundo objectivo é a exploração dos recursos minerais e desenvolvimento da indústria extractiva pelas potências metropolitanas [1971a: 96-102]. Na óptica colonial, estes dois objectivos seriam reforçados com acções de desenvolvimento da indústria ligeira

---

17 As principais fontes por si consultadas para a abordagem desta questão, foram documentos do Banco de Angola (exercício de 1960) e o *Anuário Estatístico* [1967].

18 Cabo Verde, Guiné Portuguesa, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

[cf. Andrade, 1971a: 105], tendo em vista a transformação da colónia em satélite de interesses de várias metrópoles na África Austral [1971a: 107].

Assim, as consequências da política jurídico-administrativa e socioeconómica de Portugal em relação às colónias residiam na pilhagem dos seus recursos e na exploração da mão-de-obra dos seus habitantes. É o que se pode depreender das palavras do sociólogo Mário Pinto de Andrade, quando alude que «*le pillage des richesses de l'Angola et l'exploitation du travail de ses habitants sont en effet la base principale du système impérialo-colonial portugais*» [1971a: 10] [19].

---

19 «*A pilhagem das riquezas de Angola e a exploração do trabalho dos seus habitantes são, com efeito, a base principal do sistema do império-colonial português*».

Capítulo III

Elementos de uma Sociologia das Relações Raciais. Da crítica da Sociologia do Luso-Tropicalismo, à formulação sociológica do conceito de Angolanidade

«Se o preconceito racial nasce duma série de experiências colectivas, o problema da sua desintegração reside somente na modificação dessas experiências»

in Mário Pinto de Andrade
«Do preconceito racial e da miscigenação» [inédito].

«Não sendo o lusotropicalismo válido para explicar a formação do Brasil, é inteiramente falso para as circunstanciais coloniais da África. Esta "teoria sociológica" supõe a aceitação de uma participação de todos os elementos da população colonial na vida social, económica, cultural e política.

Ora a política de assimilação, tal como é entendida e praticada pela administração colonial portuguesa, paralisa, eliminando desta participação, os indígenas negros e assimilados e, em certa medida, os mulatos»

in Mário Pinto de Andrade
«O Que é o Lusotropicalismo?», p. 230.

«A angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação.

Ela opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as suas evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e a dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade dum povo»

in Mário Pinto de Andrade
«O Canto Armado do Povo Angolano», pp. 22-23.

Neste capítulo proponho-me tratar dois aspectos da obra de Mário Pinto de Andrade, designadamente, a sua contribuição à abordagem dos problemas da sociologia das relações raciais e a sua crítica à sociologia do luso-tropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. A primeira questão foi por ele tratada numa palestra intitulada «Do preconceito racial e da miscigenação»[1] proferida no Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, a 16 de Março de 1952. A segunda refere-se a uma célebre polémica, que conduziu com Gilberto Freyre, publicada na revista *Présence Africaine* n.º IV, de Outubro-Novembro de 1955, sob o título «Qu'est-ce que le "luso-tropicalisme"?», sob o pseudónimo de Buanga Fele [1955a].

Os dois textos revestem-se de grande importância para o entendimento do novo rosto da ideologia do luso-tropicalis-

---

[1] Este importante texto da palestra proferida no âmbito das actividades científicas e culturais do Centro de Estudos Africanos, tem 52 páginas dactilografadas e permaneceu inédito até esta data. Os principais itens que constituem a estrutura do texto são: «Introdução, I. O Facto Social e as Relações Humanas, II. Mitos (2.1 - O Mito Judeu; 2.2 - O Mito do Negro), III. Casos Positivos de Discriminação, IV. O Racismo Negro - Como deve ser encarado?), V. Para a Desintegração do Preconceito Racial».

mo e das chamadas antropossociologias crioulas. Refiro-me às teorizações postuladas actualmente em Portugal, pela chamada escola portuguesa de estudos africanos [2], representada na corrente antropossociológica, pelo sociólogo angolano José Carlos Venâncio [3] e pelo seu discípulo Francisco Soares [4], este último, crítico literário e historiador-antropólogo das literaturas africanas dos países africanos de língua oficial portuguesa.

3.1 - O sentido sociológico das relações raciais

As primeiras reflexões sociológicas de Mário Pinto de Andrade sobre as relações raciais foram publicamente

---

2 O conceito de «escola portuguesa de estudos africanos» é aqui utilizado no sentido kandjimbiano [Kandjimbo, 1997: 201-207]. Na chamada «escola portuguesa de estudos africanos» (estudos literários) incluo estudiosos (portugueses e angolanos radicados em Portugal) da literatura angolana como Francisco Soares, José Carlos Venâncio, Pires Laranjeira, Salvato Trigo e alguns outros, sendo de atribuir a perspectiva teórica da crioulidade a José Carlos Venâncio e Francisco Soares.

3 Sociólogo angolano residente em Portugal. Na sua bibliografia mais importante sobre a perspectiva sociológica e antropossociológica da crioulidade na literatura angolana, é de incluir os seguinte títulos: *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana* [1987], *Literatura versus Sociedade* [1993], *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia* [1996].

4 Investigador angolano radicado em Portugal, onde lecciona literaturas africanas de expressão portuguesa, na Universidade de Évora. Defendeu uma tese de doutoramento, sobre o tema *A autobiografia lírica de «M. António»: Uma estética e uma ética da crioulidade angolana*, que foi publicada pela Editora Pendor [1996]. No prefácio, José Carlos Venâncio denomina a perspectiva teórica de Francisco Soares por «antropologia literária».

apresentadas no já citado texto, «*Do preconceito racial e da miscegenação*» [1952a]. Os aspectos principais do texto ligados a esta problemática, podem ser resumidos no seguinte:

a) a questão da raça;
b) o problema do preconceito racial e suas causas;
c) a questão do nexo entre racismo e preconceito racial;
d) as vias de superação do racismo e do preconceito racial.

O ponto de partida para o estudo da problemática do preconceito racial e da miscegenação é o conjunto das relações sociais, sobretudo, a sua dimensão política. Para o autor, este entendimento é um problema metodológico geral: «*Um estudo sobre o preconceito racial é, antes de mais, um inquérito às fontes da vida, exame sereno das condições materiais dos grupos humanos em sociedade. Que nós vivemos em sociedade, que o homem é animal político, passa a ser nos nossos dias um lugar comum, sempre válido, em todas as circunstâncias*» [Andrade, 1952a: 1].

A raça é facto da existência humana, representa a unidade e a diversidade da humanidade[5]. A natureza humana é una, tal como considera o autor angolano [Andrade, 1952a: 2]. A existência do homem é, pois, um facto em

[5] Cf. Boxer [1977], Bender [1980: 283-334], Nganga [1996]. Ver também: Banton [s.d.], Lévi-Strauss [1989], Rex [1988], Bastide [1979: 169-181], Comas *et alli*, [1970], I.C. Dunn *et alli* [1972], *Convergência de Raças e Culturas. Biologia e sociologia da mestiçagem. Actas do Encontro internacional de Évora*, 17-18 de Junho de 1988 [1993].

sociedade, que revela a necessidade de uma permanente acção cognitiva. Criticando o eurocentrismo, Mário Pinto de Andrade [1952a: 2], reconhece que «*o próprio Lévy-Bruhl que denominava a chamada mentalidade primitiva de pré-lógica, reconheceu no fim da sua vida a existência duma única mentalidade humana*». O sociólogo nega categoricamente o carácter científico do eurocentrismo. Para ele, o eurocentrismo não passa de uma falácia científica, pois «*não existe nenhuma base científica para estabelecer uma classificação de raças, ou segundo o grau de superioridade, ou de inferioridade*» [Andrade, 1952a: 9].

O sociólogo angolano fala sobre o carácter histórico, social e cultural do preconceito racial. Em primeiro lugar, fornece dados sobre o preconceito racial ao longo da história da humanidade. Para Mário Pinto de Andrade, o preconceito racial data da longínqua história da humanidade. Os principais argumentos para a ilustração da origem histórica do preconceito racial são: a ideia de «povos eleitos», a concepção bíblica (Antigo Testamento) sobre a inferioridade de certos povos em relação a outros[6] e algumas medi-

---

6 Mário Pinto de Andrade refere-se à maldição bíblica (*Antigo Testamento*, Génese, I + 25) em relação aos povos de Canaan: «Amaldiçoada sejas, oh Canaan! Serás o servo dos servos dos teus irmãos» [Citado por Andrade, 1952a: 6]. Outro exemplo avançado pelo nosso sociólogo, é o facto dos antigos gregos na antiguidade clássica terem considerado bárbaros todos os outros povos. Esta tese encontrou suas bases filosóficas na obra do pensador helénico Aristóteles (384-322 a.C.). Segundo este filósofo grego «*certos povos predestinados tinham nascido para serem livres e senhores do mundo e outros, fadados a serem escravos*» [citado por Andrade, 1953a: 6].

das de discriminação assumidas pelo faraó Sesóstris III em relação aos negros [Andrade, 1952a: 5-8][7]. Em segundo lugar, o preconceito racial decorre de uma tradição cultural canonizada nos manuais escolares e no convívio das crianças com os mestres, os pais e a religião – é a avaliação do papel das principais agências de socialização na produção, transmissão e reprodução do preconceito racial [Andrade, 1952a: 9]. Em terceiro lugar, ele considera que «*as diferenças raciais ("raças" no sentido biológico) não são as determinantes do preconceito racial ou do racismo mais aguerrido*» [Andrade, 1952a: 2]. Enfim, na esteira do estudioso angolano, o racismo e o discurso de raça, o preconceito e a discriminação raciais, assim como os estereótipos criados acerca de outros grupos humanos têm uma explicação social que radica na economia, na política e na psicologia social de alguns indivíduos ou colectividades. Portanto, para Mário Pinto de Andrade, «*os grupos humanos criaram preconceitos que não surgiram como consequências naturais, mas sim como resultantes das convivências sociais e dos benefícios que um determinado grupo humano pode auferir, mantendo em relação a outros, atitudes que lhe conferem uma certa superioridade. A ser assim, as vantagens e os privilégios pessoais e colectivos estão na base dessa medida de discriminação. A criação de mitos de superioridade pode servir de desculpa à exploração económica do homem pelo homem e à domi-*

[7] A atitude do faraó Sesóstris III que Mário Pinto de Andrade relata, diz respeito à fronteira sul do Egipto (Stèle), construída no ano VII. A travessia desta fronteira estava interdita aos negros.

nação política. Vem também justificar actos que habitualmente nos repugnam, como a exploração individual» [Andrade, 1952a: 7]. Essas observações, são válidas para uma crítica científica de toda a ideologia racista [8]. Aliás, no campo político, como bem observa Mário Pinto de Andrade, as classes dominantes tendem fazer uso dos preconceitos raciais para fomentar discórdias e fazer apologia do poder que se pretende conservar. No plano político-ideológico, os preconceitos e os estereótipos [9] perseguem, muitas das vezes, objectivos de dominação económica e política, embora os estereótipos variem, conforme os contextos sociológicos e as épocas, de uns grupos sociais para outros [Andrade, 1952a: 7-8].

---

[8] O racismo, como ideologia (ou ainda a ideologia racista), surgiu no século XVIII, tendo-se afirmado e consolidado, no século XIX, em quase todos os países ocidentais. Sobre esta questão, ver Arendt [1978].

[9] Mário Pinto de Andrade [1952a: 8] define o conceito de estereótipos da seguinte forma: «*As ideias falsas adquiridas acerca dos outros grupos humanos a que os sociólogos chamam estereótipos atribuem certas características deformadas a um determinado grupo, como é o facto de se considerar os negros como brutais, amorais, destituídos de qualquer atributo característico dos seres pensantes. Em contrapartida apresenta-nos como folgazões, generosos e fiéis, qualidades essas que garantem esplêndidos criados e trabalhadores, verdadeiras crianças grandes que se sentem satisfeitas por serem consideradas como inferiores e tuteladas. Este estereótipo predomina na África do Sul e nos Estados Unidos*». Como se pode depreender desta caracterização sociológica do conceito de estereótipo, o seu objectivo, em relação aos negros, é de carácter político e económico, a saber: conservação da mão serviçal do negro e apologia política da superioridade branca em relação àqueles.

O sociólogo angolano considera que o racismo, o preconceito racial e os mitos raciais, não tendo uma sustentação científica, têm sempre as suas vítimas que, regra geral, são o elo mais fraco de um determinado sistema de relações sociais e são fenómenos que se exacerbam em períodos críticos ou de profunda crise, numa certa sociedade. «[...] *os preconceitos e os mitos raciais permitem encontrar uma vítima expiatória, todas as vezes que a segurança individual e a coesão do grupo se encontram ameaçadas*» [1952a: 9]. Considera ainda que «*o grande capital [...] nos períodos críticos, se serve do racismo para designar bodes expiatórios, e como um dos seus meios para melhor os dominar*» [1952a: 7].

Neste sentido, propõe uma reflexão sobre a radicação do racismo, do preconceito racial e dos mitos raciais. Antes disso, porém, insiste no carácter económico e político do racismo e do preconceito racial: «*o preconceito racial assenta fundamentalmente em bases socioeconómicas. É a própria estrutura económico-política em que vivem os dominadores (dum grupo étnico determinado) e os dominados (doutro grupo étnico), que condiciona a eclosão do preconceito racial*» [1952a: 33]. Por isso, a radicação deste mal consiste na mudança social dos sistemas sociais: «*se o preconceito racial nasce duma série de experiências colectivas, o problema da sua desintegração reside somente na modificação dessas experiências*» [1952a, 33].

3.2 - Essência sociológica do luso-tropicalismo

Um dos trabalhos que notabilizou Mário Pinto de Andrade como sociólogo, é o seu texto sobre «O que é o Luso-Tropicalismo?», que, tal como referi antes, foi publicado em francês, na revista *Présence Africaine*, em 1955. No texto, o ensaísta angolano dirige uma severa crítica à teoria do luso-tropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), ao Professor Marcelo Caetano (um dos maiores ideólogos da então administração colonial portuguesa) e ao sistema colonial português em geral.

As ideias mestras desse artigo são continuadas no prefácio «Cultura Negro-Africana e Assimilação», à *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, editada em Paris com a chancela de Pierre Jean Oswald, em 1958.

Mário de Andrade analisa os fundamentos histórico-sociológicos da chamada teoria do luso-tropicalismo, a partir das principais obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande Senzala* [1933], *O mundo que o Português criou* [1940], *Um Brasileiro em terras portuguesas* [1953][10].

Na esteira das teses de Gilberto Freyre, Mârio de Andrade caracteriza o luso-tropicalismo da seguinte maneira: «*Na escrita superficialmente brilhante de G. Freyre*

---

10 Para uma reflexão sobre o Lusotropicalismo, ver alguns textos publicados na revista *Lusotopie* sobre o tema «Lusotropicalisme, Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones» [1997]; assim como Jorge Borge de Macedo [1989, pp.131-156], José Carlos Venâncio [1996], Maria da Conceição Neto [1997]; e desta mesma autora, Bibliografia (a completar) para a questão «Lusotropicalismo, «assimilação, integração» etc.

pode-se portanto ler que o luso-tropicalismo é simultaneamente um conceito, uma teoria e um método de colonização. Poder-se-ia, portanto, defini-lo como sendo: 1) Uma vocação congénita dos portugueses em serem atraídos pela mulher de cor nas suas relações sexuais, 2) O desinteresse dos portugueses pela exploração económica nos trópicos, 3) A manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais com vista à criação da mobilidade vertical na vida social e política» [Andrade, 1978b: 231].

Mais adiante, o sociólogo angolano explicita, numa única conclusão, as três dimensões explicativas do conceito de luso-tropicalismo: «*Eis o corolário: uma parte da África, da Ásia, da Oceania e da América, dominadas por um pequeno número de portugueses valentes que têm no sangue a herança tropical dos cruzamentos com os mouros, acusam a marca de unidade de sentimento e de cultura: a civilização luso-tropical. Não se justificaria melhor a colonização portuguesa!*» [Andrade, 1978b: 231].

Esta interpretação do luso-tropicalismo, decorre da dimensão intencional e extencional do conceito de luso-tropicalimo elaborado por Gilberto Freyre, na sua obra *Um brasileiro em terras portuguesas*, onde, segundo Mário de Andrade, o sociólogo brasileiro formula as teses essenciais do luso-tropicalismo. Segundo Freyre, «*os portugueses acrescentaram desde o início à sua qualidade de europeus a sua condição de serem um povo arabizado, uma predisposição para aventuras amorosas sob o signo de Vénus Morena*». «*Os portugueses são um povo menos imperialmente europeu, mas já ligado pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e não europeus*». «*Pode-se afirmar que os portu-*

gueses depressa se tornaram através da cultura nos luso-tropicais que descobrem nos trópicos, zonas naturais e congénitas de expansão. Acrescentaram aos motivos económicos, religiosos e políticos de expansão, este gosto (que não existe entre os outros europeus) de viver, de amar e de fazer filhos nos trópicos; confraternizando com mulheres e homens e com os valores tropicais, e não apenas explorando os homens, destruindo os valores e violando as mulheres das terras conquistadas» [citado por Andrade, 1978b: 231].

Num outro texto, intitulado «Cultura negro-africana e assimilação», Mário Pinto de Andrade situa o luso-tropicalismo no plano cultural da situação colonial. O investigador angolano questiona Gilberto Freyre da seguinte maneira: «*O luso-tropicalismo merece aqui alguns comentários, no que respeita a essa unidade de sentimento e de cultura que se estenderia do alto de Portugal aos longes da África e do Oriente. Se se trata duma civilização e duma cultura, como Freyre no-lo afirma várias vezes* [...], *por que estranho motivo não existem nessas áreas, formas de expressão cultural ou produções espirituais que ilustrem duma maneira viva e dinâmica o complexo luso-tropical?*» [Andrade, 1958a, X]. E mais adiante, achava que «*nenhuma nação colonial fomentou pois na África Negra uma política de assimilação cultural, mas uma sobreposição de valores*» [Andrade, 1958a: X]. Para Mário de Andrade, o luso-tropicalismo é, na verdade, uma política assimilacionista de integração da cultura africana na cultura europeia. «*Entenderia a expressão luso-tropical como um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de produtos em áreas de influência portu-*

guesa; nunca como uma harmonização dos valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais» [Andrade, 1958a: X].

As ideias mestras da concepção freyriana do luso-tropicalismo foram expostas de maneira mais sistematizada, no livro de Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical.* Este livro foi publicado em 1961, no âmbito da Comissão Executiva das comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique e inclui 17 ensaios diversos sobre a problemática da chamada civilização luso-tropical [11]. O

---

11 Os dezassete ensaios que integram a estrutura do livro são os seguintes: «I. A ocupação de áreas tropicais pelo Português como processo ecológico; II. Alguns aspectos da civilização que possa ser considerada luso-tropical; III. Outros aspectos da civilização que possa ser considerada luso-tropical; IV. A experiência portuguesa no Trópico americano; V. A propósito de Garcia d'Orta: pioneiro de ciência luso-tropical; VI. Camões, lusista e tropicalista; VII. Fernão Mendes Pinto, tropicalista; VIII. Arte, Ciência e Sociedade: importância da arte para a moderna civilização lusotropical; IX. Arte, Sociologia e Trópico: em torno da presença portuguesa nos Trópicos; X. Em torno de uma arte simbiótica: a luso-tropical; XI. Arte e Civilização moderna nos Trópicos: a continuação portuguesa e a responsabilidade brasileira; XII. A língua portuguesa: aspectos sociológicos da sua unidade e da sua pluralidade nos Trópicos; XIII. Uma mística luso-cristã de integração; XIV. Cristianismo oral e cristianismo bíblico: um aspecto de contraste entre a colonização dos Trópicos por portugueses e a mesma colonização por europeus do Norte; XV. O infante D. Henrique como pioneiro de uma política social de integração de não europeus no sistema luso-cristão de convivência; XVI. A civilização portuguesa como estilo de civilização integrativa, marcada pela influência do infante D. Henrique; XVII. Integração de raças autóctones e de culturas diferentes da Europa na comunidade luso-tropical: aspectos gerais de um processo».

livro não introduz alterações nos postulados essenciais do luso-tropicalismo, embora a introdução ao ensaio proclame um novo domínio do saber, o da lusotropicologia [Freyre, 1961: 1; 5-7].

Na verdade, a lusotropicologia continuava a postular conceitos políticos, ideológicos e a trabalhar ao serviço da administração fascista portuguesa, insistindo no carácter humano da especificidade da colonização portuguesa nos trópicos[12]. Só assim se explicam as viagens de Gilberto Freyre às então colónias portuguesas, a partir da década de 1950, sob patrocínio do governo colonial fascista português.

3.3 - Crítica sociológica à ideologia do luso-tropicalismo

Mário Pinto de Andrade critica a concepção freyriana e a ideologia colonial portuguesa nos seguintes aspectos: (i)

---

12 Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* [1933], apontou três características *sui generis* da colonização portuguesa, a saber: a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatibildade. Para José Carlos Venâncio, um sincero apaixonado da sociologia lusotropicalista de Freyre, que nos últimos anos vem repensando a presença portuguesa nos trópicos, estas características reflectem os traços mais importantes da colonização portuguesa [Venâncio, 1996: 21]. Como se deduz da teoria de Freyre e da posição de Venâncio, os dois ignoram as consequências económicas, sociais, políticas e culturais da colonização (à luz da teoria sociológica da situação colonial de Balandier [1992]) que, em nosso entender, têm primatura em relação aos aspectos marginais da mobilidade, miscibilidade e aclimatibilidade.

na apologia da segregação e da assimilação; (ii) no postulado da chamada generosidade da cultura tropical; (iii) nos princípios da ideologia colonial. Enfim, o ensaísta angolano considera o luso-tropicalismo como uma tentativa ideológica de renovação dos métodos da política assimilacionista do colonialismo português.

Em primeiro lugar, a assimilação defendida pela sociologia luso-tropicalista, «*traduz-se sempre na prática, por uma destruturação social dos quadros negro-africanos e pela criação em número reduzido da elite assimilada*» [Andrade, 1958b: XII]. Mário Pinto de Andrade demonstra ainda de outra forma o carácter segregacionial da ideologia colonial, considerando que a própria definição de indígena, constituía um dos exemplos concretos duma ideologia colonial – o luso-tropicalismo [cf. Andrade, 1958b: XII].

Em segundo lugar, o sociólogo considera que a expansão portuguesa perseguia razões socioeconómicas e não motivos de natureza moral e religiosa como queria fazer crer a apologética teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre [Andrade, 1958b: IX]. Chama ainda à atenção para o facto da expansão do português constituir uma das origens do capitalismo moderno.

Em terceiro lugar, Mário Pinto de Andrade constata que o luso-tropicalismo, como «teoria sociológica» que supõe a aceitação de uma participação de todos os elementos da população colonial na vida social, económica, cultural e política, está viciado na sua forma. É que a política assimilacionista praticada pela administração colonial portuguesa, «*paralisa, eliminando desta participação, os indígenas negros e assimilados e, em certa medida, os mulatos*». No mesmo

lugar, o ensaísta angolano questiona «*sobre o quê, então, fundar uma civilização luso-tropical?*» [Andrade, 1978a: 230].

Mário de Andrade apoia os seus três argumentos críticos contra a ideologia luso-tropicalista em dois factos, que segundo ele demonstram o carácter ilusório da chamada civilização luso-tropical: por outro lado, «*a percentagem de analfabetismo no "ultramar português", entre as populações negras, sobretudo na Guiné, em Angola e Moçambique, se é que a língua portuguesa deve ser considerada como o único veículo do pensamento e do sentimento luso-tropicais*»; e, por último, «*a percentagem de mestiços produtos de casamento e não da concubinagem entre brancos e negras*» [Andrade, 1958b: X].

Cinco anos depois (1960) da publicação do polémico texto de Mário Pinto de Andrade sobre o luso-tropicalismo, Amílcar Cabral, num texto intitulado «The Facts about Portugal's Colonies», publicado em Londres, sob o pseudónimo de Abel Djassi, aprofunda a questão com novos dados sobre a essência politíco-ideológica e cultural-assimilacionista do colonialismo português. Apresento, a seguir, uma longa citação extraída desse importante texto de Amílcar Cabral: «*Portugal é um país subdesenvolvido com 40 por cento de analfabetos e o seu nível de vida é o mais baixo da Europa. Se conseguisse ter uma "influência civilizadora" sobre qualquer povo, seria uma espécie de milagre. O colonialismo clássico, fenómeno histórico em vias de desaparecimento, nunca contou com milagres para se manter vivo. Portugal exerce a única "influência civilizadora" de que é capaz, a que corresponde ao tipo de colonialismo que adoptou e à sua posição de potência colonial*

cuja economia, cultura e civilização são atrasadas». E, mais adiante acrescenta que «*99,7 por cento da população africana de Angola, Guiné e Moçambique é considerada "não civilizada" e 0,3 por cento é considerada "assimilada". Para que uma pessoa «não civilizada» obtenha o estatuto de "assimilada" tem de fazer prova de estabilidade económica e gozar de nível de vida mais elevado do que a maioria da população de Portugal. Tem de viver à "europeia", pagar impostos, cumprir o serviço militar e saber ler e escrever correctamente português. Se os portugueses tivessem de preencher estas condições, mais de 50 por cento da população não teria direito ao estatuto de "civilizado" ou de "assimilado". O pretenso "não civilizado" é tratado como um objecto e deixado à mercê dos caprichos da administração colonial e dos colonos. A sua situação é absolutamente indispensável para a manutenção do sistema colonial português. Fornece uma inesgotável massa de mão-de-obra para o trabalho forçado e a "exportação" de trabalhadores. Ao classificá-lo como "não civilizado", a lei oficializa a discriminação racial e justifica a dominação portuguesa em África*» [citado por Guerra, 1994: 42-48].

A chamada «sociedade multirracial» nos trópicos e a ideologia do luso-tropicalismo que a sustentava, não passavam de uma utopia sociológica de Gilberto Freyre e uma falácia ideológica das autoridades coloniais. Pois, na realidade, a discriminação racial continuava a imperar, com um respaldo legal, sob as mais diversas formas. À data da «Revolução dos Cravos» em Portugal, em Angola ainda existiam dois mundos, o «mundo dos brancos» e o «mundo dos pretos» [cf. Ribeiro, 1981: 139-206].

Por mais que os discursos oficiais e as pseudo-ciências da sociedade multirracial tentassem camuflar ou contrariar essa realidade, a discriminação racial era um facto: os colonatos, que no geral representavam «ilhas brancas», simbolizavam uma das facetas da política oficial de segregação racial, além de contribuírem para o desapossamento das populações negras das suas terras e o empobrecimento dos solos (devido à «cultura forçada» ou «estimulada pela ganância», para usar uma expressão do geográfico português Orlando Ribeiro [1981: 159]). A aquisição da «cidadania» [Art.º 56.º do Decreto-lei 39.666, de 1954] pela população negra, estava constitucionalmente virada apenas aos mestiços e negros «civilizados»[13], mediante a apresentação de:

a) atestado do representante da administração, garantindo que fala correctamente a língua portuguesa;
b) atestado de bom comportamento moral e cívico;
c) atestado de ilustração e bons hábitos domésticos;
d) certificado de habilitações literárias;
e) requerimento ao governador de distrito, atestado de residência, comprovativo da situação militar regularizada e parecer do administrador local[14].

---

13 Os indivíduos de cor branca eram, à partida, considerados civilizados, incluindo os analfabetos. Note-se que em 1950, em Angola, 44% da população branca adulta ou em idade escolar era analfabeta e outros 39% não passava do ensino primário. Veja-se Neto, 1993.

14 Cf. Maria da Conceição Neto [1993: 7].

Nas cidades e vilas, eram os indivíduos de raça branca que ocupavam os melhores lugares (*status*) e exerciam os papéis sociais de maior prestígio, enquanto a maioria negra e alguns mestiços não passavam de serviçais. Os negros «mão-de-obra»[15] estavam condenados a ocupar os últimos lugares na estratificação social da sociedade colonial. Nas três grandes instituições de promoção social – a escola (mais tarde a Universidade), as forças armadas e o clero - a discrepância, em relação aos cargos e postos de maior prestígio com base na cor da pele, era incalculável[16]. Portanto, a raça continuava a ser o critério básico de ascensão social e um dos quatro factores primários de diferenciação social – proveniência social, cor da pele, meio em que o indivíduo cresceu e identificação étnica[17].

---

15 Na sua obra *Os Nativos na Economia de Angola* [1954], Marcelo Caetano veiculou a ideia segundo a qual, os «pretos» constituíam a principal riqueza do Ultramar, pois para ele a África era uma espécie de enorme quinta que só podia ser rentável se tivesse alguém que a trabalhasse.

16 Era quase impossível, mesmo nessas instituições sociais – isso sem desprimor do papel que a Igreja desempenhou na formação dos primeiros letrados africanos - a formação de uma elite negra, tanto pela situação de pobreza a que estava votada a maior parte da população, quanto pelos preconceitos raciais que imperavam. Além disso, as autoridades coloniais entendiam por «elite» (nas condições dos países colonizados) aquela «*classe intermédia que abandona a cultura originária, mas adopta a missão de generalizar os costumes novos*». Cf. Adriano Moreira [1956: 159-189].

17 Para uma maior reflexão em torno desta problemática, da estratificação social e da estrutura de classes na sociedade angolana do período colonial, ver Carvalho [1987]. Há um resumo em língua portuguesa deste livro, ainda não publicado.

Assim, conclui-se que o luso-tropicalismo, longe de ser uma teoria sociológica consistente é, na verdade, uma teoria explicativa sobre os métodos de colonização portuguesa. De resto, como afirma o próprio Mário Pinto de Andrade, «*não sendo o lusotropicalismo válido para explicar a formação do Brasil, é inteiramente falso para as circunstâncias coloniais da África*» [Andrade, 1978b: 230].

3.4 - A formulação sociológica do conceito de angolanidade

Em 1974, num prefácio (intitulado «O Canto Armado do Povo Angolano») ao livro *Poesia com Armas* do escritor angolano Costa Andrade [7-24], Mário Pinto de Andrade formula uma visão sociológica do conceito de angolanidade, em oposição ao luso-tropicalismo e à crioulidade, sendo esta última uma extensão da sociologia do luso-tropicalismo. No prefácio em referência, Mário Pinto de Andrade postula o seu conceito sociológico de angolanidade. Segundo ele, «a *angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação. Ela opõe-se a todas as variantes de oportunismo (com as suas evidentes implicações políticas) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose de melanina e a dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade dum povo*» [1974: 22-23].

Aqui, é possível estabelecer cinco grelhas de leitura para a compreensão da dimensão sociológica do conceito

de angolanidade, formulado por Mário Pinto de Andrade. Em primeiro lugar, a angolanidade é conceituada como um processo socializante e socializador de aquisição de saberes e culturas, sua endogeneidade e interiorização na personalidade do homem e das comunidades angolanas. Em segundo lugar, a angolanidade é uma dimensão sociocultural macrossociológica. Ela opõe-se ao regionalismo, à etnicidade negativa, ao racismo, ao discurso de raça, à cultura e lógica de exclusão. Em terceiro lugar, a angolanidade é um processo construtor, que se projecta além de quaisquer particularismos, em «direcção à nação». Em quarto lugar, a angolanidade tem os seus sujeitos - as comunidades humanas. E, em quinto lugar, a angolanidade enquanto fenómeno sociocultural, não é um fenómeno estático. É, pelo contrário, um processo dinâmico, isto é, um discurso de historicidade sociológica. É um processo dinâmico de enraizamento sociocultural.

A ideia da angolanidade surgiu em 1959 e afirmou-se como conceito nos anos de 1961 e 1962, para definir a «*substância nacional angolana*», em oposição à portugalidade. O surgimento da ideia e a afirmação do conceito são devidos ao investigador português Alfredo Margarido [1980: 5 e 31] e ao escritor angolano Costa Andrade [1962: 76-91].

No entanto, foi Mário Pinto de Andrade quem formulou os fundamentos culturológicos e sociológicos da angolanidade [Andrade, 1952a; 1953b; 1953c; 1974: 22-23], tendo elaborado, segundo o ensaísta angolano Luís Kandjimbo [1997: 15-17, 19], uma «*espécie de teoria geral*». Este investigador, seguindo a perspectiva endógena do saber socio-

cultural inaugurado por Mário Pinto de Andrade, vem enriquecendo o conceito de angolanidade. Numa polémica[18] que articula com o sociólogo angolano radicado em Portugal, José Carlos Venâncio[19], Kandjimbo apresenta

---

[18] Os principais textos que estruturaram a polémica entre José Carlos Venâncio e Luís Kandjimbo foram publicados no semanário português *África*. Luís Kandjimbo com «O problema do estatuto e da ordem do discurso crítico em "Uma perspetiva etnológica da literatura angolana"» [1990a] e «Angolanidade: um pressuposto ou conceito?», [1990b] (com algumas alterações e sob o título «Angolanidade: o conceito e o pressuposto», este texto foi publicado no último livro de Luís Kandjimbo, *Apologia de Kalitangi* [1997: 15-23]); José Carlos Venâncio com «Algumas notas sobre o conceito de angolanidade» [1990a] (também inserido no seu livro *Literatura versus Sociedade* [Venâncio, 1992: 19-23], sob o título «Em redor do conceito de angolanidade») e «Ainda a propósito do conceito de angolanidade» [1990b]. Para indicar apenas os mais importantes. Eu próprio escrevi, em 1994, um artigo onde apresento um resumo sobre o debate entre Luís Kandjimbo e José Carlos Venâncio [cf. Kajibanga, 1994].

[19] No seu artigo «Ainda a propósito do conceito de angolanidade», José Carlos Venâncio tenta justificar o seu esforço de teorização do conceito de angolanidade pela indefinição teórica do mesmo. Segundo ele, trata-se de um «*termo bastante usual entre os críticos e historiadores da literatura, mas que continua teoricamente indefinido*». Como referi nas páginas anteriores, a concepção sociológica clássica de angolanidade foi formulada, pela primeira vez por Mário Pinto de Andrade [1974], no prefácio «O canto armado do povo angolano» escrito para o livro *Poesia com Armas*, de Costa Andrade. Antes dessa definição, Mário Pinto de Andrade já havia elaborado vários conceitos operatórios sobre a problemática da angolanidade. O seu texto «Questões de linguística Bantu, I – Da posição do quimbundo nas línguas de Angola» [1951-1952a], pode ser considerado como o primeiro a fornecer os pressupostos metodológicos, epistemológicos e hermenêuticos para uma abordagem científica sobre a angolanidade. Ora, não entendemos as causas que terão motivado o silêncio de José Carlos Venâncio em relação a essa referência paradigmática, tão importante para a compreensão do conceito de angolanidade, seu enriquecimento ou reelaboração.

duas dimensões do conceito de angolanidade: uma «angolanidade-pressuposto», que «é a herança e a memória colectiva» e uma «angolanidade literária» [Kandjimbo, 1997: 21]. Dito de outra forma a angolanidade é, para este autor, conceito e pressuposto [cf. Kandjimbo, 1997: 15-23]. José Carlos Venâncio, por seu turno, define a angolanidade como um «*novo sistema de significantes cujo substrato sociocultural é fornecido pelo colonialismo português, vector de integração das culturas africanas e europeia. A angolanidade surge assim irredutível em relação aos outros dois sistemas, vivendo duma certa instrumentalização do português por influência das línguas africanas*» [Venânio, 1987: 16] [20]. Este conceito de José Carlos Venâncio

---

[20] É mais grave ainda a «periodização da angolanidade» apresentada por José Carlos Venâncio. Para este sociólogo, a angolanidade tem dois momentos principais: o primeiro que decorre da presença portuguesa e o segundo que resulta da presença cubana em Angola [Venâncio, 1987: 121]. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, o conceito de José Carlos Venâncio nega a identidade cultural angolana, postulando um discurso eminentemente biossociológico. Ora, em meu entender, a angolanidade não deve ser explicada com base em critérios biológicos e antropológicos (sejam os de uma perspectiva eurocêntrica ou luso-tropicalista, ou ainda os de pendor negrista). Para mim, a angolanidade deve ser encarada a partir da identidade cultural de todos os povos e comunidades que habitam em Angola, tendo como referência a cultura da maioria etno-sociológica de origem bantu, sem prejuízo das minorias etno-sociológicas de origem khoisan, vatwa, portuguesa e outras. Sublinho o conceito de comunidades etno-sociológicas (ou melhor, sociológicas – maiorias e minorias), em contraposição ao conceito de «minoria bio-antropológica», implícito na concepção venanciana de angolanidade.

arranca os seus pressupostos metodológicos da sociologia colonial (numa perspectiva similar à sociologia da colonização de Mesquitela Lima), da lusotropicologia e do discurso de raça, numa tentativa de projectar a sociologia do dualismo cultural para entendimento do conceito de angolanidade. É, na verdade, um conceito de angolanidade redutível ao discurso de raça e da miscigenação – uma visão biossociológica – como se o contacto entre povos e culturas diferentes fosse um fenómeno sociocultural exclusivamente luso-angolano.

O conceito de angolanidade proposto por Luís Kandjimbo assenta no entendimento da identidade cultural decorrente de todas as manifestações culturais angolanas, onde legitimamente se inscrevem «*as práticas literárias escritas e orais*» [Kandjimbo, 1997: 17], sem excluir o imaginário social, a ideologia e o sentimento de pertença[21]. Esta contribuição de Luís Kandjimbo introduz novos elementos na dimensão intencional e extencional do conceito de angolanidade. Aliás, os trabalhos deste ensaísta da geração pós-independência revela uma inabalável coerência doutrinária que emerge dos pressupostos da angolanidade, donde é detectável uma engajada e consciente cumplicidade metodológica e epistemológica com a perspectiva da angolanidade de Mário Pinto de Andrade.

Assim, a angolanidade enquanto prática social e linguagem da historicidade é radicalmente oposta ao lusotropicalismo, à crioulidade, a todas as ideologias do dualismo

---

[21] Cf. também Luís Kandjimbo [1990a: 34].

cultural, enfim às explicações biossociológicas e antropo-rácicas da identidade social e cultural do homem angolano. Foi esta a prática discursiva (do teórico, cidadão e político) sempre assumida por Mário Pinto de Andrade. Para este, a angolanidade, é «*contra a prática do assimilacionismo colonizador, o dualismo cultural, com vista à definição dos traços essenciais duma identidade nacional: a angolanidade*» [1974: 22].

Capítulo IV

Sociologia do Protonacionalismo Africano

«Na generalidade, e encarado sob o ângulo unitário, o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no ensinamento e na acção) descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)»

in Mário Pinto de Andrade,
Origens do Nacionalismo Africano, p. 77.

Mário Pinto de Andrade dedicou os últimos anos da sua vida à elaboração e sistematização de uma sociologia do protonacionalismo africano. A sua contribuição teórica neste domínio está sintetizada no livro *Origens do Nacionalismo Africano* [1997a] [1] e no ensaio «As Ordens do Discurso do "Clamor Africano": continuidade e ruptura na

---

[1] As peças mais importantes deste livro são: «A ideologia nacionalista» (texto de comunicação, sob o título «Consciência histórica, identidade e ideologia na formação da nação», apresentada no colóquio *A Construção da Nação em África*, realizado em Bissau em 1986 e publicado em 1989), «Ideologia e formações sociais no processo histórico da colonização portuguesa», «O surgimento dos letrados nas sociedades colonizadas», «Correntes de formação de consciência nativa – a dos "filhos da terra"», «O discurso da raça e dos valores de civilização negro-africana»; e sete textos sobre as ideias e práticas políticas do protonacionalismo, para além de anexos que incluem perfis biográficos de destacadas figuras do protonacionalismo africano (de João dos Santos Albasini, Eduardo William Blyden, António Carlos Rebelo Cabral, João de Castro, Mohamed Ali Duse, Paula Panda Farnana, Miguel Machado, José António de Magalhães, Carlos Baptista Ferreira Mello, Martinho Nobre de Melo, Ayres do Sacramento Menezes, Armando António Pereira, Tulo Maco, Riba Georgina de Carvalho, Augusto Vera-Cruz) e o texto «Protonacionalismo em Moçambique. Um estudo de caso: Kamba Simango – c.. 1890-1967» (inicialmente publicado na revista *Arquivo* (Maputo), n.° 6, Outubro, 1989, pp. 127-148).

ideologia do nacionalismo unitário», publicado em 1990, na revista *Estudos Moçambicanos* da Universidade Eduardo Mondlane. Tratam-se de dois trabalhos que se situam no âmbito da sociologia histórica e da sociologia política africanas.

Pretendo, neste capítulo interpretar alguns dos aspectos da concepção sociológica do protonacionalismo africano, a partir da sua derradeira obra, *Origens do Nacionalismo Africano*[2]. O conteúdo desse exercício hermenêutico recai sobre os seguintes aspectos:

- preliminares metodológicos;
- emergência e essência social e desenvolvimento do protonacionalismo;
- elaboração do discurso de ruptura e a emergência do moderno nacionalismo africano;
- significado histórico da sociologia do protonacionalismo africano.

4.1 - Preliminares metodológicos

Na obra em referência, Mário Pinto de Andrade faz, a título introdutório, alguns esclarecimentos sobre dois conceitos, tidos como importantes para o entendimento da

---

[2] Mário Pinto de Andrade pretendia publicar este livro com o subtítulo seguinte: «O Discurso Proto-nacionalista», isto é: *Origens do Nacionalismo Africano*. 1.° Volume - *O Discurso Protonacionalista*. Sobre este assunto, ver Andrade [1989a: 127].

questão do protonacionalismo. Trata-se dos conceitos de *nação* e de *nacionalismo*.

Em relação ao conceito de nacionalismo, ele considera-o um termo ambíguo e com fundo ideológico, que se organiza «*em torno de quatro temas principais: a soberania, a unidade, o passado histórico e a pretensão à universalidade*» [Andrade, 1997a: 14].

Para o ensaísta angolano, que subscreve as teses do sociólogo francês Georges Burdeau, «*a nação é uma ideia ou representação*» [1997a: 13]. Por isso, questiona os tradicionais critérios que presidem algumas definições do conceito de nação, designadamente, a língua, o território, a vida económica ou a comunidade de cultura [cf. Andrade, 1997a: 16]. Como é comumente sabido, as independências dos Estados africanos foram proclamadas no âmbito das fronteiras coloniais delimitadas pela conferência de Berlim, realizada em 1885. Os 31 chefes de Estado africanos que assinaram a Carta da OUA [3], em Maio de 1962, reconheceram as fronteiras herdadas da colonização. Porém, um pouco por toda a parte do continente, têm-se levantado vozes de políticos e intelectuais africanos que propõem a revisão das actuais fronteiras africanas. A posição de Mário Pinto de Andrade situa-se nessa perspectiva. Justifica a sua preocupação devido ao carácter artificial das fronteiras africanas e à força da autoconsciência étnica nos processos de

---

[3] Na alínea d) do seu artigo 2.º, a *Carta da Organização da Unidade Africana* estabelece a defesa das soberanias, integridade territorial e independência dos Estados africanos, no quadro das fronteiras traçadas pela conferência de Berlim. Sobre este assunto ver também Jean Mfoulou [1986].

construção das nações africanas. Assim, para ele, «*a construção da unidade africana (implicando a remodelação das fronteiras herdadas da partilha colonial, por dinâmica externa) não se erigiu ainda em factor de consolidação nacional, num quadro continental*» [Andrade, 1997a: 17].

A actualidade e pertinência destas considerações metodológicas preliminares, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade, consistem no questionamento «*em primeiro lugar, se a ideologia nacionalista contém, na essência, um carácter universal* [...] *e no entendimento da singularidade africana*», em particular, «*do momento africano protonacionalista*» [Andrade, 1997a: 13]. Mário Pinto de Andrade elabora assim a sua sociologia do protonacionalismo africano, partindo da definição do que chama «avatares das ideologias nacionalistas», conceitos de nação, questão nacional e nacionalismo[4] – eixos metodológicos importantes para a ilustração sociológica da problemática do (proto)nacionalismo africano.

4.2 - Da emergência e da essência social do protonacionalismo africano

A emergência do protonacionalismo foi preparada por um conjunto de condições histórico-sociais, das quais pontificam: as premissas sociopolíticas e socioculturais da

---

[4] Estes conceitos (ou ideias sobre eles) estiveram sempre presentes nos programas políticos dos protonacionalistas africanos e constituíram ideias nucleares na luta pela emancipação e afirmação das elites africanas.

época e a ordem ideológica vigente (subsequente ao império), o liberalismo e o salazarismo [cf. Andrade, 1997a: 25]. É essa ordem político-ideológica, contestada pelas populações nativas, que estrutura todas as premissas objectivas e subjectivas do surgimento das práticas e dos discursos protonacionalistas. Mário Pinto de Andrade inscreve na nova ordem colonial (era pós-império), os seguintes condicionalismos: a «*Constituição de 1822, que proclama o princípio de unidade de estatuto político e legislação entre as colónias e a metrópole*» o «*edifício ideológico cujas vertentes se compunham de uma legislação referente à assimilação dos autóctones (direitos civis e políticos ao nível dos indivíduos) e a integração dos territórios*» [Andrade, 1997a: 25][5].

Esse complexo quadro sociopolítico, criado no período pós-império, assume uma dimensão global com as acções nativistas de protesto à nova ordem colonial, protagonizadas pelos «letrados africanos» através do jornalismo da «*imprensa livre*» e da literatura [cf. Andrade, 1997a: 41-56], a valorização da civilização negro-africana, em oposição ao

[5] Outros factores importantes foram a independência do Brasil (1822) – reconhecida por Portugal apenas em 1825 – e o triunfo do liberalismo (1834). Mário Pinto de Andrade [1997a: 31] considera o advento do liberalismo como a premissa mais importante que influenciou toda a dinâmica político-social na Metrópole e, por conseguinte, nos territórios colonizados: «*o liberalismo integra certos aspectos das ideias iluministas, da maçonaria e do jacobinismo. Com o seu advento abriu-se o vasto campo de pleno exercício da "livre comunicação dos pensamentos" materializada nos movimentos associativos, na imprensa, na eloquência parlamentar e na literatura política*».

racismo[6] e *«preconceitos racistas gerados pela expansão colonial»* [Idem:57-73]. Como constata Mário Pinto de Andrade, foram os nativistas que apresentaram as *«primeiras interpelações do poder colonial na base das reivindicações locais e expressões incipientes de uma identidade cultural não isenta de ambiguidades»* [Andrade, 1997a: 39].

Os primeiros lampejos desse grande movimento nativista, que dá lugar a partir de 1911 à dinâmica protonacionalista, tiveram lugar em São Tomé, durante o século XIX. Terão contribuído para a eclosão do discurso nativista em São Tomé vários factores objectivos e subjectivos. Em primeiro lugar, *«a abolição das relações escravocratas de trabalho[7] e a organização de uma estrutura económica baseada no capital»*. Em segundo lugar, a transformação das ilhas de São Tomé e Príncipe em colónia de plantação,

---

[6] Noutro lugar, Mário Pinto de Andrade [1990: 10] reconhece que a defesa da raça colocava-se ante dos protonacionalistas, *«em oposição contra-ofensiva face ao preconceito reinante sobre a inferioridade congenital "dos negros"»*, um dos preconceitos eurocêntricos, que funcionava como princípio apologético da colonização ocidental.

[7] No período que se seguiu à abolição do tráfico negreiro e da escravatura, as elites nativas sãotomenses travaram uma luta titânica pelo direito à posse da terra. Note-se que o tráfico negreiro, em Portugal, foi oficialmente abolido em 1836. O processo de abolição da escravatura foi recebido com antipatia e resistência por administradores e colonos (também por algumas elites nativas), que continuavam a agir como se os decretos não tivessem sido promulgados. A «total abolição» aconteceria mais tarde, em 1858, *«numa altura em que se começava a compreender que o rendimento do trabalho da mão-de-obra escrava era inferior ao dos trabalhadores livres»* [Medina, 1994: 134].

com duas culturas rentáveis – o café e o cacau [Andrade: 1990: 9-10, 26][8]. Em terceiro lugar, a existência em São Tomé (ou dentre os são tomenses radicados na Metrópole), na segunda metade do século XIX, de uma consolidada elite nativista avançada, constituída por proprietários agrícolas e profissionais liberais – todos representantes da burguesia rural e urbana, enfim, uma elite não homogénea, que aspira a um «*poder autónomo ou regional, no seu próprio interesse*» [Andrade, 1990: 10].

Em relação a Cabo Verde[9], o sociólogo angolano faz um levantamento sumário dos temas dominantes dos discursos nativistas: «*a reclamação igualitária na aplicação das leis e no acesso às funções públicas, a instrução popular, o apelo à solução de problemas económicos concretos do comércio, agricultura, secas, crises*» [Andrade, 1997a: 41]. Outros aspectos, não menos importantes, que estiveram na base da eclosão do espírito nativista nos dois arquipélagos – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde – são o *espírito irredentista* dos escravos dessas Ilhas[10] e o desen-

---

[8] Sobre as características da Ilha de São Tomé e Príncipe, no período em referência, ver o estudo fundamental de Francisco José Tenreiro [1961].

[9] É de referir que pelo lugar que ocupavam no sistema do tráfico negreiro e da organização social das sociedades escravocratas, algumas famílias locais de São Tomé e Cabo Verde beneficiaram do sistema vigente e «*assumiram, pela sua prática, a mentalidade escravista*» [Andrade, 1997a: 22, 25].

[10] Em São Tomé e Príncipe as revoltas de escravos remontam ao século XV, tendo estas se agudizado no século XIX. Em Cabo Verde, o espírito irredentista da sociedade escravocrata antigiu o seu apogeu a partir da década de 1830 (mais exactamente, a partir de 1885).

volvimento da matriz crioula, numa dinâmica de bio-aculturação inter-africana, a partir de condições e factores histórico-sociais, económicos e culturais homogéneos. Este processo regista-se com maior dinamismo no século XIX [Andrade, 1997a: 22-23].

Já em relação aos nativistas angolanos, o ensaísta angolano constata que «*diversas personalidades nativas de Angola deixaram marcas da sua presença a evidenciar talentos versáteis na literatura, com particular incidência no jornalismo doutrinário, e também em estudos de carácter histórico, etnológico e filológico*» [Andrade, 1997a: 50]. Esta asserção ressalta a importância social do papel da imprensa e da literatura de pendor nativista no quadro geral da emergência, desenvolvimento e afirmação do protonacionalismo. Mário Pinto de Andrade aponta alguns casos paradigmáticos. Em relação à imprensa, ele destaca os jornais «O Negro», «Correio de África», «Luz e Crença» e «Angolense». Em relação à literatura (prosa polémica), destacam-se os nomes de Júlio de Castro Lopo, José de Fontes Pereira e Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Portanto, as acções dos nativistas do século XIX contribuíram significativamente para o amadurecimento das condições político-ideológicas e culturais da emergência do protonacionalismo, no início do século XX.

No quadro das condições histórico-sociais que contribuíram para o surgimento do protonacionalismo africano, o nativismo representa o factor endógeno (por conseguinte, o mais importante), que galvaniza as consciências colectivas dos africanos e as transformações sociais que se registam no século XX. A este propósito, Mário

Pinto de Andrade escreve: «*Ideia projectiva, concebida pelos letrados africanos do século XIX, o nativismo era o termo pelo qual o segmento intelectual dos "filhos da terra", exprimia o sentimento colectivo de serem os portadores dos valores culturais dos seus países, o signo da sua identificação e o ponto de encontro das aspirações a uma futura autonomia, se não independência*» [Andrade, 1997a: 73].

A emergência do protonacionalismo é, portanto, uma consequência lógica do processo de evolução do nativismo, um duplo momento de continuidade e ruptura com o nativismo. Este duplo momento está caracterizado no derradeiro livro de Mário de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*. Aqui, o investigador angolano traça uma periodização (1911-1961) do nacionalismo africano, subdividido em duas grandes fases: a primeira (1911-1930), reflecte os discursos e as práticas protonacionalistas; a segunda (1930-1961), caracteriza a emergência do moderno nacionalismo africano. No entanto, o livro em referência analisa apenas o primeiro período e a etapa anterior ao protonacionalimo (o momento do nativismo), detectando as linhas de continuidade e de ruptura entre esses dois grandes movimentos de emancipação e do nacionalismo africano.

Quanto ao período protonacionalista, o ensaísta angolano destaca o papel das organizações associativas, na realização da herança nativista e na reivindicação libertadora dos respectivos países. Os protonacionalistas são apresentados numa perspectiva global e unitária. Sobre esta última característica, Mário de Andrade constata que «n*a generalidade, e encarado sob o ângulo unitário, o protonacionalismo*

abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)» [Andrade, 1997a: 77]. É um discurso elaborado sob influência dos doutrinários portugueses. Os protonacionalistas inscrevem, no entanto, na sua matriz discursiva duas reivindicações fundamentais: «*o orgulho de pertencerem ao mundo negro*[11] *e a reclamação do estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses*»[12] – este

---

[11] É a ilustração protonacionalista do discurso de raça e de enunciação identitária, influenciados pelas dinâmicas pan-africana e pan-negrista, enfim, um discurso em torno do renascimento africano. Logo nos primórdios do seu surgimento (1911), os protonacionalistas assumem o «*papel de "fazer triunfar as reivindicações da raça escravizada"*», colocando a sua acção político-ideológica no «*terreno negrista*». No entanto, a consolidação do discurso negrista e pan-africanista deveu-se sobretudo à influência de Du Bois e Marcus Garvey – «*arquitétipos de libertação do homem negro*» [cf. Andrade, 1990: 10-14; 1997a: 57-73, 92-94, 184-185].

[12] Ainda na esteira de Mário Pinto de Andrade, é preciso dizer-se que os protonacionalistas não prosseguiam a autodeterminação dos povos e das nações. Pelo contrário, reivindicavam o direito de serem «*africanos portugueses, no interior de um espaço hipotético – O Portugal Maior*». Nesta óptica, eles batiam-se contra a «*existência de "duas castas de portugueses: a dos dominadores e a dos dominados", de duas pátrias (vencedores/vencidos, homens livres/escravos, coloniais/metropolitanos)*». Por outro lado, os protonacionalistas engajam-se no exercício de produção semântica de termos caracterizadores do estatuto ou da identidade social pretendida - termos como «africano-português», «afro-português» [Andrade, 1990: 11-13].

é, por assim dizer, o postulado de base que estrutura todo o discurso protonacionalista [Andrade, 1990: 10-11]. Tratava-se, pois, de um processo social dinâmico. No dizer do ensaíta angolano, «*esta dinâmica colectiva que surgiu simultaneamente nas colónias portuguesas e na "Metrópole", foi impulsionada por uma fracção social onde a* intelligentsia *exercia a hegemonia e se erigiu como porta-voz das populações anónimas*» [Andrade, 1997a: 77].

A acção protonacionalista é dinamizada pelos intelectuais e pelos órgãos das associações. Neste período, surgiram no interior das antigas colónias portuguesas as seguintes associações: em Cabo-Verde, a Associação Operária 1.° de Dezembro (1911); na Guiné-Bissau, o Centro Escolar Republicano e a Liga Guineense (ambas em 1911); em São Tomé e Príncipe, a Caixa Económica de S. Tomé (1905); o Grémio de S. Tomé (1906) e a Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910) e em Angola, a Liga Angolana (1912) e o Grémio Africano (1913); em Moçambique, o Grémio Africano de Lourenço Marques (1920).

São estes, em linhas muito gerais, os traços que caracterizam o contexto histórico-social da emergência, desenvolvimento, afirmação e decadência do protonacionalismo africano, a partir de 1911 [cf. Andrade, 1997b: 77]. Como afirma Mário de Andrade, «*o ideário protonacionalista elaborara-se a partir do lançamento do jornal "O Negro", em 1911, e falece no início dos anos 30, submerso pelas contradições inerentes ao*

Movimento Nacionalista Africano» [Andrade, 1997: 77][13].

A origem social dos protonacionalistas deve ser vista nas elites africanas letradas, surgidas no século XIX. Na esteira de Mário Pinto de Andrade pode dizer-se que as elites de letrados africanos, «*emergiram entre camadas sociais privilegiadas, pelo jogo da mobilidade vertical induzida pela necessidade de quadros subalternos para o exercício da vida administrativa, no âmbito do sistema político e económico vigente. Além dos agentes da função pública,*

---

13 Algumas das causas da crise do discurso e da prática protonacionalistas tem a ver com as divergências, cisões e rivalidades intra e interassociativas e com as manifestações raciais – protagonizadas pelas autoridades coloniais - que provocaram divisões, quer entre negros e mestiços, quer no seio dos principais actores dessas associações. Estas divisões traduziam a essência socioeconómica e as barreiras culturais «*nas quais se baseava o sistema colonial para prolongar o "estatuto dos indígenas"*» [Andrade, 1990: 19]. A este respeito, Mário Pinto de Andrade fala da composição racial das diversas associações e agremiações que, à partida, estabelece uma nítida fronteira preconceituosa entre os aderentes dessas associações. É o caso da Liga Nacional Africana (Angola) e do Centro Associativo dos Negros (Moçambique) e o caso da Associação dos Naturais de Angola e da Associação Africana (Moçambique) – uns e outros autodesignando-se representantes dos negros ou dos mestiços. Para uma reflexão sobre as contradições no seio dessas associações, vejam-se carta de Higino Aires (Setembro de 1951) e António Jacinto (Dezembro de 1951) a Agostinho Neto e o comentário de Agostinho Neto à carta de H. Aires (sem data) [Lara, 1997: 434-443], bem como carta de António Jacinto a Mário Pinto de Andrade (com data de 01 de Fevereiro de 1951) [Andrade, 1997b: 189-195].

contavam-se proprietários agrícolas, professores do ensino privado e advogados provisionários» [Andrade, 1997a: 39]. Genericamente, o sociólogo angolano define essas elites como «*autodidactas, que desempenham o papel de reprodutores de um saber essencialmente humanista*», «*o culto e a difusão da instrução*» e a promoção da «*criação literária*» e do jornalismo [cf. Andrade, 1997a: 39].

É de referir o facto de serem as elites provenientes do sistema de ensino religioso, que constituem os primeiros núcleos de letrados africanos: «*produto dos aparelhos ideológicos dominantes (igreja, escola, exército) são particularmente os clérigos, antigos discípulos dos seminários que graças à anterioridade e proeminência do ensino religioso, formam o primeiro núcleo de letrados*» [Andrade, 1997a: 39]. É no âmbito dessa estrutura sociológica, em que se inscrevem as elites nativistas e o papel das instituições ideológicas de reprodução e regulação – a igreja, a escola e o exército – que se deve situar a hora dos protonacionalistas. Aliás, esses dois factores determinam a composição sociológica dos novos protagonistas sociais – os protonacionalistas. Assim, a auto-representação[14] dos novos

---

[14] Lendo alguns jornais da época prototonacionalista, por exemplo, o *Tribuna d'África*, pode-se facilmente ver a importância dessa autorepresentação. Todos os números da série desse jornal referente ao período 1931-1932 ilustram no frontispício indicador da auto-apresentação, em casos como estes: Artur de Castro (da classe dos intelectuais africanos), Luiz da Cunha Lisboa (da classe patronal africana), Joaquim Ramos (em representação dos trabalhadores indígenas) [cf. Andrade, 1990: 15].

protagonistas é uma «*plêiade da "elite africana", formada por estudantes, mestres-escolas, professores, publicistas, advogados, médicos, técnicos, engenheiros, comerciantes, proprietários*[15]» – uma «*aristocracia sociológica*», representativa da pequena-burguesia urbana e rural [Andrade, 1990: 10, 15-16][16]. Essa «plêiade da elite africana» protonaciona-

---

15 Esta composição tem apenas a ver com os «actores dirigentes». É de referir, no entanto, que uma parte significativa da liderança dessa aristocracia sociológica era constituída por indivíduos mestiços, «*descendentes das relações entre europeus e negras escravas do período inicial da cana-de-açúcar*» [Francisco Tenreiro, citado por Andrade, 1990: 15], originários de São Tomé. Ao caracterizar essa «*aristocracia sociológica dos filhos da terra*», Mário Pinto de Andrade, afirma que «*essa camada social – os "luso-descendentes"*» tinha sofrido os «*efeitos da invasão do capital colonial com a irrupção de novos roceiros apoiados pelo Banco Ultramarino*». *Mas ela possuía* «*ainda "capitalistas industriais, comerciantes e agricultores" em número* suficiente» [Andrade, 1990: 15].

16 Trata-se de uma composição sociológica dos protonacionalistas que é mais vasta e complexa. Para ilustrar essa complexidade, Mário Pinto de Andrade apresenta, por exemplo, dados sobre a composição de algumas associações protonacionalistas, a saber: as categorias socioprofissionais dos associados do Grémio Africano de Lourenço Marques, recenseados em Maio de 1921 («*por ordem de frequência: empregados de comércio; empregados do sector público; assalariados [mecânica e imprensa]; empregados de escritório; trabalhadores subalternos dos caminhos de ferro; quatro proprietários; três comerciantes; três agricultores; um jornalista e um único funcionário*») e as categorias socioprofissionais dos membros da Liga Africana, nos meados do ano de 1922 (39 dos seus novos membros estão repartidos em «*18 empregados do sector público, 9 proprietários, 3 empregados comerciais, 2 agricultores, 2 empregados agrícolas, 1 funcionário público, 1 professor primário, 1 guarda-livros, 1 carpinteiro e 1 ourives*») [Andrade, 1990: 15-16].

lista era, no entanto, produtora de um discurso permanentemente ambivalente, com pendor pró-colonial e com uma finalidade social ilusória: «*assumindo-se como negros "cultos", no molde ocidental, sujeitos da nação portuguesa e "legalistas", estes ideólogos, por condições históricas conducentes à imaturidade na sua análise, não tinham atingindo o grau crítico de compreensão da lógica do sistema colonial português*»[17]. É nisso que consiste a principal causa de ruptura e assunção de uma nova postura patriótica e nacionalista, assumida pela geração de Mário Pinto de Andrade – a geração que entra na arena histórica, logo depois da Segunda Guerra Mundial [Andrade, 1990: 17].

4.3 - Da elaboração do discurso de ruptura à emergência do moderno nacionalismo africano

A imaturidade das elites protonacionalistas, a nova ordem política internacional surgida no período subsequente à Segunda Guerra Mundial criaram condições para o surgimento de um novo discurso, o discurso de ruptura

---

[17] Aprofundando a questão da ambiguidade comportamental dos dirigentes das associações protonacionalistas, Mário Pinto de Andrade é da seguinte opinião: «*Adentro da ambiguidade do posicionamento político dos actores sociais ... (isto é, os dirigentes associativos), os comportamentos são variáveis: ora tomam as formas da dissimulação, ora atingem o ponto máximo do compromisso veiculado no discurso pró-colonial*» [1990: 19].

com os protonacionalista, agora ultrapassados pelo novo contexto sociológico, tanto na metrópole quanto nas colónias. Essa superação histórica do discursos protonacionalistas é explicada, na esteira de Mário Pinto de Andrade, pelos seguintes motivos: o «*protonacionalismo, a expressão política organizada (e oficialmente autorizada) nas colónias portuguesas apresenta*», no período pós Segunda Guerra Mundial, «*os seguinte traços: a lenta agonia do carácter operatório do legalismo preconizado pelas ligas e grémios; a ambiguidade do posicionamento dos principais protagonistas dessas agremiações, a deturpação da mensagem da "causa africana", a instrumentalização de certas personalidades africanas pelo poder colonial*» [Andrade, 1990:18-19].

Por outro lado, a nova demanda social ante os povos colonizados, impõe a (re)elaboração do discurso (proto)nacionalista, demarcando uma linha divisória entre o legalismo da praxis protonacionalista e a necessidade hitórico-social e política de uma nova dinâmica nacionalista. São três, as grandes fases histórico-sociais que vão contribuir para a nova estruturação da praxis nacionalista. Na opinião autorizada do sociólogo angolano, essas fases são as seguintes: «*a da congregação dos homens e sua aprendizagem cultural e política, a da explosão organizacional e, enfim, a da viragem decisiva para a opção da luta armada*» [Andrade, 1990: 18]. O período que separa essas fases do protonacionalismo histórico, é um período de transição, de um protonacionalismo transitório e projectivo, que vai servir de *pivot* para o surgimento, desenvolvimento e afirmação do moderno

nacionalismo africano. O «perfil sociológico» da nova plêiade dos «actores dirigentes», segundo Mário Pinto de Andrade, é constituído por indivíduos originários das «*camadas subalternas, autóctones, cuja formação se processa sob o controle do poder político colonial, através dos aparelhos da hegemonia cultural: escola, igreja*» [Andrade, 1990: 18][18].

De um ponto de vista congregacional e organizacional, o discurso da nova corrente protestatária e nacionalista desenvolve-se no espaço das igrejas locais, «igrejas negras»[19], dos agrupamentos culturais (*Vamos descobrir Angola, Movimento dos Novos Intelectuais, Msaho*), dos núcleos de reflexão de jovens intelectuais (Centro de

---

18 Trata-se de uma *intelligentsia* embrionária, embora assimilável à pequena burguesia. É um corpo social sem ligações umbilicais (directas) ao aparelho produtivo. É uma intelectualidade radicalmente contestatária, à procura de um discurso social descomprometido e radicalmente oposto à dicotomia indígena/civilizado. Essa posição *sui generis* da nova elite intelectual, contribui para a assunção de projectos colectivos socialmente mais representativos [cf. Andrade, 1990: 18].

19 É a problemática questão do nexo entre o messianismo e o nacionalismo em África. No caso angolano, Mário Pinto de Andrade fala da forte influência das «igrejas negras», particularmente no espaço sociocultural Bakongo, a partir do século XIX. Os nomes que mais influenciaram o movimento messiânico angolano são os de Simon Kimbango (1887(9 ?)-1951) e Simão Gonçalves Toco (1918-1984) – kimbanguismo e tocoísmo – movimentos que penetraram em Angola a partir do espaço sociocultural Kongo, do sul do então Congo-Belga, actual República Democrática do Congo. Em Moçambique os casos paradigmáticos estão ligados aos nomes de personalidades religiosas como as de Elias Saúte Mucambe e Kamba Simango (1890-1967).

Estudos Africanos), das «associações de classe» e dos centros de agitação cultural e política (Clube Marítimo e Casa dos Estudantes do Império).

A literatura de ruptura (principalmente a poesia e a ensaística) assume nesse período (décadas de 1940 e 1950) um papel social colossal na consciencialização política. Unidos em torno de três eixos temáticos (a busca da identidade, a procura de matrizes culturais africanas e a manifestação do real africano), os produtores do novo discurso literário (Francisco José Tenreiro, Viriato da Cruz, Noémia de Sousa, Agostinho Neto, António Jacinto, José Craveirinha, Marcelino dos Santos, Gabriel Mariano e Ovídio Martins), influenciados pela negritude e pelo neo-realismo, denunciam o colonialismo.

A acção sociocultural e política desses novos movimentos influencia o surgimento de uma nova conjuntura política. As autoridades coloniais portuguesas despertam e movem uma forte vigilância policial sobre os novos protagonistas, que são obrigados a passar para a clandestinidade[20]. Na opinião de Mário Pinto de Andrade, um dos actores centrais desse processo sociocultural e político[21]

---

20 A denúncia do colonialismo português ultrapassa as fronteiras do «império português» e passa a desencadear-se numa escala internacional.

21 Note-se que alguns autores consideram Mário Pinto de Andrade como sendo o «precursor do anticolonialismo em Portugal e do nacionalismo angolano» [cf. Paulo, 1996: 56-57], embora ele próprio reconheça na figura de Viriato da Cruz o grande *pivot* do moderno nacionalismo angolano [1997b].

é, no entanto, a conjugação de todos esses factores e «*explosão organizacional que se alastra pelo espaço colonial*» determina a formulação de um novo discurso unitário, cuja originalidade se consubstancia no seguinte:

a) «*a liderança concomitante, ou seja os, actores dirigentes encontram-se efectivamente na chefia dos movimentos nacionais ou em vias de assumi-la*»;
b) alarga-se o espaço geográfico da elaboração do discurso e do exercício da praxis política. O mapa da nova geografia sociopolítica inclui Paris, Tunis, Conakry, Casablanca, Rabat;
c) a composição dos novos interlucutores-destinatários tem, por consequência da nova *praxis* sociopolítica, uma nova configuração sociológica: no plano interno, com «*trabalhadores manuais e intelectuais, do campo e das cidades, operários, estudantes, soldados obrigados a servir no exército colonial*» e, no plano externo, com «*autoridades coloniais, opinião pública portuguesa e mundial, Organização das Nações Unidas*» [Andrade, 1990: 22].

Conclui-se, assim, o processo de ruptura da ruptura – refiro-me a uma dupla ruptura histórico-processual. Em primeiro lugar, a ruptura com o discurso e a prática protonacionalista histórica. Em segundo lugar, a ruptura da ruptura com a *praxis* sociopolítica e cultural do protonacionalismo transitório e projectivo. Surgem assim, entre 1957 e 1961, as primeira organizações «*do processo político unitário da modernidade*», que Mário Pinto de Andrade designa

por «*segunda ordem do discurso*[22] *do "Clamor Africano"*». No novo movimento político – surgido na sequência da formulação do segundo discurso do «Clamor Africano» – podemos incluir as seguintes organizações políticas: a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), o Movimento Anti-Colonialista (MAC), a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN)[23]. As principais

---

22 Mário Pinto de Andrade toma o termo «ordem do discurso», a partir do trabalho do historiador e sociólogo camaronês J. Achille Mbembé, *La palabre de l'ndependance: Les ordres du discours nationaliste au Cameroun (1948-1958)* [1985], onde são apresentados os resultados de uma pesquisa paradigmática sobre o discurso nacionalista nos Camarões, a partir da *praxis* sociopolítica da União das Populações dos Camarões (UPC). A pertinência metodológica desse estudo, na opinião de Mário Pinto de Andrade, reside na relevância do factor linguístico no estudo da importância sociológica da enunciação do político [cf. Andrade, 1990: 26-27].

23 Essas são as organizações (CONCP, MAC, FRAIN) nomeadas no texto de Mário Pinto de Andrade [1990: 22-23]. São elas que, na óptica desse sociólogo, ele próprio actor social do processo em questão, dão sentido aos primeiros conteúdos do *corpus* teórico do moderno nacionalismo africano, através de actas de reuniões, cartas, comunicados e resoluções dessas organizações produzidas no período em referência. É importante considerar um quadro mais amplo no estudo de todas as organizações e associações do período (proto e pós) eclosão nacionalista, e proceder-se ao estudo dos seus discursos e composição sociológica. Refiro-me ao estudo do papel das organizações e associações mutualistas de angolanos que se implantaram no Congo-Belga (por exemplo: a Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo (ASOMIZO), a Alliance des Ressortissants de Zombo (ALLIAZO) – congregando, na sua maioria, emigrantes angolanos do espaço sociocultural Bakongo), no

categorias sociopolíticas do discurso dos nacionalistas da modernidade «*exprimem um pensamento sobre: o inimigo, a violência, a organização e a base social*» [Andrade, 1990: 22]. Em relação ao inimigo, «*o colonialismo é definido como inimigo irreconciliável dos povos das colónia*». Em relação a violência, os nacionalistas postulam «*a acção directa*», programando «*a conquista imediata da soberania nacional, a independência real e a liquidação total do colonialismo e do imperialismo em África*», através da destruição da estrutura e das forças do colonialismo, por meios pacíficos e violentos [Andrade, 1990: 24-25]. Quanto à organização e base social, o «*grupo dos nacionalistas da*

Congo e na Rodésia (por exemplo: as Associações dos Tchokwe de Angola e a Associação dos Tchokwe de Angola na Rodésia (ATCAR) – reunindo, maioritariamente, angolanos do espaço sociocultural Lunda-Cokwe; associações de Lovales, Bundas e Lutchases (agrupando angolanos do espaço sociocultural Ngangela); organizações surgidas no sul de Angola (Associação Angolana do Sul, congregando funcionários do CFB, Organização Cultural de Angola, o grupo Obio, a Associação Académica e a Organização Socialista de Angola), aos grupos e movimentos políticos surgidos em Luanda, no norte e no leste de Angola e no estrangeiro (ALLIASO, ASSOMIZO, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento para a Independência de Angola (MIA), Movimento de Independência Nacional (MIN), Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Partido Comunista de Angola (PCA), Partido Democrático Angolano (PDA), Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola), UPNA (União das Populações do Norte de Angola), UPA (União das Populações de Angola), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

modernidade» projecta uma participação organizativa aglutinadora dos patriotas africanos, atribue ao proletariado a direcção dessa luta, convida todos os patriotas das colónias portuguesas a mobilizarem-se nas suas organizações nacionais (partidos políticos e organizações nacionais) e define o objectivo programático imediato: a liquidação do colonialismo português [cf. Andrade, 1990: 24-25]. Mário Pinto de Andrade anuncia, na Câmara dos Comuns em Londres (1960), o início para breve da luta armada. Os nacionalistas criam assim as condições indispensáveis ao início de uma nova etapa, o da luta armada organizada contra o colonialismo português. Esta começou em Angola em 1961, na Guiné-Bissau em 1963 e em Moçambique em 1964[24].

4.4 - Significado histórico da sociologia do protonacionalismo africano

Começo por estruturar a abordagem deste último *item* do quarto capítulo, colocando em forma de perguntas duas inquietações metodológicas. A primeira consiste em saber se o protonacionalismo africano tem uma dimensão e um significado históricos para apreensão do passado e do nosso presente, bem como para projecção do futuro de

---

24 Para uma reflexão sobre a nova fase do nacionalismo africano, o da luta armada pela libertação nacional, ver Andrade [1962a, 1971a, 1975, 1977b, 1980a, 1980b, 1983a, 1983b, 1985, 1987b, 1997b]; Guerra [1994].

Angola. A Segunda serve para questionar se a sociologia do protonacionalismo africano tem importância metodológica para a reconstrução e estruturação epistemológica dos grandes domínios e temas da sociologia africana.

Permito-me fazer um primeiro recurso à ideia sobre os limites epistemológicos de toda a *démarche* teórica do que aqui designo por *sociologia do protonacionalismo africano*. Mário Pinto de Andrade [1990: 26-27] articulou essa problemática em três dimensões cognitivas. Em primeiro lugar, abordou a necessidade da «*apreensão global das ordens do discurso do clamor africano*», tendo em atenção o estudo da sua natureza sociológica, a análise do perfil sociocultural dos seus produtores e a inserção destes dois momentos no estudo histórico da totalidade social do conjunto dos países africanos reflectidos no discurso e na prática protonacionalista. É a questão da incorporação dos conhecimentos da história social como método de procedimento, no quadro geral do saber histórico-sociológico. Em segundo lugar, considerou a necessidade de construir uma hermenêutica sociológica, para descodificação do discurso da enunciação política e protestatária presentes nos textos orais e escritos (testemunhos orais e escritos dos actores-protagonistas) em todos os «*processos de resistência multiformes constantes que, durante séculos, ritmaram o combate contra a ocupação estrangeira*». Em terceiro lugar, Mário Pinto de Andrade insistiu na necessidade de incorporação dos discursos e práticas protonacionalistas nas totalidades socioculturais africanas, na África «negra», isto é, «*para lá das fronteiras em que as colónias portuguesas foram artificialmente inseridas*». Afinal, a historiografia do

nacionalismo africano pode contribuir para a ilustração de uma visão de conjunto sobre a totalidade social negro-africana, durante o período analisado por Mário Pinto de Andrade nas duas obras referenciadas neste capítulo [1997a, 1990].

Não há margem para dúvidas, que o estudo sobre o (proto)nacionalismo africano empreendido por Mário Pinto de Andrade foi desenvolvido a partir de uma rigorosa metodologia e hermenêutica sociológicas. Dos aspectos analisados neste capítulo, ressaltam-se os seguintes instrumentos de pesquisa com grande alcance histórico para as metodologias de pesquisa e interpretação sociológica do discurso social.

Em primeiro lugar, essa dupla significância metodológica recai sobre três eixos de análise periodológica, presente nos textos de Mário Pinto de Andrade sobre o (proto)nacionalismo africano:

a) a análise dos três grandes momentos que enformam os discursos do (proto)nacionalismo – a anterioridade nativista (segunda metade do século XIX e primeira década do século XX);
b) o exercício do discurso protonacionalista propriamente dito (1911-1945);
c) a construção do discurso da dupla ruptura [proto]nacionalista (1945-1957);
d) a emergência do discurso e das organizações unitárias do moderno nacionalismo africano (1957--1961).

Em segundo lugar, a análise em causa é objectiva e recai sobre três referentes sociológicos, presentes nos dois textos de Mário Pinto de Andrade, a saber:

a) análise sociológica do conteúdo do discurso ou do *corpus* textual;
b) estudo da problemática do alcance social dos sujeitos-objectos que Mário Pinto de Andrade designa por interlocutores-destinatários;
c) estudo da composição sociológica (a partir das origens, prática e anseios sociais dos principais protagonistas [proto]nacionalistas, dos actores-dirigentes e dos interlucutores-destinatários) dos protagonistas de cada momento periodológico e dos resultados sociológicos dos seus engajamentos concretos.

Como se pode facilmente constatar dos itens anteriores que estruturam este capítulo, a caracterização conceitual de Mário Pinto de Andrade sobre os protonacionalistas funda-se em pressupostos sociológicos, que consistem basicamente no seguinte:

a) na caracterização do protonacionalismo como uma acção colectiva, isto é, um movimento social;
b) na caracterização da elite protonacionalista como um corpo social integrado por sujeitos e protagonistas sociais de origens diversas e, por conseguinte, produtores de um discurso sociológico ambivalente;
c) na definição dos protonacionalistas como uma elite social que lutava pela promoção e prestígio social dos

negros, através de processos de mobilidade social vertical e de mobilidade cultural, também vertical;

d) na ilustração do protonacionalismo como um movimento sociocultural de pendor pan-africanista, pan-negrista e, mais tarde, negritudinista, que lutava pela emancipação de toda a civilização negro-aficana[25];

e) na caracterização dos protonacionalistas como agentes sociais, inseridos num determinado processo de acção histórica, que se estende de 1911 a 1930;

f) na classificação dos protonacionalistas como um auto-investido grupo de actores sociais activos, com intervenção em todas as esferas da vida social, na base de um programa político de tendência autónoma e regionalista, inserido, porém, num amplo projecto lusitano[26]; na definição dos protonacionalistas como uma elite ideológica[27].

---

25 A este propósito, o sociólogo Mário Pinto de Andrade [1990: 12] afirma que os protonacionalistas africanos tinham um grande sentimento de pertença à «*raça por excelência escravizada*» e, por conseguinte, lutavam para reabilitação e salvação do *seu* «*estado de infortúnio*». Por outro lado, os protonacionalistas protestavam contra a «*hierarquia estabelecida entre os povos "aristocratas" e "plebeus"*».

26 A matriz do discurso ideológico autónomo é elaborado no âmbito da exigência do «*reconhecimento da especificidade dos africanos e sua consequente inserção no quadro institucional da soberania portuguesa*». Os protonacionalistas exigem: a) a autonomia no quadro legal, constitucional; b) o direito e a extensão da instrução; e c) a universalidade do direito e da justiça a todos os oprimidos [cf. Andrade: 1997 a: 94-97].

27 «[...] *que se insere nos movimentos libertadores da época*» [Andrade, 1997a: 77].

Como referi *supra*, o livro *Origens do Nacionalismo Africano* corresponde ao 1º volume de uma vasta obra «Sociologia do Protonacionalismo Africano», que o autor projectava publicar. No segundo volume, Mário Pinto de Andrade tencionava incluir o já citado ensaio «*As Ordens do Discurso do Clamor Africano: Continuidade e Rupturas na Ideologia do Nacionalismo Unitário*»[28], publicado, em 1990, na *revista Estudos Moçambicanos* da Universidade Eduardo Mondlane [Andrade, 1990: 7-27]. A questão central projectada para esse volume situa-se numa perspectiva de análise sociohistórica e histórico-sociológica, que se traduz no estudo do nexo, linhas de continuidade e ruptura entre o protonacionalismo e a *praxis* do moderno nacionalismo africano. Nas palavras do investigador português António da Conceição Tomás [1998: 24] «*para o segundo volume, o autor pretendia abordar a questão que é ligeiramente tratada na conclusão da obra: saber se os protonacionalistas devem ser considerados como precursores do nacionalismo moderno*».

---

[28] Este ensaio que é dedicado a Aquino de Bragança, está estruturado em três partes principais: I.- A 1.a Ordem do Discurso (subdividido em: A - A análise de conteúdo; B - Os interlocutores destinatários; C - A composição sociológica); II.- Elaboração do discurso de ruptura; III -. 2.a Ordem do Discurso (subdividido em: A -. O inimigo; B.- A violência; C.- A organização e base social), além das partes introdutória e conclusiva. Alguns conteúdos da primeira parte deste texto [pp. 9-17] foram inseridos em Mário Pinto de Andrade [1997a: 183-186]. Mário Pinto de Andrade projectava desenvolver e alargar o conteúdo desse texto e publicá-lo como segundo volume da sua grande obra *Origens do Nacionalismo Angolano*.

É aqui onde reside a questão central sobre o significado histórico do protonacionalismo africano. De uma análise parcelar e simplista, poderíamos resumi-lo em dois pontos:

a) o protonacionalismo criou as premissas histórico-sociais (objectivas e subjectivas) para a emergência do moderno nacionalismo africano;
b) o protonacionalismo foi um movimento que serviu de antecâmara aos processos que viriam a conduzir os povos dos países africanos então colonizados por Portugal, à nova fase da luta de libertação nacional e à consequente conquista das respectivas independências nacionais.

Trata-se, de um processo muito mais complexo que impõe, por conseguinte, uma análise mais rigorosa e sistematizada. O próprio Mário Pinto de Andrade situa o significado histórico e sociológico do protonacionalismo africano em duas dimensões principais, caracterizadas por um processo de continuidade selectiva: (a) no plano teorético e (b) no plano prático (ou da *praxis* sociopolítica). Em relação ao plano teórico-doutrinário, este autor refere-se ao significado dos principais temas dos discursos sociopolíticos, como sejam: (i) a dicotomia indígena/assimilado; (ii) a questão da permanência dissimulada do trabalho obrigatório, do esbulho das terras ou do acesso à instrução; e (iii) o discurso de raça como tema recorrente, que assume maior amplitude e influência sociocultural com o advento do movimento da negritude, e quanto ao «espaço lusógrafo», com a publicação do livro *Ilha de Nome Santo*, de Francisco Tenreiro [1942].

Quanto ao plano prático, Mário Pinto de Andrade [1990: 16-17] delimita o significado histórico-sociológico do protonacionalismo a partir do carácter duradouro da sua mensagem, que articula em três níveis da acção sociohistórica. Refere-se em primeiro lugar, ao nível colectivo: «*as gerações vindouras vão reter a vontade de organização e o espírito unitário à escala dos cinco países sob dominação portuguesa*». Em segundo lugar, está o nível sociopolítico, ou seja, a capacidade de «*sobrevivência de personalidades notáveis pela coerência vertical entre os seus actos e as ideias nativistas, emancipadoras*». «*Ao nível familiar e individual, a socialização e convialidade contestatárias pesariam nas opções de certas personalidades singulares que marcam o curso da história*», no período posterior.

Assim, situo o significado da sociologia do protonacionalismo africano no âmbito do estudo das histórias sociais dos nossos países (estados africanos outrora colonizados por Portugal), no que se refere ao conjunto de regularidades sociológicas que dinamizaram a acção histórica das elites e dos movimentos sociais do período nativista e (proto)nacionalista. De um ponto de vista epistemológico e metodológico, a sociologia do protonacionalismo africano constitui um novo domínio do saber sociológico, que complementa alguns estudos dispersos, quer no âmbito da sociologia histórica, quer no da sociologia política, quer ainda no que respeita a estudos históricos africanos. É uma espécie de teoria geral do protonacionalismo, pelo carácter pluridisciplinar da abordagem e da metodologia usadas no livro *Origens do Nacionalismo Africano* e no ensaio «As Ordens do Discurso do "Clamor Africano": continuidade e

ruptura na ideologia do nacionalismo unitário», que abre os horizontes para o estudo histórico e sociológico das etapas dos modernos nacionalismos africanos e dos processos da luta armada pela libertação nacional dos povos africanos dos «países africanos de língua oficial portuguesa».

Capítulo V

Da Libertação Nacional à Libertação Social e Cultural

«A guerra do povo, ao resolver a contradição fundamental entre a sociedade colonizada e o domínio imperialista, é um acto supremo de cultura. A cultura é sempre o elemento que fecunda e alimenta a luta de libertação»

in Mário Pnto de Andrade
A Guerra do Povo na Guiné-Bissau, p. 30.

«Pensar para melhor agir, e agir para melhor pensar - é neste movimento dialéctico que a sociologia da guerra do povo se realiza»

in Mário Pnto de Andrade
A Guerra do Povo na Guiná-Bissau, p. 5.

Em Março de 1974, Mário Pinto de Andrade apresentou ao 24.º Congresso Internacional de Sociologia realizado em Argel, uma comunicação intitulada «Aspectos da sociologia da guerra do povo na Guiné-Bissau: alguns conceitos de estratégia revolucionária de Amílcar Cabral», material que viria a ser publicado pela Livraria Sá da Costa Editora, em Dezembro de 1974, com uma tradução do francês feita por Idalina Sá da Costa[1].

O texto desta comunicação versa, genericamente, sobre os problemas sociológicos da luta de libertação nacional, da guerra e da revolução. De uma forma particular, a comunicação chama à atenção para a dimensão sociológica da guerra na Guiné-Bissau (daí o título «Sociologia da guerra do povo da Guiné- Bissau») e para o pensamento sociológico de Amílcar Cabral sobre a estratégia revolucionária, a guerra e a luta de libertação nacional[2]. Mário Pinto

---

[1] Foi publicada sob o título *A Guerra do Povo na Guiné-Bissau* (tem uma 2.ª edição [1975]). Este livro estrutura-se em itens: «I. A guerra do povo: um modelo; II. O emergir da guerra do povo na Guiné-Bissau; III. Alguns conceitos operatórios».

[2] A maior parte dos textos originais de Amílcar Cabral sobre essa questão estão compilados em dois volumes, que foram organizados sob coordenação de Mário Pinto de Andrade, com o título *Obras escolhidas de*

de Andrade designa o conjunto destas reflexões por «sociologia do conhecimento da guerra do povo» ou «sociologia das revoluções populares». Além desta magistral comunicação, Mário de Andrade publicou vários outros trabalhos sobre a luta de libertação nacional, a revolução e a guerra, dos quais se destacam: *Liberté pour l'Angola* [1962a], *Les Guérrillers, le Portugal et l'Afrique du Sud* [1970b], *La guerre en Angola. Étude socio-économique* [em colaboração com Marc Ollivier, 1971a], *Culture et libération nationale en Afrique* [1974a], *Amílcar Cabral et la guerre du peuple* [1974c], *Sociologie de la guerre du peuple* [1980a] e *Viabilité de la sociologie de la guerre* [1980b], estando os dois últimos textos incluídos no seu livro, *Amílcar Cabral. Ensaio de biografia política* [1980c].

Nestes trabalhos, Mário Pinto de Andrade faz um estudo sociológico sobre a influência dos factores socioeconómicos, políticos e culturais na luta de libertação nacional, na guerra e na revolução.

Nas linhas que se seguem, faço uma análise do pensamento sociológico de Mário Pinto de Andrade sobre a problemática em epígrafe, atendo-me aos três últimos dos sete trabalhos de Mário Pinto de Andrade que versam sobre este assunto. Agrupo os aspectos em análise, em quatro itens; a saber:

Amílcar Cabral, Volume I – A Arma da Teoria. Unidade e Luta, I e Volume II – A Prática Revolucionária. Unidade e Luta, II [1977]. Para uma reflexão mais abrangente sobre o pensamento político e estratégico de Amílcar Cabral, ver Andrade [1980c]; *Pour Cabral. Symposium International Amílcar Cabral*, Praia, Cabo Verde, de 17 a 20 de Janeiro de 1983 [1987]; Oleg Ignatiev [1984] e Oscar Orasmas [1998].

a) aspectos metodológicos da sociologia do conhecimento da guerra do povo;
b) revoluções sociais e sociologia das revoluções populares;
c) sociologia da libertação nacional, social e cultural;
d) luta de libertação, guerra e revolução: o caso paradigmático da Guiné-Bissau.

5.1 - Aspectos metodológicos da sociologia do conhecimento da guerra do Povo

O primeiro passo dado por Mário Pinto de Andrade, para o estudo sociológico da luta de libertação nacional, da guerra e da revolução, consistiu na adopção de princípios metodológicos precisos. Para ele, o estudo sociológico dos processos da luta de libertação nacional exige uma metodologia científica, daquilo que ele designa por sociologia do conhecimento da guerra do povo [1975: 5]. Os princípios metodológicos da *sociologia do conhecimento da guerra do povo*, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade [1975: 9, 11, 15, 21], são os seguintes:

a) observar os factos sociais que influenciam a guerra e reflectir sobre eles;
b) estudar as condutas colectivas e individuais, dos actores envolvidos na guerra;
c) partir da análise concreta da realidade histórica, económica, social, cultural e seu impacto no curso da guerra;
d) comparar uma dada situação local com outras experiências guerreiras: nacionais ou internacionais;

e) ligar o pensamento estratégico à acção militar e vice-versa ou, dito de outra maneira, pensar para melhor agir e agir para melhor pensar.

Para Mário Pinto de Andrade [1975: 15], os problemas teóricos e metodológicos da luta de libertação nacional, da guerra e da revolução, relevam da sociologia política. Assim, do ponto de vista analítico, a realidade histórica, étnica, geográfica, económica, social e cultural é um conjunto subentendido pela realidade mais importante no plano da luta de libertação nacional: a realidade política, em que se inscrevem, dialecticamente, os aspectos positivos e negativos da guerra.

Por outro lado, Mário Pinto de Andrade estabelece o nexo entre o internacional e o nacional na luta de libertação. Em seu entender, não existe para a luta de libertação um único modelo ou esquema pré-estabelecido. Pelo contrário, «*a ascensão à universalidade das leis passa pela apropriação de situações concretas, específicas*» [1975:11]. Como se pode depreender desta tese, Mário Pinto de Andrade confere uma certa primazia ao estudo das situações concretas, através da «*anatomia social*» de um determinado «*espaço geo-sociológico*», sem minorar, nem rejeitar, a importância das leis universais [cf. 1975: 10, 11].

É uma tese inovadora e um momento de ruptura com a tradição da sociologia marxista, onde aliás se filia o seu pensamento sociológico. Tradicionalmente, a sociologia marxista da revolução faz ênfase ao estudo das leis universais e das regularidades mais gerais[3]. Neste domínio, a

---

[3] Cf. Rocher [1989: 218-241] e Decouflé [1974: 165].

ruptura de Mário Pinto de Andrade com a sociologia marxista da revolução é inequívoca: «*para atingir a universalidade, o capital de conhecimentos deve alimentar-se de dados específicos. As condições do lugar e do momento favoráveis fornecem os correctivos à táctica e mesmo à estratégia*» [1975: 9].

Em síntese, a plataforma metodológica de Mário Pinto de Andrade no estudo da luta de libertação nacional, assenta na compreensão do singular e do geral, com vantagem para o primeiro. O ensaísta angolano proclama da seguinte forma o seu princípio metodológico: «*a opção metodológica está feita: partir da análise concreta da realidade económica, social e cultural (logo histórica) do país em mutação, assimilando o que é assimilável das experiências revolucionárias levadas a cabo no mundo*» [1975: 21].

5.2 - Revoluções sociais e sociologia das revoluções populares

No texto em referência, Mário Pinto de Andrade formula a ideia da sociologia das revoluções populares, cuja conceptualização extrai das experiências acumuladas pelos movimentos de libertação do século XX, em vários países do mundo. O sociólogo angolano justifica a necessidade dessa formulação teórica, dizendo que «*as experiências acumuladas neste século XX pelos combates de libertação nos países da periferia ontem a China, o Vietname, a Argélia, Cuba, hoje novamente o Vietname, o Laos, o Cambodja, a Palestina, Angola, a Guiné, Moçambique ou o Zimbabwe - dão-nos um punhado de ensinamentos que*

permitem elaborar uma sociologia das revoluções populares» [1975: 7].

Para o sociólogo angolano, a experiência histórica do Vietname é um exemplo paradigmático. Na sua óptica, o Vietname assemelha-se à realidade dos países africanos então sob jugo colonial, com principal destaque para a Guiné-Bissau. Sobre esta questão, Mário Pinto de Andrade afirma que «no *decurso da fase preliminar do movimento de libertação nacional nas colónias portuguesas, o carácter exemplar da resistência vietnamita, a grandeza heróica da sua dimensão humana, o alcance mundial do seu triunfo, impuseram-se aos nossos olhos como o modelo de projecto revolucionário que nos propunhamos realizar nos nossos países»* [1975: 10].

Há nesta concepção, um nexo entre dois aspectos importantes para o entendimento do contexto sociopolítico da época: o projecto revolucionário e a historicidade. Como ele próprio afirma mais adiante, «é *pois necessário assumir a responsabilidade de fazer história, através da libertação nacional»* [1975: 25].

Em 1974, ano da formulação por Mário Pinto de Andrade, da ideia da *sociologia das revoluções populares,* o mundo vivia uma tempestade revolucionária. É a época da ascensão do marxismo nos países do Terceiro Mundo. A Guiné-Bissau tinha proclamado a sua independência. Portugal, o então maior império, vivia as consequências da «Revolução dos Cravos». Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe viviam uma fase de transição para a proclamação das respectivas independências políticas.

Mário Pinto de Andrade caracteriza a época da luta de libertação nacional, iniciada na segunda metade do século

XX, da seguinte maneira: «*os povos dependentes despertaram para a luta de libertação, inaugurando a fase final da liquidação do imperialismo; a luta de libertação é o principal motor da marcha actual da história*» [1975: 22]. Após a proclamação das independências nacionais, estes países optaram, oficialmente, pelo projecto revolucionário de orientação socialista, que abandonarão após a queda do Muro de Berlim e da desintegração da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

5.3 - Sociologia da Libertação Nacional, Social e Cultural

Na esteira de Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade [1975: 24-25, 28-30] caracteriza o conceito de libertação nacional em quatro vertentes, nomeadamente:

a) como um fenómeno que se enquadra num conjunto socioeconómico determinado;
b) como uma reconquista da personalidade histórica do povo em luta e o seu regresso à história;
c) como um acto processual de libertação das forças produtivas de toda a dominação estrangeira;
d) como verdadeira marcha da sociedade pela via do progresso cultural e, por conseguinte, um acto supremo de cultura.

Esta caracterização inclui três momentos: socioeconómico, sociopolítico e sociocultural, sendo este último o de maior importância, na perspectiva do sociólogo angolano, por estar ligado ao progresso civilizacional em geral.

Ainda na senda de Amílcar Cabral, o sociólogo angolano aponta três aspectos que caracterizam a dimensão cultural da luta de libertação nacional:

1) a luta de libertação é, simultaneamente, facto cultural e factor de cultura;

2) o processo de libertação nacional fundamenta-se na capacidade dos povos para preservarem a sua identidade cultural;

3) «*No momento em que a libertação de uma sociedade se traduz no retomar dos "caminhos ascendentes da sua própria cultura*"» (expressão de Amílcar Cabral), a luta de libertação nacional torna-se, por consequência e antes de tudo, um facto de cultura.

Na mesma perspectiva, Mário Pinto de Andrade conceitua o carácter galvanizador da cultura em relação à libertação nacional e social. Para ele «*a cultura é sempre o elemento que fecunda e alimenta a luta de libertação*» [1975: 30]. Corroborando com Cabral e Franz Fanon, Mário Pinto de Andrade insiste no esclarecimento dos «*fundamentos recíprocos da cultura nacional e das lutas de libertação nacional*» [1975: 20]. Para ele, não é possível compreender o conceito de cultura nacional sem ter em conta a «*permanência das estruturas ideológicas do passado africano face às mutações originadas pela guerra do povo*» [1975: 28]. Aqui, sem cair no automatismo da coincidência do ser social com o ser ideológico, o analista angolano apela ao estudo racional e científico das situações concretas. Na esteira de Amílcar Cabral, nomeia o peso das cren-

ças do passado, o medo da natureza, a influência da mentalidade mágica e o complexo de segurança orgânica no comportamento individual e colectivo dos actores sociais engajados na luta pela libertação nacional, social e cultural [1975: 28].

5.4 - Entre a teoria e a prática revolucionária da Guiné-Bissau

Mário Pinto de Andrade apoia a sua análise sociológica sobre a libertação nacional, a guerra e a revolução, nos estudos teóricos de Amílcar Cabral e na experiência histórica da Guiné-Bissau [4].

O sociólogo angolano retoma algumas reflexões teóricas de Amílcar Cabral sobre a luta de libertação nacional, sobretudo as ligadas com: (a) o conceito de *praxis* como «campo privilegiado da reflexão teórica», sujeito a adaptações e correcções em função da experiência [Andrade, 1975: 21]; (b) a ideia da análise da luta de libertação nacional com base no estudo sobre o colonialismo clássico e o neocolonialismo; (c) o conceito de processo histórico e força motora da história; (d) o conceito de alavanca social da luta de libertação nos países colonizados; (e) a teoria de

---

[4] Sobre a experiência histórica da luta de libertação nacional na Guiné-Bissau, analisada com base numa metodologia sociológica, ver Lopes [1982: 22-30] e as obras de Mário Pinto de Andrade referidas *supra* (itens 5.1, 5.2 e 5.3). Sobre o mesmo assunto, ver também as obras históricas: *PAIGC, Balanço de 20 anos de Luta* [1974], Aristides Pereira [1976], Luís Cabral [1984], Basil Davidson [Paris: Editions du Seuil].

Amílcar Cabral sobre as três fases da luta de libertação nacional, nomeadamente a mobilização das forças sociais, o engajamento no conflito armado e «*la mise-en-oeuvre du contre-pouvoir*» [1980c: 102]; f) a concepção de Cabral sobre o carácter primitivo do colonialismo português e a sua resposta em relação «*à questão que é saber como Portugal, subdesenvolvido e atrasado, se manteve nas colónias apesar da partilha de que o mundo foi objecto*» [1975: 22].

É deste conjunto de questões, reconstituídas a partir do pensamento sociológico de Amílcar Cabral sobre a luta de libertação nacional, que Mário de Andrade constrói a sua metodologia sociológica, com base na análise da experiência guineense.

Em meu entender, a experiência histórica da Guiné-Bissau interessou a Mário Pinto de Andrade por quatro razões. Em primeiro lugar, está a essência socioeconómica do colonialismo nesse país da África ocidental. Enquanto em Angola e em Moçambique se acumulou um capital essencialmente de origem não portuguesa, na Guiné-Bissau o movimento de capital efectuava-se num ciclo exclusivamente português [Andrade, 1975: 13]. «*Tratava-se, pois, de uma Colónia com base na exportação comercial, no imposto de palhota, no trabalho forçado*» [1975, 14].

Em segundo lugar, temos a essência sociopolítica da colonização portuguesa na Guiné-Bissau, onde o verdadeiro contacto entre as populações locais «*e os portugueses fazia-se através dos chefes tradicionais, dos cipaios e dos assimilados que estavam destinados às tarefas de auxiliares da máquina administrativa*» [Ibidem, 13-14].

Em terceiro lugar, deve considerar-se a especificidade das relações de classes na «Guiné Portuguesa». Se por um lado, a

agricultura dita indígena se destinava exclusivamente à economia de troca, por outro lado, a terra não estava na posse das populações autóctones. Mário Pinto de Andrade descobre aqui a principal contradição da sociedade endógena. Segundo ele, o universo social das populações autóctones, «*comportava as suas contradições internas*» [1975, 14]. No mesmo lugar, o sociólogo angolano acrescenta uma caracterização aprofundada sobre o assunto: «*De entre os camponeses, os Balantas e outros grupos aparentados não apresentavam uma estratificação de classes, enquanto que os Fula, os Mandinga, os Manjacos tinham já classes dirigentes. Entre estas classes dirigentes e as outras situava-se a principal contradição interna. Sendo o campo o elemento essencial da economia guineense, esta contradição era a mais importante. Considerada sob o ponto de vista histórico, e relativamente à sociedade em geral, a camada dos camponeses pobres, duplamente explorada (tanto na troca comercial com os portugueses como no trabalho fornecido ao chefe tradicional), veio a constituir a principal força física da luta de libertação nacional*» [1975].

Considero, em quarto lugar as condições políticas peculiares, em relação às outras colónias portuguesas, que tinham conduzido à constituição da República da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973, após as eleições realizadas de Agosto a Outubro de 1972 e a constituição de uma Assembleia Nacional Popular. Segundo um estudo do jornalista português João Paulo Guerra [1994: 236], no interior da Guiné-Bissau teriam participado no processo eleitoral organizado pelo PAIGC, 82.032 cidadãos, correspondendo a 93,7% do universo da população com direito a voto. A mesma fonte acrescenta: «*Dos votantes, 75.163 (96,9 por*

cento) terão votado a favor das listas únicas para conselheiros regionais e representantes à Assembleia, registando-se, para além dos votos nulos e brancos, 2.352 votos contra [...] *em seis tabancas a votação negativa foi superior à positiva e numa tabanca todos os eleitores terão votado contra, por desacordo quanto ao candidato apresentado. No exterior, votaram a favor todos os 4.517 eleitores recenseados pelo PAIGC. Das eleições saíram eleitos 273 conselheiros regionais e 99 representantes à Assembleia, tendo sido designados 21 representantes pelas zonas ainda ocupadas: Bissau, Bafatá, Balama e Ilhas Bijagós»* [Guerra, 1994].

Portanto, a singularidade da situação sociopolítica da Guiné-Bissau residia também no facto de aí terem sido organizadas as primeiras eleições democráticas internacionalmente reconhecidas pelas Nações Unidas, o que aconteceu a 16 de Outubro de 1972. Como escreve o sociólogo guineense (discípulo de Mário Pinto de Andrade) Carlos Lopes[5], *«era a*

---

[5] Em 1997, este sociólogo publicou um importante livro de sociologia do desenvolvimento africano, sob o título *Compasso de Espera. O fundamental e o acessório na crise africana* [1997]. Este livro é dedicado a Mário Pinto de Andrade. No prefácio ao livro, o prestigiado sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, comenta essa dedicatória de Carlos Lopes, nos seguinte termos: *«A dedicatória deste livro a Mário de Andrade é muito significativa. Mário de Andrade foi um intelectual de altíssima estirpe tão profundamente africano quanto incondicionalmente universal. Comprometido como poucos com o sofrimento e as aspirações dos povos africanos, soube sê-lo sem comprometer a sua independência intelectual, a sua distância crítica ou a sua integridade cidadã. Soube, acima de tudo, resistir aos dogmatismos, tendo pago por isso um alto preço»* [*in* Lopes, 1997: 9].

primeira vez que tal acontecia num território ainda parcialmente ocupado pelas tropas coloniais. Esse Estado foi rapidamente reconhecido por mais de 80 países, ultrapassando assim o número dos que tinham relações com a potência colonial, o Portugal de Caetano» [Lopes, 1982: 17].

A situação da Guiné-Bissau aprofundou a crise do colonialismo português e acelerou a sua derrocada a 25 Abril de 1974, tendo aberto o período de transição que levaria à conquista, em 1975, das respectivas independências políticas pelos países africanos sob domínio português: Moçambique (25 de Junho), Cabo Verde (5 de Julho), São Tomé e Príncipe (12 de Julho) e Angola (11 de Novembro).

Tal como vimos, Mário Pinto de Andrade analisa a libertação nacional (onde inclui os conceitos de guerra e revolução) como um processo social que conduz à transformação social e como um processo histórico-cultural que produz profundas transformações na cultura e nas atitudes individuais e colectivas. De resto, o pensamento sociológico de Mário Pinto de Andrade sobre a libertação nacional, a guerra e a revolução inspira-se na sociologia marxista da revolução. As limitações desta, quanto ao domínio aqui analisado, são conhecidas: a confluência entre teoria sociológica e projecto revolucionário ou contra-revolucionário, a idealização de uma sociedade sem classes. Terá a sociologia da revolução de Mário Pinto de Andrade escapado a estas limitações da sociologia marxista da revolução?

Capítulo VI

À guisa de conclusão Significado histórico-sociológico da ensaística de Mário Pinto de Andrade

«A criação cultural apenas pode encontrar a sua plena densidade/multiplicidade e riqueza através do jogo de libertação do pensamento nacional, que permite a expressão da prática e da reflexão dos indivíduos e dos grupos que se reconhecem num projecto de sociedade onde a lucidez do presente se funde com o optimismo do futuro.

Um tal dinamismo implica da parte dos diferentes protagonistas a capacidade de reinventar os modos de organização social e política que pela sua adequação aos objectivos da mudança subtendem a trama cultural das totalidades sociais»

in Mário Pinto de Andrade
«Identidade, Poder Cultural e Democracia», p. 48.

Ao longo dos capítulos deste texto, defendi e tentei demonstrar que a maioria dos trabalhos de Mário Pinto de Andrade foram elaborados numa perspectiva sociológica. Essa perspectiva constitui a alma sociológica que presidiu toda a sua obra ensaística, sobretudo àquelas obras que são referenciadas neste ensaio.

Este trabalho é um ensaio sobre a dimensão sociológica da ensaística de Mário Pinto de Andrade. Esta dimensão, tal como foi abordado nos capítulos anteriores, pode ser resumida nos eixos seguintes:

a) a visão geral das sociedade africanas (em particular os países de língua oficial portuguesa), partindo dos seus fundamentos civilizacionais e culturais;
b) o estudo da cultura e da literatura, como fenómenos sociais que obedecem às leis de uma sociedade dada;
c) a visão sociológica das relações raciais, tendo como fundamento o papel das populações perante o sistema das relações de produção;
d) as bases sociológicas do discurso e da *praxis* proto-nacionalistas;
e) a problemática do estudo sociológico da revolução de libertação nacional, social e cultural.

A sua contribuição para o tratamento sociológico das questões da civilização, cultura e literatura negro-africana (com destaque para os problemas angolanos e o espaço dos países africanos de língua oficial portuguesa), é inquestionável. Muitos escritos de Mário Pinto de Andrade constituem, a meu ver, contribuições originais ao desenvolvimento do pensamento sociológico dos países africanos de língua oficial portuguesa, em particular, e à sociologia africana, em geral. Neste capítulo, o seu esforço de sistematização e desenvolvimento (de criação, nalguns casos), de novos domínios do saber sociológico, têm grande significado metodológico. Refiro-me, concretamente, ao desenvolvimento da sociologia das obras da civilização[1], da sociologia da situação colonial, da sociologia das relações raciais[2], da sociologia política (dos movimentos sociais e políticos e da narrativa ideológica dos discursos protestatários), da sociologia da revolução e da luta de libertação nacional e a criação da sociologia do protonacionalismo africano. Todas essas áreas do saber sociológico são desenvolvidas, na obra de Mário Pinto de Andrade, tendo em atenção a continuidade dos paradigmas teóricos existentes sobre essas problemáticas e a necessidade de

---

1 Aqui inscrevo, concretamente, as suas contribuições ao desenvolvimento das sociologias histórica, da cultura, da literatura negro-africana (em particular da sociologia da poesia negro-africana), do romance (especificamente, da sociologia da narrativa angolana) e do teatro.

2 É mister incluir aqui as suas críticas à chamada sociologia do lusotropicalimo, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.

ilustrar a especificidade africana e angolana. Se em relação à sociologia africana, podemos considerar que a sua obra contribuiu para o seu desenvolvimento, já em relação à sociologia angolana é de considerar, com legitimidade, o facto dele ser o seu patrono. Tanto no primeiro, quanto no segundo caso, Mário Pinto de Andrade apresenta-se como um sociólogo do saber endógeno.

As suas incursões sociológicas têm o mérito de ser, entre nós, as primeiras sistematizações teóricas nesse domínio do saber social. Por outro lado, ao que se saiba, Mário Pinto de Andrade foi o primeiro angolano a formar-se em sociologia, formação feita em França nos anos cinquenta, altura em que em Portugal, a sociologia era ainda tabú [3].

Embora defenda a tese sobre a primatura da perspectiva sociológica na obra deste insigne cientista social, sobretudo na sua ensaística, os seu trabalhos não se limitam ao significado sociológico tratado neste ensaio. É uma obra vasta e multidisciplinar, rica em estilos, géneros e temas.

Mário Pinto de Andrade traduziu muitas obras literárias, políticas e culturais. Escreveu tanto em língua kimbundu, quanto em língua portuguesa e francesa. Os seus trabalhos

---

[3] A sociologia, como curso ou disciplina académica, não era leccionada no sistema de ensino colonial - quiçá, porque a consciência sociológica da realidade colonial (da situação colonial) incomodaria o regime fascista derrubado em 1974. Contudo, isso não significa que as autoridades coloniais não financiassem estudos sociológicos específicos de interesse para a administração colonial. Já atrás referimos estudos do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre e de Mesquitela Lima.

versam, maioritariamente, sobre a cultura africana, em particular a história, a política e a ideologia do movimento de libertação nacional. Sem margem para dúvidas, ele foi concomitantemente historiador das civilizações, culturas e literaturas negro-africanas, antropólogo e etnógrafo das comunidades étnicas angolanas, político e ideólogo do movimento de libertação nacional, poeta, prosador, ensaísta e crítico literário, sociólogo da cultura, da situação colonial e do (proto)nacionalismo africano.

Mário de Andrade projectava publicar, além dos dois livros editados em 1997 (*Origens do nacionalismo angolano* e *Entrevista a Michel Laban*), os seus *Escritos da juventude*[4] e um outro livro intitulado *Raízes Culturais do Nacionalismo Angolano* (1950-1960).

A versão desta última obra a que tive acesso, tem a seguinte estrutura: um prefácio de Maria Dolbeth; uma introdução de Mário de Andrade; uma ordenação cronológica dos seus textos escritos no período entre 1950 e 1959[5], um *item* de anexos com: (I) Traduções de Mário Pinto de Andrade dos textos de Langston Hughes, «What the Negro Wants» (O que o Negro quer) e de Keita Fodeba «Minuit» (Meia-Noite), e «Le Maître d'École» (O Mestre-Escola); (II) O plano de trabalhos do Centro de Estudos Africanos; e (III) a estória do primeiro caderno de poesia

---

[4] Esta informação foi-me prestada pelo Dr. Joaquim Pinto de Andrade, seu irmão mais velho.

[5] Ver a relação bibliográfica do presente ensaio, no anexo II, «Bibliografia de Mário Pinto de Andrade».

negra de expressão portuguesa, por José Eduardo Agualusa; um *item* de iconografia onde se prevê incluir (a) Lisboa: sala de reuniões do Centro de Estudos Africanos - n.º 37 da rua Actor Vale; (b) Retratos dos protagonistas, por António Domingues; (c) Paris: Nicolás Guillén; o primeiro congresso dos Escritores e Artistas Negros, (d) Tachkent: um grupo afro-asiático com William B. Du Bois; e, (e) uma vasta lista de referência bibliográfica de Mário Pinto de Andrade com trinta e dois títulos de sua autoria e seis títulos editados sob sua direcção.

A recente publicação do primeiro volume de *As Origens do Nacionalismo Angolano* e *Mário de Andrade. Uma entrevista* constitui um passo qualitativo no estudo histórico-social dos estados africanos de língua oficial portuguesa e na compreensão do percurso biográfico e intelectual de Mário Pinto de Andrade. São duas obras inacabadas. Para a conclusão da primeira obra, como se disse no capítulo anterior, o autor perspectivara um segundo volume em que questionaria o papel dos protonacionalistas no surgimento e desenvolvimento dos modernos nacionalismos africanos [Andrade, 1990: 185; cf. Tomás, 1988: 24]. Esta é uma inquietação a reter e a ter em conta em futuros estudos histórico-sociológicos sobre os nossos países.

Para a sociologia, poderá interessar o estudo das regularidades (e dinamismos sociais) que levaram à eclosão do(s) moderno(s) nacionalismo(s) africano(s) nos países de língua oficial portuguesa e sua influência na história recente. No âmbito duma pesquisa sociológica sobre o nacionalismo angolano, poderão ainda interessar à socio-

logia questões tais, como: a acção das elites sociais letradas e tradicionais, o papel das organizações sociais nacionalistas no processo de surgimento, desenvolvimento e afirmação do moderno nacionalismo angolano e ainda a questão da composição sociológica dessas elites e organizações associativas.

A entrevista dada a Michel Laban é também uma obra importante para a compreensão dos processos sociais e políticos que dignificaram ou abalaram a história de Angola nos 50 anos a partir da década de 1930, portanto, até à década de 1970. Como acima foi dito, trata-se de uma entrevista incompleta. Como reconhece o entrevistador, o Professor Michel Laban, «*infelizmente não foi possível chegar ao fim do plano estabelecido: entre outros temas (Frente Leste em 1971, independência de Angola, participação no governo da Guiné-Bissau...), pensava focar, no domínio propriamente cultural, o famoso poema Muimbu ua Sabalu* («*Canção de Sabalu*»*), assim como dois contos que foram publicados em 1952:* «*Bicho do mato*» *(Itinerário,* Lourenço Marques*) e* «*Eme ngana, eme muene*» *(Mensagem, Luanda*» [Andrade, 1997b: VIII].

Apesar do carácter incompleto, que implica algumas imprecisões e polémica, este conjunto de entrevistas constitui um grande contributo para o conhecimento da história recente de Angola.

Os dois livros acima referidos têm sido objecto de reacções de alguns dos protagonistas ainda vivos da história da luta de libertação nacional angolana, que questionam alguns dos factos neles narrados. É o caso do recente arti-

go «Silêncios e mentiras sobre o MPLA» de Hugo Azancot de Menezes, um dos primeiros militantes do MPLA, responsável pela sua implantação na Guiné-Conacri, publicado no jornal lisboeta *Diário de Notícias*, de 15 de Janeiro de 1998. No polémico artigo, o autor contesta Mário Pinto de Andrade sobre três questões:

a) Em que data foi realmente fundado o MPLA?
b) Quando iniciaram os jovens militantes as actividades políticas na Guiné-Conacri?
c) Quais as razões por que Viriato da Cruz e Agostinho Neto se desentenderam?

São questões intimamente ligadas ao nacionalismo angolano e ao percurso biográfico de Mário Pinto de Andrade. As «*muitas inverdades e flagrantes omissões*» de que Azancot de Menezes acusa Mário Pinto de Andrade, não passam (em nosso entender) de acusações infundadas, por se tratar de uma entrevista incompleta, da qual não se poderiam esperar verdades completas. De resto, o que Azancot de Menezes chama de «estranha entrevista» é um importante documento de referência para o estudo da moderna historiografia angolana, muito particularmente o Movimento de Libertação Nacional e o MPLA. Quanto à sociologia, a entrevista fornece importantes pistas para o estudo do papel histórico e da composição social da actual *classe dirigente*.

Em Dezembro de 1997, Lúcio Lara, igualmente um dos militantes da primeira linha do MPLA, publicou o seu livro *Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através de*

documentos e anotações de Lúcio Lara[6], outra referência documental importante para o estudo da história do MPLA e do Movimento de Libertação Nacional [Volódia, 1998]. A recolha de Lúcio Lara inclui sobretudo correspondência de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Azancot de Menezes, do próprio Lúcio Lara e de vários outros nacionalistas angolanos, «placards», panfletos e discursos de grande valor histórico. Este livro pode ajudar a aclarar alguns factos da «polémica» iniciada por Azancot de Menezes e aprofundar o estudo da biografia política de Mário Pinto de Andrade no período 1959-1962.

É urgente que os investigadores da história recente de Angola, incluindo os sociólogos que se dedicam ao estudo do nacionalismo angolano e dos processos sociopolíticos desse período, retomem e continuem o debate sobre o

---

6 Este livro interessa sobretudo à historiografia, à sociologia política e à sociologia do (proto)nacionalismo angolano. Quiçá, seja importante reter, para a sociologia angolana, dois momentos: em primeiro lugar o estudo da narrativa ideológica produzida pelas organizações, associações e actores-dirigentes do moderno nacionalismo angolano (sobretudo no que diz respeito ao MPLA); e, em segundo lugar, o estudo da correspondência entre os diversos actores do movimento nacionalista angolano. São aspectos que certamente interessarão à construção de uma sociologia hermenêutica dos escritos protestatários e ao estudo do universo e aspirações dos actores-produtores desses escritos, seus destinos socio-históricos e os destinos particulares e das colectividades que um dia inspiraram. De resto, a publicação do segundo volume, que é aguardado com uma grande expectativa, poderá contribuir, em parte, para enriquecer o acervo das fontes escritas sobre a nossa história recente.

nosso passado recente e suas consequências no presente ainda vivido. São questões que poderão enriquecer a historiografia angolana, domínios do saber sociológico (como a sociologia histórica e a sociologia política) e politológico.

Por outro lado, impõe-se uma urgente pesquisa bibliográfica de e sobre Mário Pinto de Andrade. Nas bibliografias que apresento neste ensaio, foi possível colectar 105 títulos de sua autoria e 40 títulos sobre a sua vida e obra. Não me foi possível apresentar todos os textos produzidos durante a sua vivência na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e durante os últimos anos de vida em Paris e Portugal. Mesmo com estas limitações que reconheço, o facto da apresentação de uma lista bibliográfica razoável poderá abrir pistas para futuras pesquisas bibliográficas de e sobre Mário Pinto de Andrade.

No entanto, um estudo bibliográfico e teórico aprofundado sobre a vida e a obra do primeiro sociólogo angolano, só será possível quando for tornado público o espólio por ele deixado, constituído por cerca de dez caixotes com agendas, cadernos com anotações a lápis, cartas e arquivos de documentos diversos. O espólio encontra-se sob responsabilidade da Fundação Mário Soares, em Lisboa. O assunto foi tornado público pelo escritor e jornalista angolano José Eduardo Agualusa, no artigo «Lúcio Lara lança em Luanda *Um Amplo Movimento*», publicado na revista *Pública* de 8 de Fevereiro [Agualusa, 1998: 20]. Segundo o artigo, a intenção das filhas de Mário Pinto de Andrade (Ana Ginga e Henda Ducados) é identificar, digitar, publicar e guardar esse acervo numa instituição a criar com o nome do grande sociólogo angolano (Fundação Mário

Pinto de Andrade?). O espólio é imenso e diversificado. «*O conhecimento desse espólio irá inevitavelmente, iluminar a história de África e de Angola de uma forma particular, permitindo corrigir toda uma série de incorrecções e falsificações criadas, por razões de estratégia ou simples má fé*» [Agualusa, 1998].

Os angolanos perderam, pois, uma grande oportunidade: a de assumir a iniciativa e a responsabilidade histórica em relação ao espólio deixado por Mário Pinto de Andrade. Parafraseando o jornalista angolano Américo Gonçalves, uma instituição angolana, deveria chamar a si a compra dos direitos do espólio, para que em Angola fosse sistematizado e divulgado. «*Essa seria também uma forma de homenagear a figura de Mário Pinto de Andrade e seria igualmente um contributo inestimável para reconciliação dos angolanos em tempos que se querem de concórdia*» [Gonçalves, 1998: 21].

Anexos

«Perante "sociedades em mutação de identidades", o fenómeno cultural total apenas pode ser apreendido através do jogo dialéctico das suas múltiplas componentes»

in Mário Pinto de Andrade
«Identidade, Poder Cultural e Democracia», p. 48.

Anexo I

Mário Pinto de Andrade
Elementos para uma construção biográfica do seu retrato social e intelectual

«[...] *as relações sociais entre os homens não se estabelecem por mandados divinos.*

Tudo é obra do homem [...] *e nada se processa no mundo Sem a sua intervenção. A existencia do homem é, pois, um facto em sociedade*»

in Mário Pinto de Andrade
«Do Preconceito Racial e da Miscegenação» [inédito].

«*No interior* [da] *movimentação social as contradições entre os interesses do Estado, da comunidade nacional do indivíduo inscrevem-se na grandeza e na miséria da missão histórica universal e particular*»

in Mário Pinto de Andrade
«Identidade, Poder Cultural e Democracia», p. 48

O estudo exaustivo da vida e da obra de Mário Pinto de Andrade é uma tarefa que se nos afigura difícil, em consequência do ostracismo a que esteve votada a sua personalidade e do desconhecimento, entre nós, da sua vasta produção intelectual e dos diversos trabalhos publicados, pelo mundo fora, sobre a sua vida e a sua obra. Apesar disso, atrevo-me a fasear o seu percurso social, político e intelectual em sete períodos, que passo a designar, convencionalmente, de seguida:

1) Fase de sociabilidades primárias (1928 -1948).
2) Fase de consciencialização (1948-1955).
3) Fase de grande aventura intelectual (1955-1959).
4) Fase de acção política activa (1959-1963).
5) Fase de *entourage* (1963-1974).
6) Fase de internacionalismo (1974-1980).
7) Fase de exílio para a eternidade (1980-1990).

Estabeleço esses períodos tendo como critério os momentos mais significativos do percurso biográfico de Mário de Andrade, sistematizados com base na entrevista [1]

[1] Essa entrevista foi dada em francês. Alguns africanistas, por exemplo, Alfredo Margarido [1988: 68], que não estando certos da tradução portuguesa, sugerem a publicação do original em língua francesa.

que ele concedeu ao estudioso francês das literaturas africanas, Michel Laban [cf. Andrade, 1997b]. Esta sistematização foi possível, também graças a diversos textos a que tive acesso, que ajudaram a consolidar o meu ponto de vista sobre os períodos mais importantes da vida e da obra do primeiro sociólogo angolano. Esses textos são, designadamente: «Mário Pinto de Andrade», de Arlindo Barbeitos [1990]; «O legado de Mário de Andrade», de José Maria Nunes Pereira [1990]; «Mário de Andrade. Retrato Inacabado», de José Eduardo Agualusa [1990]; «Mário de Andrade. A liberdade morre no exílio», de Vítor Ramalho; «Mário Coelho Pinto de Andrade», artigo de João Carlos Paulo inserido no *Dicionário de História do Estado Novo* [1996]; «A grande aventura do nacionalismo angolano», textos de António da Conceição Tomás publicados na *Pública* [1998].

Na verdade, o exílio que caracteriza a última fase, está presente em quase todo o percurso intelectual e político de Mário Pinto de Andrade. Sobre essa característica, que é um aspecto do perfil e uma constante do retrato intelectual e político de Mário Pinto de Andrade, reproduzo a avaliação feita pelo estudioso português João Carlos Paulo [1996: 56], num artigo recente produzido em homenagem ao ilustre ensaísta angolano: «*o percurso intelectual deste percursor do anticolonialismo em Portugal e do nacionalismo angolano... cuja vida acaba por ser marcada pelo exílio quase constante, ganha particular relevância pela permanente atitude de reflexão crítica, em grande parte determinada pelos sucessivos momentos de ruptura face aos modelos sociais e políticos*

predominantes, quer no período colonial quer no que sucede a independência de Angola».

Primeira fase: Infância e sociabilidades primárias

Mário Coelho Pinto de Andrade nasceu no Golungo Alto[2] (província do Kwanza Norte), terra *mater* de vários outros intelectuais angolanos. Nasceu no dia 21 de Agosto de 1928, vindo a falecer em Londres, a 25 de Agosto de 1990.

Seu pai, José Cristino Pinto de Andrade, descendente de uma das famílias mais antigas e mais influentes de Luanda, era funcionário bancário e um dos fundadores da Liga Africana. Na família de José Cristino Pinto de Andrade encontram-se funcionários, professores, homens de letras e, sobretudo, homens da igreja [cf. Andrade, 1997b: 7].

Sua mãe, Ana Rodrigues Coelho, era descendente de uma família de fazendeiros do Golungo Alto. Foi com os seus avós maternos que Mário Pinto de Andrade aprendeu a conhecer o mundo rural (sua vida económica, social e

---

[2] O município do Golungo Alto dista a 160 km da cidade de Luanda. Nesta pequena vila, nasceram vários outros intelectuais angolanos, como António de Assis Júnior, Cónego Manuel das Neves, Gentil Viana, o jovem poeta José Luís Mendonça e algumas figuras políticas actuais, como são os casos de Lopo do Nascimento, antigo secretário-geral do MPLA, Manuel Pedro Pacavira, actual Governador da província do Kwanza-Norte e Pedro Correia Víctor, antigo secretário-geral adjunto da UNITA. Alguns outros intelectuais, como António Jacinto ou Virgílio Coelho, não tendo aí nascido, passaram fases importantes das suas vidas, nomeadamente a infância, reclamam-se das influências culturais aí recebidas.

psicológica) durante uma curta mas memorial estadia no Golungo Alto, base tradicional da sua família materna, nos anos 1936-1937 [cf. Andrade, 1997b: 4]. Sobre esta influência da família materna, Mário Pinto de Andrade dá-nos o seguinte testemunho: foi «*a família da minha mãe que me ensinou a vida rural. Guardei uma recordação muito forte desta vivência com os meus avós*» [1997b: 5].

A infância e a adolescência de Mário Pinto de Andrade foram marcados por processos de intensa socialização que influenciaram, de forma significativa, a formação da sua *personalidade básica*. Refiro-me à influência familiar (uma família assimilada e nacionalista), à vivência em Luanda (numa época de grandes mutações sociais e de luta pela afirmação social das elites autóctones), aos estudos no Seminário Católico de Luanda e aos grupos de amizade com quem convive e partilha sociabilidades primárias.

Mário Pinto de Andrade partiu do Golungo Alto para Luanda, em 1930, quando contava apenas dois anos de idade. Passa a sua adolescência nas Ingombotas, em Luanda, onde toma contacto com as «coisas angolenses» do quotidiano luandense, enfim, com o mundo angolano. Ele próprio faz uma descrição da topografia social das Ingombotas, na década de 1930: «*Foi nas Ingombotas que passei a minha adolescência, que vi o mundo, que comecei a aperceber-me do meu pequeno mundo angolano* [...]. *Era um bairro muito familiar, toda a gente se conhecia* [...]. *Na altura, nas Ingombotas coabitava-se um pouco com os brancos: havia belos edifícios perto da Câmara, a igreja do Carmo e a linha férrea que ia até à estação da Cidade Alta: o caminho de ferro do Bungo. E depois, havia o primeiro*

edifício da Liga Nacional Africana, e todas as famílias angolanas habitavam nas Ingombotas» [1997b: 9].

É neste período (anos 1930), que na cidade de Luanda se inicia o processo de urbanização. Esse processo tinha por finalidade a destruição das modestas casas das populações africanas, que eram, regra geral, expulsas para o «quilómetro cinco» e desapossadas das suas terras, em favor da população branca [cf. Andrade, 1997b: 10]. Mário Pinto de Andrade testemunha esses processos sociais, a que também testemunham outras crianças do seu bairro e convívio – todos filhos de famílias tradicionais de Luanda, que nos anos 30 habitavam nas Ingombotas, como as famílias Bento Ribeiro, Viana, Mingas, Vieira Dias e Van-Dúnem, dentre outras [cf. Andrade, 1997b: 13].

No início da década de 1930, viviam na cidade de Luanda 50.588 habitantes (39.001 negros, 5.575 mestiços, 6.008 brancos e 22 de outras raças)[3]. O processo de urbanização prejudica a maioria da população negra. Em 1939, o pequeno Mário (com seu irmão Joaquim Pinto de Andrade)[4] ingressa

---

[3] Cf. Ilídio do Amaral [1959: 216-217].

[4] Joaquim Pinto de Andrade nasceu em 1926, no Golungo Alto. Concluiu a sua formação académica (filosofia e teologia) na Universidade Gregoriana de Roma, em 1953. Foi docente no Seminário de Luanda, chanceler da Arquidiocese de Luanda, padre responsável pela paróquia da Samba e assistente da Liga Universitária Católica. Na sequência da sua participação em actividades nacionalistas pela libertação de Angola, foi preso pelas autoridades coloniais e deportado, em Junho de 1960, para a cadeia do Aljube (Portugal), onde permaneceu catorze anos. Foi presidente honorário do MPLA (eleito na conferência de Léopoldville em 1962), um dos líderes da Revolta Activa (1974-1976), presidente da Associação Cívica de Angola (ACA) e presidente do Partido Renovador Democrático (PRD) [cf. Rosas e Brito, 1996: 56].

no Seminário de Luanda, onde estuda durante cinco anos. Mário Pinto de Andrade viria a classificar estes anos como o período do misticismo [cf. Andrade, 1997: 18-26].

O Seminário influenciou Mário Pinto de Andrade, no plano da convivência social e da sua formação intelectual. Aqui estavam internadas e estudavam pessoas de várias origens sociais - brancos, mestiços, negros, favorecidos e desfavorecidos sociais da cidade e do campo. Ele próprio [Andrade, 1997b: 20] caracteriza de heterogénea a composição social dos seminaristas como um «caleidoscópio social» com «*gente de todas as origens: rurais, assimilados, filhos de colonos, de administradores e de pessoas também bem mais elevadas, de pessoas da classe alta, de portugueses, filhos de portugueses*».

No plano intelectual, o Seminário ajudou-o a cultivar uma disciplina rígida e a dedicar-se ao estudo das línguas, sobretudo o latim e o português. Mas foi também no Seminário onde Mário Pinto de Andrade aprendeu a protestar contra a disciplina. Como constata o investigador português António da Conceição Tomás, «*do seminário, onde estudara até aos 16 anos, fica-lhe o ódio à repressão*» [Tomás, 1988: 21]. Sobre isto, o próprio Mário Pinto de Andrade afirma o seguinte: «*Foi o Seminário que me ensinou a revolta contra a disciplina. O quadro da minha revolta contra a disciplina foi-me dado no Seminário*» [1997b: 26]. Esta situação insustentável para as autoridades do Seminário e para a família de Mário Pinto de Andrade, levou à sua dispensa do Seminário, em 1944.

Em 1948, Mário Pinto de Andrade concluiu a sua formação escolar no Colégio das Beiras. Neste período, o

jovem teve a sua primeira experiência laboral, tendo ensinado latim e português no Colégio das Beiras e no Colégio Portugal, ao mesmo tempo que exercia a livre ocupação de explicador dessas disciplinas. Chegou a ser professor de Carlos Ervedosa (1932-1992)[5] e do escritor angolano Uanhenga Xitu (aliás, Agostinho André Mendes de Carvalho) [cf. Andrade, 1997b: 50, 51][6].

Como vimos, Mário Pinto de Andrade sofreu várias influências sociais que marcaram a sua socialização primária bem como a formação e afirmação da sua personalidade intelectual. É significativo o meio social onde se processa a sua socialização primária: a família (o seu pai, protonacionalista e lutador pela afirmação e dignificação dos nativos; a madrasta, Dona Consuelo de Peso e Sousa [7],

---

[5] Geólogo de profissão, arqueólogo, ensaísta, historiador da literatura angolana, crítico literário e publicista. Foi docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Luanda. Como ensaísta publicou vários textos de reflexão e análise literária: *A Literatura Angolana. Resenha Histórica* [1962], *Itinerário da Literatura Angolana* [1972], *Breve Resenha Histórica da Literatura Angolana* [1973], *Roteiro da Literatura Angolana* [1974], *Arqueologia Angolana* [1980].

[6] Enfermeiro na primeira fase da sua vida profissional, foi ministro da saúde e embaixador. É hoje um político influente na cena política nacional, sendo deputado pelo MPLA a Assembleia Nacional e escritor. Nasceu em 1924, em Calomboloca, município de Icolo e Bengo, na província do Bengo. Numa sessão de apresentação das duas obras mais recentes de Mário Pinto de Andrade [1997a, 1997b], ocorrida no dia 22 de Abril de 1998, no Instituto Camões em Luanda, Mendes de Carvalho confirmou ter sido aluno de Mário Pinto de Andrade.

[7] Segundo Mário Pinto de Andrade, a sua madrasta, Dona Consuelo, era filha de um tenente do exército português.

cuja circulação nos meios sociais e nas elites tradicionais de Luanda o ajuda a consolidar a sua visão endógena sobre Luanda; e na do seu irmão Joaquim), a geração de seu pai cuja decadência social ele testemunha, a geração dos seus mais velhos e a presença afro-americana e brasileira na memória colectiva da época.

O próprio Mário reconhece a influência destes factores na formação da sua personalidade. Nas duas primeiras sessões das dez que compõem a sua entrevista ao investigador francês Michel Laban, Mário Pinto de Andrade descreve e recria o retrato sociológico da sociedade luandense da época, a topografia social do bairro das Ingombotas, onde passou a sua infância e aprendeu a compreender a vida e a conhecer o seu pequeno mundo angolano [cf. Andrade, 1997b: 9].

A geração de seu pai, a que chama pejorativamente «lumpen-aristocracia», constitui o estrato social que mais marcou e formou Mário Pinto de Andrade. Fazem parte da geração de seu pai, António de Assis Júnior, Adolfo Castelo Branco, Gervásio Viana, Lucrécio Africano, Luís Botelho, Manuel Bento Ribeiro, os Vieira Dias e seus tios Justino e Filipe Pinto de Andrade [cf. Andrade, 1997b: 35]. Mário de Andrade faz a seguinte caracterização desta geração: «*Eram assimilados, eram homens que acreditavam serem verdadeiramente os defensores dos valores antigos* [...]. *O grupo que frequentava a casa de meu pai tinha uma conversa que andava sempre à volta desta promoção social através da burocracia. É por isso que os chamo por um nome pejorativo, de «lumpen-aristocracia»* [1997b: 35]. Em relação à geração de seu pai, Mário Pinto de Andrade

aclara que eles «*incitavam os jovens a lutar pela vida, a valorizarem-se na sociedade. Incitavam-nos a ter sucesso nos estudos, investiam nas novas gerações, nos seus filhos*» [1997b: 36].

Trata-se de uma geração que se batia pela promoção social dos seus familiares e dos angolanos. Algumas dessas figuras, incluindo o pai de Mário Pinto de Andrade, fundaram em 1930 a Liga Nacional Africana[8]. Os subscritores conhecidos são António de Assis Júnior[9], Cristino Pinto de Andrade, Gervásio Viana, Manuel Inácio dos Santos Torres e Sebastião José da Costa [cf. Andrade, 1997b: 40-41][10].

A geração de seu irmão mais velho, Bento Falcão Pinto de Andrade, também exerceu uma grande influência na formação do seu imaginário cultural e social. Fazem parte dessa geração, Liceu Vieira Dias, Ilídio Machado e Aníbal de Melo. No dizer de Mário Pinto de Andrade, essas figuras já eram politizadas, mais «avançadas» e mais informadas. Essa geração tinha sofrido profundas influências do imaginário social brasileiro e americano, forjado através do

---

[8] Resultante do desejo dos associados da extinta Liga Angolana (1912), a Liga Nacional Africana batia-se, até ao advento da independência nacional, pela defesa dos interesses das populações nativas.

[9] Nasceu em 1877 no Golungo Alto e faleceu em Lisboa, em 1960. Escritor, advogado, provisionário, jornalista, escreveu *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* [1917], *O Segredo da Morta* (Romance de Costumes Angolenses) [1934], *Dicionário Kimbundu-Português* [s.d.].

[10] Mais tarde, em 1966, uma fotografia dos fundadores da Liga Nacional Africana chegou a ser publicada na revista *Angola* (Luanda), n.º 172, de Janeiro-Junho.

cinema, da música, da dança e do boxe. A geração de Mário de Andrade assimilou tais valores, a partir desta geração [Andrade, 1997b: 29-44].

O desporto e a literatura contribuíram também para a formação da sua personalidade. Textos de Tolstoi, Gogol, Gorki, Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego foram as suas primeiras influências literárias. Foi neste período (década de 1940) que Mário Pinto de Andrade toma contacto e compreende o conteúdo da maior obra ensaística angolana (*A Voz de Angola Clamando no Deserto* [1901]), que com o livro *História de uma traição,* de Pedro da Paixão Franco (1911), terão marcado a primeira metade do século XX. Compreende, igualmente, o *Almanaque de Lembranças*, um anuário publicado em Lisboa de 1851 a 1932, com colaboradores originários de quase todas as colónias portuguesas [Andrade, 1997b: 39]. Também datam deste período, os intensos e sistemáticos contactos literários e políticos com Viriato da Cruz (1928-1973)[11] e Higino Aires.

---

11 Poeta, activista cultural e político, Viriato Francisco Clemente da Cruz nasceu a 25 de Março de 1928, em Porto Amboim e faleceu na China, a 13 de Julho de 1973. Foi o ideólogo do Movimento «Vamos Descobrir Angola» e um dos animadores do Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos. Inaugurou uma nova era na moderna poesia angolana. Foi um dos fundadores e primeiro Secretário-Geral do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Segundo Mário Pinto de Andrade deve-se a Viriato da Cruz *«a emergência das forças mais progressistas em Angola»*, sendo por isso *«um homem chave»* [Andrade, 1997b: 180-181] dos movimentos e dinâmicas sociais que se desenvolveram em Angola a partir da década de 1940.

É um período de transição. O mundo estava a reconstruir-se dos escombros da Segunda Guerra Mundial. A geração de Cristino Pinto de Andrade abandona aos poucos a acção social activa. A geração de Bento Falcão ensaia os primeiros passos de intervenção social. A de Mário Pinto de Andrade preparava-se para entrar na arena social.

Segunda fase: da consciencialização à agitação cultural

Em Outubro de 1948, Mário Pinto de Andrade parte para Lisboa, para estudar filologia clássica, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Aqui começa uma nova fase na sua vida, a fase de consciencialização e agitação cultural. O investigador português João Carlos Paulo resume este período da seguinte maneira: «*Os cerca de cinco anos... que permanece em Lisboa... correspondem à primeira ruptura, orientada no essencial para a contestação do colonialismo português, em nome da dignificação dos valores culturais africanos*» [Paulo, 1996: 56]. E acrescenta: «*Mais do que o curso universitário, que de resto não chega a concluir*», Mário Pinto de Andrade estabelece contactos «*com círculos da oposição portuguesa ao salazarismo e, sobretudo, com um grupo de outros estudantes africanos pertencentes à Casa dos Estudantes do Império (CEI) que proporciona o alargamento da sua formação política, designadamente de leituras do marxismo e da negritude* [...]. *A sua intervenção afirma-se no campo político e cultural, ora no plano edi-*

torial - com Francisco J. Tenreiro ... - ora no intuito de transformar o sentido da integração e da formação ideológica e colonialista que a CEI deveria facultar aos estudantes africanos» [1996: 56-57].

Nos primeiros anos do período lisboeta, Mário de Andrade dedica-se ao estudo da linguística e à agitação cultural. Os estudos linguísticos ajudam-no a consolidar a sua consciencialização africana. Fornecem-lhe uma cultura epistemológica que marcará toda a sua postura teórica posterior. São os estudos linguísticos e sociolinguísticos que lhe permitem teorizar sobre os problemas culturais e sociais, na base de uma tradição endógena das sociedades africanas e dos seus actores. Ele próprio reconhece a importância do papel exercido pelos estudos linguísticos na sua formação intelectual: «*O meu interesse pela linguística africana tinha* [...] *sido despertado através da consciência africana* [...] *que se ia estruturando em Lisboa com os meus amigos. Os amigos da geração de Cabral*[12] *empurravam-me para a linguística africana porque eu era um estudante de letras*» [Andrade, 1997b: 91]. Mais adiante, acrescenta que «*houve, portanto uma coincidência entre a via de aprofundamento da consciência africana e o aprofundamento dos estudos de linguística*» [Andrade, 1997b: 91].

---

12 A «Geração de Cabral» é o nome que Mário Pinto de Andrade dá ao grupo de pensamento integrado por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Alda Graça do Espírito Santo, Francisco José Tenreiro, Humberto Alves Machado e Noémia de Sousa. Em memória a este grupo de reflexão da «Geração de Cabral», ele escreveu, em 1973, um artigo intitulado «A Geração de Cabral» [1973a].

A agitação cultural consistiu sobretudo na veiculação das ideias do «Movimento Vamos Descobrir Angola» [13], do «Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos» [14] e na criação e dinamização das actividades do Centro de Estudos Africanos [15] em Lisboa, juntamente com Francisco José Tenreiro (1921-1963) [16],

---

13 Na *Antologia Temática de Poesia Africana, I. – Na noite grávida de punhais* [2.ª edição, 1977: 6-7], Mário Pinto de Andrade caracteriza o «Movimento Vamos Descobrir Angola!» como uma «palavra de ordem lançada em Luanda, em 1948», por um grupo de estudantes e de jovens intelectuais sob liderança teórica e espiritual de Viriato da Cruz. «*O movimento*», prossegue Mário de Andrade citando Viriato da Cruz, «*deveria retomar... o espírito combativo dos escritores africanos dos fins do século XIX e dos princípios do actual. Esse movimento combatia o respeito exagerado pelos valores culturais do Ocidente (muitos dos quais caducos); incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos*». Sobre esta questão, ver também o artigo «Memória de Luanda (1949-1953): "Vamos Descobrir Angola!"» de Mário António Fernandes de Oliveira, inserido no seu livro *Reler África* [1990: 371-383].

14 Movimento literário que adoptou e materializou a palavra de ordem «Vamos Descobrir Angola». Sobre este assunto, recomenda-se a entrevista de António Jacinto a Michel Laban, inserida no livro *Angola. Encontro com os Escritores*, volume I [s.d.: 139-179].

15 Foi criado em 1951.

16 Natural de São Tomé, Francisco José de Vasques Tenreiro era geógrafo de profissão (doutorado numa universidade inglesa). Investigador e professor universitário, deputado e ensaísta, o seu livro *Ilha de Nome Santo* [1942] inaugurou a era da negritude na poesia africana de língua portuguesa. Publicou em co-autoria com Mário Pinto de Andrade, o *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* [1953a]. Em 1956, Francisco Tenreiro aderiu ao Partido Nacional, de Salazar, tendo sido membro da Assembleia Nacional da República Portuguesa. No seu texto «Écrivains noirs d'expression portugaise», escrito, em 1961, para a revista *Europe*, Mário Pinto de Andrade critica as posições de Tenreiro «*por ter passado a defender a política colonial portuguesa*» [cf. Andrade, 1961b: 3-25]. Sobre este mesmo assunto, ver também Laranjeira [1995a: 120].

Amílcar Cabral (1924-1973) [17], Agostinho Neto (1922-1979), Humberto Machado, Alda do Espírito Santo e Noémia de Sousa. Amílcar Cabral designará mais tarde o Centro de Estudos Africanos por «*movimento de reafricanização dos espíritos*» [cf. Andrade, 1997: 80].

Em Lisboa, as grandes influências literárias foram as de Nicolás Guillén (1903-1989), Léopold Sédar Senghor, Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Roy Albridge, Alan Paton, Politzer, Countee Cullen, Langston Hughes. A leitura e a circulação de livros eram formas de *consciencialização*. «*O nosso entusiasmo era de tal modo grande na nossa tomada de consciência, na nossa própria redescoberta dos nossos valores, que tudo girava à volta dos nossos conhecimentos dos livros que líamos... e dos poemas que sabíamos recitar*» [Andrade, 1997b: 110]. Mário Pinto de Andrade era o bibliotecário do grupo, pois tinha uma pequena mas rica biblioteca, que estava à disposição do grupo e não só [cf. Andrade, 1997b: 100].

Datam deste período os seus primeiros ensaios socioculturais, escritos com veia sociológica. Os textos que a

---

17 Agrónomo de profissão, foi fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ideólogo e doutrinador político e cultural, ensaísta e poeta. As suas *Obras Escolhidas*, em dois volumes [1977; 1978], foram organizadas e editadas por Mário Pinto de Andrade. No Centro de Estudos Africanos, Amílcar Cabral elaborou um programa de seminários, sobre os seguintes temas: «A economia social africana», «A consciência negra», «Os problemas dos territórios ultramarinos portugueses», «O homem africano no mundo», «Os problemas fundamentais do progresso do mundo africano» [cf. Oramas, 1988: 21].

seguir nomeio constituem, no seu conteúdo, o primeiro grupo de reflexões sociológicas de Mário Pinto de Andrade: «A expressão do Kimbundu» [1950a], «Questões de linguística Bantu» [1951-1952a], «O problema linguístico negro-africano» [1953b]. No âmbito da literatura, publicou «Aspectos da Literatura Negro-Africana» [1951d], «Literatura Negra e os seus problemas» [1950]), «A propósito de um poeta Cabo-Verdiano» [1951c], «Poesia Negra de Expressão Portuguesa» [1953c], «Uma nova poesia nasceu em África» [1955e], «Apresentação da literatura negra moderna» [1954b]. Uma boa parte destes trabalhos foram escritos e apresentados no âmbito das actividades do Centro de Estudos Africanos.

Terceira fase: os caminhos da grande aventura intelectual

Em 1954, Mário de Andrade parte para Paris (França), onde permanece até 1959. O exílio em Paris, nas suas próprias palavras, corresponde ao período da grande aventura intelectual: «*Paris, para mim, era a minha grande aventura, era a grande aventura intelectual*» [1997b: 109]. Em França, torna-se membro da Sociedade Africana de Cultura (SEA), trabalha como secretário particular de Alioune Diop (1907-1980) [18] e chefe de redacção da revista *Présence Africaine*. Caracterizara então o seu encontro com Alioune Diop como *uma grande revelação* [cf. Andrade, 1997b: 97].

---

[18] Humanista e ensaísta senegalês, fundador da revista *Présence Africaine*.

Na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade conhece e toma contacto com alguns dos grandes intelectuais da época: Aimé Césaire [19], Léopold Sédar Senghor [20], Cheik Anta Diop (1923-1986) [21], Ferdinand Oyono, Richard Wrigth, René Maran, Ezra Boto, Bernarde Dadié, Ray Autra, Albert Camus, Jean-Paul Sartre e René Depestre.

Na *Présence Africaine*, publica «Encruzilhada da literatura» [1954a], «Massacres à São Tomé» [1955b], «Qu'est-ce que le "Luso-Tropicalisme"» [1955a], «Crise de l' enseigne-

---

19 Intelectual e poeta da Martinica. Nasceu em 1913. «Pai da Negritude», inventou este termo em 1933, na sua obra literária *Cahier d'un retour au pays natal*. Foi deputado a Assembleia Nacional francesa e membro do Patido Comunista Francês. Como poeta, publicou *Les armes milaraculeuses* [1945], *Soleil coupé* [1948], *Corpus perdu* [1949], *Ferraments* [1960], *Cadastre* [1961], *Nória* [1976], *Moi, Laminaire* [1982]. Publicou cinco obras de teatro, *Et les chiens se taisaient* [1946], *La tragédie du roi Christophe* [1963], *Une saison au Congo* [1966] e *Une tempête* [1969], *Œuvres complètes* [1976]. Os seus ensaios mais conhecidos são: *Discours sur le colonialisme* [1955], *Sur la poésie nationale* [1955], Article «Césaire» *in L'Art poétique* [1956] e «Lettre à L. Kesteloot sur la poésie» (1956). Sobre a vida deste grande intelectual afro-americano, ver Georges Ngal, *Aimé Césaire. Un homme à recherche d'une patrie* [1994] e Nsolele Kimpuanza, «Aimé Cesaire, Pensamento Africano ... do pai da negritude» [1998].

20 Poeta, político e humanista senegalês, teórico do socialismo africano. Foi o primeiro presidente do Senegal.

21 Fundador da moderna historiografia e arqueologia africana. Egiptólogo, historiador, sociólogo e físico nuclear é autor de *Nations nègres et culture* [1954], *L'Unité culturelle de l'Afrique noire* [1959], *L'Afrique noire précoloniale* [1960], *Antériorité des civilizations nègres: mythe et vérité historique* [1967], *Civilisation ou barbarie* [1981], entre outras obras.

ment dans les colonies portugaises» [1956] e ainda, com a chancela de Pierre Jean Oswald a *Antologia de Poesia Negro-Africana de Expressão Portuguesa* [1958a], antecedida de um prefácio sociológico intitulado «Cultura negro-africana e assimilação» [1958b].

Um dos grandes acontecimentos deste período é a sua activa participação no Primeiro Congresso Mundial dos Homens de Cultura Negra, realizado em Paris (França), a 19 de Setembro de 1956. Mário Pinto de Andrade foi o secretário deste evento, que trinta e um anos depois, alguém o caracterizaria como tendo sido de importância singular para a história dos povos colonizados, em luta pela sua libertação política e cultural[22]. Estavam no congresso muitas das mais prestigiadas figuras negras do mundo das ideias, letras e artes, de entre as quais Alioune Diop, Aimé Césaire e Léopold Senghor. Num artigo intitulado «Há 31 anos renascia a cultura africana», publicado em Agosto de 1987, na revista moçambicana *Tempo*, Mário Pinto de Andrade fala do significado histórico deste grande evento cultural: «*Ele tinha por objectivo central inventariar as culturas negras, examinar as crises que as afectavam em função do racismo e do colonialismo e, enfim, perspectivar o futuro*» [1987a: 40]. Antes, em Abril de 1955, participara na Conferência de Bandung.

Paralelamente, Mário Pinto de Andrade frequenta o curso (que não chega a concluir, devido a ocupações profissionais) de sociologia do professor Georges Gurvitch

---

[22] Nota de apresentação do artigo de Mário Pinto de Andrade «Há 31 anos renascia a cultura africana» [1987a:40].

(1894-1965)[23], na Sorbonne. Mas segue o curso de sociologia de Roger Bastide[24] e se forma em sociologia, na especialidade de sociologia religiosa, na École Pratique des Hautes Études de Paris (Sorbonne) [cf. Andrade, 1997b: 115; Paulo, 1996: 57; Ramalho, 1990: 1].

Para João Carlos Paulo, em Paris, Mário Pinto de Andrade «*aprofunda o seu trabalho de reflexão sociológica, histórica e política*». Além disso, o exílio «*proporciona-lhe a radicalização do discurso e da acção política anticolonial, bem como a afirmação inequívoca de um posicionamento específico no quadro político-ideológico inerente à génese do nacionalismo angolano*» [Paulo, 1996: 57].

Quarta fase: entre a militância política activa e a *entourage*

Em 1957, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Amílcar Cabral, Guilherme do Espírito Santo e Marcelino

---

23 Sociólogo francês de origem russa. Organizou a elaboração e edição da obra *Tratado de Sociologia*, em dois volumes [tradução portuguesa, 1977].

24 Sociólogo francês, viveu alguns anos no Brasil, onde leccionou Sociologia na Universidade de São Paulo e contribuiu para a formação de alguns dos principais sociólogos brasileiros. Autor de vários livros, traduziu para a língua francesa, *Maîtres et Esclaves* [1952], o livro *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Obras principais: *Éléments de Sociologie Religieuse* [1935]; *Sociologie et Psychanalyse* [1950]; *Introdution à la recherche sur la interpretation de civilisation* [1950]; *Brésil, Terre des Contrastes* [1957]; *Le condomblé de Bahia* [1958]; *Les Religions Africaines au Brésil* [1960]; *Sociologie des Maladies Mentales* [1965].

dos Santos reúnem-se em Paris, em casa deste último. Nesta reunião, mais tarde chamada «Reunião de consulta e estudo para desenvolvimento da luta nas colónias portuguesas», tomou-se a decisão de criar uma organização unitária e fez-se uma primeira abordagem sobre as forças sociais que desencadeariam a luta armada e as mudanças revolucionárias nas então colónias portuguesas [cf. Andrade, 1997b: 124]. É um período (1957-1960) de transição e de explosão organizacional. Com a independência do Ghana (1957) e da Guiné-Conacry (1958), consolida-se a ideia do início da luta armada pela libertação dos países africanos sob domínio português.

Participa na 1.ª e na 2.ª Conferência de Escritores e Artistas Negros, realizadas respectivamente, em Paris (1956) e em Roma (1959). Pouco antes desta última, em 1958, participa com Viriato da Cruz e Marcelino dos Santos, no Congresso dos Escritores Afro-Asiáticos, que se realiza em Tachkent. Aqui conhece o sociólogo americano negro, pai do panafricanismo, William Du Bois (1868-1963)[25]. Sobre o seu encontro com este sociólogo negro-americano, Mário Pinto de Andrade presta o seguinte testemunho [1997b, 147]: «*havia uma figura, para mim histórica, para mim a grande*

---

[25] Escritor, jornalista, historiador, militante do movimento de emancipação dos negros, pai do pan-africanismo. De nacionalidade americana, primeiro sociólogo negro, professor de sociologia em universidades americanas. Fundou o primeiro Departamento de Sociologia na Universidade de Atlanta. Publicou *Dusk of Dawn. An Esaay Toward an Autobiography of a Race Concept* [1940], *Black Reconstruction. An Esaay Toward of the Part wich Black People Played in America* [1935], «The Crisis». *in Writings in Periodicals* [1911], *The Philadelphia Negro* [1899], «The Conservation of Races» [1897].

revelação deste congresso: William Du Bois, o líder do panafricanismo, que festejou os seus 90 anos [...]. *Foi a grande revelação, este contacto, que foi breve* [...], *mas era um acontecimento, para a nossa geração, termos estado perto do pai do panafricanismo, um homem que vinha de 1919, que no princípio do século, era já promotor dum congresso, um homem que atravessou o nosso século*».

Em Maio de 1960, Mário Pinto de Andrade chega à Guiné Conacri. No mesmo ano, na Câmara dos Comuns, em Londres, anuncia para breve o início da luta armada de libertação em Angola [cf. Barbeitos, 1990]. No mesmo ano, juntamente com Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Eduardo Santos e Azancot de Menezes, cria-se o primeiro Comité Director do MPLA, de que viria a ser o primeiro Presidente (1960-1962). Em 1962, cede voluntariamente o cargo a António Agostinho Neto. No entanto, é indicado secretário para as relações exteriores do mesmo Comité Director, cargo que ocupa até 1963.

É ainda neste período que colabora na criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN). Desenvolve acções no âmbito da luta anticolonial de todos os povos africanos sob domínio português. Aliás, como vimos antes, em 1957 já havia ajudado a criação do Movimento Anti-Colonialista (MAC), a partir de Paris. Em 1961, a FRAIN é substituída pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), organização que Mário Pinto de Andrade dirige, na sua qualidade de secretário-geral, durante muitos anos [cf. Barbeitos, 1990].

Neste âmbito, tal como constata João Carlos Paulo, Mário Pinto de Andrade «*tem um papel fundamental na denúncia internacional do colonialismo português e nas tentativas para definir estratégias concertadas por parte da Frelimo, do MPLA e do PAIGC. Entretanto, aprofunda o seu trabalho de reflexão sociológica, histórica e política*» [Paulo, 1996: 57]. Publica a *Anthologie de la Poesie Nègre d'Expression Portugaise* [1968b], estudos relativos à problemática sociocultural da formação das nações africanas, e *La Guerre en Angola* (em colaboração com Marc Ollivier) [1971a].

Ainda sob sua direcção, organiza nas décadas de 1960 e 1970, as seguintes publicações: *La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises*; *La conférence de Dar-es-Salaam,* Information CONCP [1966]; *Le Mozambique,* Information, CONCP; *São Tomé et Principe,* Information CONCP; *Angola,* Information CONCP; *Guiné Bissau / Cap Vert*, Information CONCP. Mais tarde, em 1975, as edições Maspero publicam o livro *Amilcar Cabral: Unité et lutte*, editado em dois volumes (1. L'Arme de la Théorie e 2. La pratique révolutionnaire), igualmente organizados sob direcção de Mário de Andrade.

Entre 1971 e 1972, esteve numa área sob controlo do MPLA, a base de Kitexe II, no leste de Angola. Em 1974, na sequência de uma crise interna no MPLA, Mário Pinto de Andrade posiciona-se na ala antipresidencialista, a chamada «Revolta Activa». Regressa ao país em 1975. Porém, a sua activa participação nesse movimento considerado fraccionista, leva-o a viajar para a Guiné-Bissau.

Quinta fase: o Internacionalismo

Como acabei de referir, Mário Pinto de Andrade foi uma das figuras mais destacadas da «revolta activa». Na sequência do agravamento dos conflitos no interior do MPLA, Mário Pinto de Andrade partiu para a Guiné-Bissau. Segundo Arlindo Barbeitos, «*este confronto o persuadiu, de acordo com a sua convicção funda e experiência prévia, de africano disponível para outras batalhas no seu continente*», e se dedica à Guiné-Bissau sobre a qual, em 1974, prepara um interessante estudo sociológico, *A guerra do Povo na Guiné-Bissau*, apresentado ao 24.° Congresso Internacional de Sociologia, realizado em Argel, em Março de 1974.

Na Guiné-Bissau, Mário Pinto de Andrade desempenhou as funções de Coordenador-Geral do Conselho Nacional da Cultura (1974-1978) e Ministro de Informação e Cultura (1978-1980). Juntou-se aos elementos do PAIGC em 1974, ainda em Madina do Boé, onde funcionava provisoriamente o governo da Guiné-Bissau, antes do reconhecimento de Portugal, que veio a ocorrer apenas a 19 de Setembro de 1974.

Nesse país, a sua actividade foi intensa. Segundo o sociólogo guineense Carlos Lopes, citado pelo jornalista português António da Conceição Tomás, ele esteve na origem de todos os movimentos culturais da Guiné-Bissau, nos primeiros anos da independência: publicou as primeiras antologias poéticas, lançou a revista do PAIGC «*O Militante*» («na qual surgiram as primeiras análises de carácter social»), *criou o grupo de ballet «A Pátria Amada»*

e o Instituto Nacional do Cinema, *para além de ter realizado os primeiros seminários de linguística* [cf. Tomás, 1998: 22]

Neste período, publicou a *Antologia temática da poesia negra de expressão portuguesa* (em 2 volumes: Na Noite Grávida de Punhais, [1975a] e O Canto Armado, [1979c]) e *Amílcar Cabral - Ensaio de Biografia Política* [1980c].

Ao caracterizar a contribuição de Mário de Andrade à historiografia da literatura africana, o professor Manuel Ferreira considera que «*a Mário de Andrade se deve essencialmente uma obra de historiador e ensaísta. A ele se debita ainda o ter sido o mais lúcido divulgador da literatura africana de expressão portuguesa, através de antologias que vão desde o Caderno de poesia negra de expressão portuguesa [1953], de colaboração com Francisco José Tenreiro, passando pela* Antologia de poesia negra de expressão portuguesa [Paris, 1958] *até a mais recente, Antologia temática africana - I. A sua actividade junta-se, ainda que fugaz, à de contista e poeta, de que conhecemos apenas a "Canção de Sabalu", o drama do contratado angolano*» [1996: 24-25].

Sexta fase: o exílio para a eternidade

Depois da experiência guineense, viveu sucessivamente em Paris, Lisboa e Maputo. Na capital francesa, Mário Pinto de Andrade escreveu e defendeu, em 1983, uma tese de mestrado (DEA), na École des Hautes Études

en Sciences Sociales[26]. Foi consultor da UNESCO, professor na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo e Investigador do Centro de Estudos Africanos da mesma Universidade. «*Os últimos dias de vida reflectem a coerência e o carácter trágico deste percurso individual: "cidadão honorário" de todas ex-colónias portuguesas de África, sem documento de cidadão angolano. Mário de Andrade morre quando preparava as edições da sua tese sobre a génese do nacionalismo em África e de uma colectânea de poesia africana, ao mesmo tempo que liderava, em conjunto com Gentil Viana e Adolfo Maria, o grupo que tinha por objectivo constituir uma "mediação angolana" para o processo de pacificação em Angola*» [cf. Paulo, 1996: 57; Barbeitos, 1989].

Mário Pinto de Andrade faleceu em Londres, no dia 25 de Agosto de 1990, com documento cabo-verdiano. Deixou duas filhas: Ana Ginga (nascida em Moscovo) e Henda (natural de Rabat). Estas só conheceram Angola no dia do enterro de seu pai. Sobre esta situação, Henda diria que «*foi uma grande derrota na minha vida, conhecer Angola no dia do enterro, porque sempre pensei que no dia em que fosse para Angola, ia com ele ao Golungo Alto*» [citada por Tomás, 1998: 25]. Como ele próprio um dia escreveu no seu poema «Canção de Sabalu»: «*Nosso filho*

---

26 Cf. Mário Pinto de Andrade, *Libération Nationale et Idéologie. Études des Idéologies des Mouvements Africains de Libération Nationale Émergeant de la Lutte contre la Domination Coloniale Portugaise*. Memória de DEA, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1983.

não voltou / A morte levou-o / Aiué /Mandaram-no p'ra S.Tomé».

Mário Pinto de Andrade foi cidadão de África. Em vida, tal como escreve António da Conceição Tomás, serviu-se de vários passaportes: da Guiné-Bissau, da Guiné-Conacri, de Marrocos, de Cabo Verde, «*alguns com outro nome, mas quase todos identificando-o como escritor. Estranhamente, ironias da história, o fundador do moderno movimento nacionalista angolano nunca conseguiu um passaporte angolano*» [Tomás, 1998: 25].

Sete anos após a sua morte, são publicadas duas obras fundamentais de Mário Pinto de Andrade: *Origens do Nacionalismo Africano* [1997a] e *Uma entrevista a Michel Laban* [1997b]. O Ministério da Cultura da República de Angola, através do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), instituiu o prémio bienal «Mário Pinto de Andrade», como incentivo à pesquisa e à investigação científica.

Anexo II

Bibliografia de Mário Pinto de Andrade

«Para atingir a universalidade o capital de conhecimento deve alimentar-se de dados específicos»

in Mário Pinto de Andrade
A Guerra do Povo na Guiné-Bissau, p. 9.

1997a. *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

1997b. *Uma entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

1995a. «A literatura negra e os seus problemas», *in* Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 385–390.

1995b: «Poesia negro-africana de expressão portuguesa», *in* Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 391-395.

1994. «Literature d'Angola. Afrique Noire Écrite, XXème siècle», *in Dictionnaire Universel des Littératures*, Paris, Presse Universitaires de France, 1994, p. 155.

1990. «As Ordens do Discurso do "Clamor Africano". Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário», *Estudos Moçambicanos*, n.° 7, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 7-27.

1989a. «Proto-nacionalismo em Moçambique. Um estudo de caso: Kamba Simango (1890-1967)», *Arquivo*, n.° 6. (Maputo), Outubro, pp. 127-148. [Tema de uma palestra proferida em Maputo, República de Moçambique, aos alunos do Instituto Superior de Relações Internacionais, a 30 de Agosto de 1989].

1989b. «Consciência Histórica, Identidade e Ideologia na Formação da Nação», in *A Construção da Nação em África. Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné -Bissau, Moçambique e S. Tomé e Principe.* Colóquio INEP / CODESRIA / UNITAR, Bissau, INEP, 1989, pp. 63-75.

1987a. «Há 31 anos renascia a cultura africana» [Entrevista], *Tempo* (Maputo) n.° 884, 20 de Setembro de 1978, pp. 40-43.

1987b. «La Dimension Culturelle dans la Stratégie de la Liberation Nationale», in *Pour Cabral. Symposim International Amílcar Cabral*, Praia, Cabo Verde, 17-20 de Janeiro de 1983, Paris, Présence Africaine, pp. 189-202.

1985. «Ideologias da Libertação Nacional». Textos de apoio ao curso do mesmo nome, realizado entre 6 de Maio e 19 de Julho de 1985 na Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane [em co-autoria com Maria do Céu Carmo Reis].

1984. «Identidade, Poder Cultural e Democracia», *Tempo* (Maputo), 5 de Fevereiro [extractos da comunicação apresentada ao Simpósio Internacional sobre Amílcar Cabral, realizado na Praia, Cabo Verde, de 17 a 20 de Janeiro].

1983a. *Libération Nationale et Idéologie. Études des Idéologies des Mouvements Africains de Libération Nationale Émergeant de la Lutte contre la Domination Coloniale Portugaise.* Memória do DEA, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

1983b. «La Dimension Culturelle dans la Stratégie de Liberation Nationale», *Ethiopiques*, I, nº 3-4, pp. 147-161.

1982a (2ª edição). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa.* Prefácio de Manuel Ferreira. Lisboa, Editora África [em co-autoria com Francisco Tenreiro].

1982b. «Communication for cultural decolonization in África», *Cultures* (Paris), 8, n.º 3, pp. 15-25.

1981. *La problemátique culturelle des États émergeant des luttes de libération nationale*, Paris, UNESCO.

1980a. «Sociologie de la Guerre du Peuple», *in* Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de Biographie Politique*, Paris, François Maspero, pp. 93-102.

1980b. «Viabilité de la Sociologie de la Guerre», *in* Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de Biographie Politique*, Paris, François Maspero, pp. 103-134.

1980c. *Amílcar Cabral. Essai de Biographie Politique*, Paris, Éditions Maspero.

1979a. *Antologia Temática de Poesia Africana*. Volume II, O Canto Armado, Prefácio do Autor. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

1979b. *Para a definição de uma política nacional de informação*. Bissau, Edições Nô Pintcha.

1978a. «Prefácio» a *Discurso sobre o Colonialismo* de Aimé Césaire, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 5-11.

1978b. «O que é o Lusotropicalismo?», *in* Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?* (I), Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 225-233.

1978c. «Metodologia da Recolha das Tradições Orais», *O Militante* (Bissau), n.º 9, pp. 53-58.

1977a. «Literatura Africana e Consciência Nacional», *Raízes* (Praia), 4, Outubro-Dezembro, Praia, pp. 54-65.

1977b. «A Cultura na Problemática da Libertação Nacional e do Desenvolvimento, à luz do Pensamento Político de Amílcar Cabral», *Raízes* (Praia), 1, Janeiro-Abril, pp. 3-19 [em colaboração com Arnaldo França].

1977c: «Poesia africana de combate. Farol da Liberdade», *Nô Pintcha*. Suplemento cultural (Bissau), 293, p. 1.

1977d. «Os Poemas da Nova África», *Movimento* (São Paulo), 4 de Julho.

1976a. *Antologia Temática de Poesia Africana*. Volume I, Na Noite Grávida de Punhais. Prefácio do Autor, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

1976b. «Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos», *Nô Pintcha* (Bissau), 12 de Setembro, pp. 6 e 9.

1975. *A Guerra do Povo na Guiné-Bissau*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

1974a. *Culture et Liberation Nationale en Afrique*, Paris, Unesco.

1974b. «O Canto Armado do Povo Angolano». Prefácio ao livro de Costa Andrade, *Poesia com Armas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

1974c. «Amílcar Cabral et la Guerre du Peuple», *Afrique--Asie* (Paris), nº 66, pp. VI-X.

1973a. «A Geração de Cabral», s. l., Instituto Amizade, PAIGC.

1973b. «Amílcar Cabral: Profil d'un Revolutionnaire Africain», *Présence Africaine* (Paris), Nouvelle série bilingue, n.º 86, 2ème trimestre.

1971-1972. «Mbunda. A questão da Etnia e da Nação na Luta de Libertação Nacional». Inquérito na base de Quitexe II. Estudo inédito [mimeografado].

1971a. *La Guerre en Angola. Étude Socio-Économique* (en collaboration avec Marc Ollivier), Paris, Editions Maspero. [Tradução em português, Lisboa, 1974].

1971b. «Nouveau Langage dans L'Imaginaire Angolais», Prefácio ao livro de Luandino Vieira *La Vraie Vie de Domingos Xavier, suivi de Le Complet de Mateus, Récits angolais*. Tradução de Mário Pinto de Andrade e Chantal Tiberghiendo. Paris, Présence Africaine. [Tradução portuguesa «Uma nova linguagem no imaginário angolano», in *Jornal de Angola*, 7 de Setembro de 1997].

1970a. «Antar-Chaka: vers un thèatre épique pour les peuples africains». Prefácio ao livro de C. Néné-Khaly Camara: *Continent-Afrique. Amazontou*. Paris, Pierre Jean Oswald.

1970b. «Les Guérilleros, le Portugal et l'Afrique du Sud», *Politique Aujourd'hui*, Juillet-Août, pp. 151-159.

1969a. «La Poésie Africaine d' Expression Portugaise». Prefácio do Autor a obra *La Poésie Africaine d'Expression Portugaise. Évolution et Tendances Actuelles*, Paris.

1969b. «Colonialisme, Culture et Révolution». *Tricontinental*, 3, p. 79.

1969c. *Poesia Africana di Rivolta*. Laterza, Bari [coautoria com Giusseppe Tavani].

1969d. «Prefácio» ao livro *Poesia Africana de Revolta*. Laterza, Bari [co-autoria com Giusseppe Tavani].

1968a. «La Lutte de Libération Nationale dans les Colonies Portugaises. Fondements unitaires», in *La Conférence de Dar-Es-Salaam, Argélia*, Information CONCP.

1968b. «La Poésie Africaine d'Expression Portugaise. Évolution et Tendances Actuelles», *Présence Africaine* (Paris), n.º 65, pp. 51-68.

1968c. «Castro Soromenho», *Révolution Africaine* (Alger).

1968d. «Cultura y Lucha armada», *RC*, n.º 5, pp. 5-8.

1968e. «Correntes da Prosa Africana de Expressão Portuguesa», Prefácio ao livro *Literatura Africana de Expressão Portuguesa*, Argel.

1967a. *Literatura Africana de Expressão Portuguesa. Poesia. Antologia Temática*. Prefácio ao livro «A poesia africana de expressão portuguesa: Evolução e tendências actuais», 2.ª edição, Argel.

1967b. *Literatura Africana de Expressão Portuguesa*. Volume 2. Prosa. Páginas Escolhidas. Prefácio do Autor «Correntes da Prosa Africana de Expressão Portuguesa», Argel.

1967c. *Literatura Africana de Expressão Portuguesa*, Argel, CEA.

1966. «Le Mouvement de Liberation Nationale dans les Colonies Portugaises», *Partisans*, n.° 29-30, pp. 99-104.

1964 «Angola. Agonie de l'Empire et Crise du Nationalisme», *Remarques Congolaises et Africaines*, n.° 14, 11 de Julho, pp. 323-338.

1964. «La Crise du Nationalisme Angolais», *Révolution Africaine*, 17 de Junho.

1963a. «La Révolution Angolaise», *Présence Africaine* (Paris), n.° 45, pp. 105-126.

1963b. «L'Angola et le Probléme de l'Unité». *Partisans*, n.° 10, Mai-Juin, pp. 90-98.

1962a. *Liberté pour l'Angola*, Paris, François Maspero.

1962b. «Le Nationalisme Angolais», *Présence Africaine* (Paris), n.° 42, 1962, pp. 5-24 [tradução em língua inglesa: «Angolense nationalism», *Présence Africaine* (Paris), n.° 42-43, volume 14-15, pp. 7-23, Third Quaterly].

1962c. «Literature et Nacionalisme en Angola», *Présence Africaine* (Paris), n.° 41, pp. 91-99. [Original em língua inglesa «Literature and Nationalism in Angola», *Présence Africaine* (Paris), n.° 41, volume 13, pp. 115-122, Second

Quaterly (material baseado numa conferência proferida na Universidade Colúmbia, Nova Iorque, em 11 de Janeiro de 1962)].

1961a. *A Literatura do Mundo Negro. Antologia poética.* Prefácio de Pier Paolo Pasolini, Roma [em colaboração com Léonard Sainville].

1961b. «Écrivains Noires d'Expression Portugaise», *Europa* (Paris), n.° 381, Janeiro, pp. 3-25.

1961c. *Litteratura Nera. La Poesia*, volume I. Prefácio de Pier Paolo Pasolini, Roma, Editori Riuniti.

1961d. *Litteratura Nera. La Prosa*, volume II. Prefácio de Léonard Sainville. Roma, Editori Riuniti.

1961e. «Poètes Noires d'Expression Portugaise», *Europe* (Paris), v. 9, n.° 381, Janeiro, pp. 3-10.

1959a. «Por Detrás da Cortina da Mentira e do Medo. Inquietações e Vagas de Terror em Angola», in Lúcio Lara, *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA Através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, volume I (até Fevereiro 1961). Luanda, Edição de Lúcio e Ruth Lara, 1997, pp. 460-463 [publicado inicialmente no periódico francês *La Guche*].

1959b. «L'Esprit de Tachkent», *Vois Nouvelles*, n.° 8.

1959c. «Le Problème du Développement de la Culture des Peuples Noirs» Inédito. [Texto escrito para a revista *Neue Deutshe Literatur* (Berlim), que o não publicou].

1958a. «Cultura Negro-Africana e Assimilação», *in* Mário de Andrade *Antologia de Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Prefácio do Autor. Paris, Pierre Jean Oswald.

1958b. *Antologia de Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Prefácio do Autor. Paris, Pierre Jean Oswald.

1958c. «Muimbo ua Sabalu», *in* Mário de Andrade *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Paris, Pierre Jean Oswald.

1956-1957. «Le Manifeste de "Conscience Africaine"», *Présence Africaine* (Paris), 2ème série, n.º XI, Décembre 1956 - Janvier 1957.

1956. «Crises de l'Enseignement dans les Colonies Portugaises», *Présence Africaine* (Paris), 2ème série, n.º XI, Décembre 1956 - Janvier 1957 [sob o pseudónimo de Buanga Fele].

1955a. «Qu'est que c'est le Luso-Tropicalisme?», *Présence Africaine* (Paris), n.º 4, pp. 24-25. [Tradução em língua portuguesa: 1978. «O que é o Lusotropicalismo?», *in* Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?*, Volume I. Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 225--233].

1955b. «Massacres à São Tomé», *Présence Africaine* (Paris), Avril-Juillet.

1955c. «Nota Crítica a "Minha Terra e Minha Dama", de Geraldo Bessa Víctor», *Itinerário* (Lourenço Marques), Julho-Agosto, pp. 8-9.

1955d. «Nicolás Guillén, Poeta Cubano» (entrevista), *O Comércio do Porto* (Porto), 23 de Agosto, p. 5.

1955e. «Uma Nova Poesia Nasceu em África», *Anhembi* (São Paulo), Junho, pp. 124-130 [conferência proferida no Ateneu, a convite da Casa dos Estudantes de Império, Coimbra, 1953].

1955f. «Equívocos do Senhor Gaspar Simões a Propósito do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*». [Resposta à recensão crítica de João Gaspar Simões, produzida para ser publicada no *Diário Popular* de 9 de Setembro de 1955. Publicação recusada pela redacção desse jornal].

1954a. «Paris, Encruzilhada da Literatura», *O Comércio do Porto* (Porto), 12 de Outubro, p. 5.

1954b. «Apresentação da Literatura Negra Moderna», *O Comércio do Porto* (Porto) 10 de Agosto, p. 5.

1954c. «Poesia Negro-Africana de Expressão Portuguesa», *Província de São Pedro* (Porto Alegre), n.° 19, pp. 123-132.

1954d. «A Propósito da Teoria Linguística de Marcel Cohen», Lisboa, Maio [inédito].

1954e. «Uma Entrevista com Castro Soromenho», *Magazine da Mulher* (Lisboa), n.º 38.

1953a. *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* Lisboa, Gráfica Portuguesa [em colaboração com Francisco José Tenreiro]; [Reeditado em 1982, com Prefácio de Manuel Ferreira, Lisboa, Editora África - Literatura, Arte e Cultura (ALAC)].

1953b. «Esquema do Problema Linguístico Negro-Africano» *Vértice* (Coimbra), volume XIII, n.º 114, Fevereiro, pp. 102-104.

1953c. «Poesia Negra de Expressão Portuguesa». [Prefácio ao opúsculo *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (em colaboração com Francisco José Tenreiro), produzido em Lisboa entre Abril e Julho].

1953d. «Les Étudiants Noires Parlent...», *Présence Africaine* (Paris), Cahier spécial, nº 14 [em colaboração com Francisco José Tenreiro, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Alda Graça do Espirito Santo].

1952a. «Do Preconceito Racial e da Miscegenação». Palestra proferida no Centro de Estudos Africanos, Lisboa [inédito].

1952b. «Questões de Linguística Bantu», *Mensagem* (Luanda).

1952c. «Eme Ngana, eme Muene», *Mensagem* (Luanda), n.º 2-4, Luanda.

1952d. «Bicho do Mato», *Itinerário* (Lourenço Marques), ano XI, p. 119.

1951-1952a. «Questões de Linguística "Bantu". I - Da posição do kimbundu nas línguas de Angola», *Mensagem* (Luanda), Ano I, n.º 1, Janeiro-Setembro de 1951, p. 6; Ano II, n.º 2-3-4, Outubro de 1951, Janeiro-Abril de 1952, pp. 31-32; 38.

1951-1952b. «A Literatura Negra e os seus Problemas» I, II, *Mensagem* (circular), ano III, 12 e 13 (Janeiro-Julho de 1951 e Janeiro de 1952), Lisboa, CEI, pp. 1-3 e 11-14.

1951a. «História das Colonizações em África: o passado Ante-Europeu». Intervenção no Centro de Estudos Africanos, Lisboa, 16 de Dezembro [inédito].

1951b. «Literatura Negra e os seus Problemas», *Jornal Tribuna* [Comentário à palestra proferida no Centro de Estudos Africanos pelo Dr. Thomé Agostinho das Neves].

1951c. «A Propósito de um Poeta Caboverdiano», *Magazine da Mulher* (Lisboa), 14 de Outubro.

1951d. «Aspectos da Literatura Negro-Africana». Palestra proferida na Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 27 de Maio [inédito].

1951e. «A Imprensa Angolana e a Nossa Cultura», Janeiro [inédito].

1950a. «A Expressão do Kimbundu». Palestra proferida na Casa dos Estudantes do Império (CEI), Lisboa, 2 de Abril [inédito].

1950b. «O Folclore na Cultura Bantu». Lisboa, 10 de Outubro. [Inédito. Texto escrito para o boletim literário *Meridiano*, que não o publicou].

[s. d.] «Contribution des Hommes de Culture à l'Évolution de la Conscience Politique en Angola», *Mélanges*, Présence Africaine (Paris), p. 153.

[s. d.] «Raízes Culturais do Nacionalismo Angolano (1950-1960). Plano» [dactilorafado][1].

---

1 Contém uma lista de bibliografia selectiva elaborada pelo autor, compreendendo um período da sua produção intelectual que vai de 1950-1960 (textos que integram este trabalho, segundo uma ordenação temática). O plano inclui outras referências bibliográficas selectivas da sua produção intelectual até o ano de 1981.

Referências Bibliográficas

«Qual via? A praxis, que é o campo priviegiado da reflexão teórica, constantemente alimentada e corrigida pela experiência. A opção metodológica [...]: *partir da análise concreta da realidade económica, social e cultural (logo histórica) do país em mutação, assimilando o que é assimilável das experiências revolucionárias levadas a cabo no Mundo»*

in Mário Pinto de Andrade
A Guerra do Povo na Guiné-Bissau, p. 21.

I - Bibliografia sobre Mário Pinto de Andrade

AGUALUSA, José Eduardo. 1990a «Mário de Andrade. Retrato inacabado», *Público* (Porto), 13- de Setembro, p 12.

AMADO Jorge. 1962. «Conversa com Buanga Fêlê, também conhecido como Mário de Andrade, chefe da luta em Angola», *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), Setembro, pp. 25-30. [Entrevista do escritor brasileiro com o líder nacionalista angolano. Fala do papel do Brasil na descolonização de Angola].

ANDRADE, Costa. 1991. «Mário Pinto de Andrade. Um dos criadores do nacionalismo angolano moderno», *in Jornal de Angola*, ano 15, n.° 5.117, de 15 de Agosto. [Depoimento recolhido por Norberto Costa, por ocasião do 1.° aniversário do passamento físico de Mário Pinto de Andrade].

BARBEITOS, Arlindo. 1990. «Mário Pinto de Andrade». Elogio fúnebre lido no funeral de Mário Pinto de Andrade [mimeografado].

CASTRO, M. Werneck. 1962. *Dos caminhos da revolução africana*. Rio de Janeiro, IBEAA, 110 p. [Contém uma entrevista com Mário Pinto de Andrade, que fala sobre a internacionalização do conflito angolano].

COSTA, Norberto. 1997. «Prémio Mário de Andrade. Uma louvável iniciativa», *Magazine do Desmobilizado* (Luanda*)*, nº 5, Julho-Agosto-Setembro, Luanda, pp.54-55.

FERREIRA, Manuel. 1982 (2.ª edição). «Metamorfose e Premonição». Prefácio a Francisco Tenreiro e Mário Pinto Andrade, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa,* Lisboa, Editorial África - Literatura, Arte e Cultura (ALAC), pp.13-39.

FIGUEIREDO, António de. 1990. «Mário de Andrade. Pionner of many trends», *West Africa.*

GOMES, Aldónio e CAVACAS, Fernanda. 1997. «Mário de Andrade», *in* Aldónio Gomes e Fernanda Cavaca, *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 259-260 [verbete].

GONÇALVES, Américo. 1998. «O fim de uma geração engajada e o empobrecimento geral de Angola. Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista para ler e meditar», *Angolense* (Luanda*)*, Ano 1, n.º 10, 10.ª semana, pp. 20-22.

GUERRA, João Paulo. 1994. «De Mário de Andrade a Agostinho Neto», *in Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, 127-131 [verbete].

INALD. 1997. *Prémio Mário Pinto de Andrade. Ensaio.* Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco. [Anúncio e regulamento do prémio, seguidos de uma nótula biográfica de Mário Pinto de Andrade].

JOSÉ, Lourenço. 1988. «Lançados livros de Mário Pinto, ontem no Instituto Camões», *Jornal de Angola* (Luanda), Ano 22, n.º 7.104, 23 de Abril, p. 13.

KAJIBANGA, Víctor. 2000a. *Sobre a Sociologia de Mário Pinto de Andrade.* Informe apresentado ao Conselho Científico Especializado «Teoria, Metodologia e História da Sociologia» da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», Moscovo, 26 p. [em língua russa].

KAJIBANGA, Víctor. 2000b. *Pensamento Sociológico de Mário Pinto de Andrade*, Moscovo, Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», 178p. [original mimeografado, em língua russa].

KAJIBANGA, Víctor. 2000c. «Mário Pinto de Andrade. Subsídios para o Estudo do Seu Retrato Social e Intelectual», *in* Inocência Mata & Laura Cavalcante Padilha (Coordenadoras), *Mário Pinto de Andrade - Um Intelectual na Política*, Lisboa, Edições Colibri [no prelo].

KAJIBANGA, Víctor. 1999a «A Sociologia da Cultura Africana na Obra de Mário Pinto de Andrade», *Africana Studia. Revista Internacional de Estudos Africanos*

(Porto), n.º 1, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Fundação Engenheiro António de Almeida, pp. 123-141.

KAJIBANGA, Víctor. 1999b. *A Doutrina Sociológica de Georges Gurvitch e sua Influência na Formação do Pensamento Sociológico de Mário Pinto de Andrade*, Moscovo, Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», 107p. [original mimeografado, em língua russa].

KAJIBANGA, Víctor. 1998b. «A questão da ruptura e da continuidade (proto)nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade. Uma contribuição à leitura sociológica do programa de pesquisa do 2.º volume da obra *Origens do Nacionalismo Africano*». [Conferência proferida na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, por ocasião do 70.º aniversário natalício de Mário Pinto de Andrade, Luanda, 21 de Agosto].

KIMPUANZA, Nsolele (em colaboração com a BBC). 1997. «Filha de Mário de Andrade afirma "Voltar ao Golungo Alto era desejo do meu pai"», *Folha 8 – Bissemanário de Informação Geral* (Luanda), n.º 264, 28 de Novembro, pp. 10-11.

LARA, Lúcio. 1997. *Um Amplo Movimento. Itinerário do MPLA Através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara*, volume I (até Fevereiro de 1961), Luanda, edição Lúcio e Ruth Lara. [Contêm inúmeras referências a Mário Pinto de

Andrade, dezasseis cartas de Mário Pinto de Andrade, das quais, quinze dirigidas a Lúcio Lara (escritas entre 1959--1960) e uma a Viriato da Cruz (com a data de 26 de Agosto de 1959); oito cartas dirigidas a Mário Pinto de Andrade, sendo sete do remetente Lúcio Lara (escritas no período entre 1959-1960) e uma de Viriato da Cruz, com data de 18 de Março de 1960. Vide pp. 63, 96, 169, 201, 202, 230, 235-6, 262, 283, 305, 317, 337, 341, 437].

MARGARIDO, Alfredo. 1998. «Três Livros para Esclarecer a História Contemporânea», *in Sonangol Revista* (Luanda), Ano I, II Série, n.º 3, Maio, pp. 67-69.

MARGARIDO, Alfredo. 1978a. «Alienação, Independendenismo, Negritude, Mulatismo e Negrismo nas Poesias Africanas de Expressão Portuguesa», *in* Alfredo Margarido, *Estudo sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp.79-86.

MARGARIDO, Alfredo.1978b. «Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. Da Negritude ao Combate», *Diário Popular*, 15 de Junho. [Texto republicado no seu livro *Estudo sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 129-134].

MARGARIDO, Alfredo. 1969. «Poesia». *Antologia Temática, Literatura Africana de Expressão Portuguesa*», *in* Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 73-77. [Recensão à *Antologia Temática de Poesia Africana de Expressão Portuguesa* de Mário Pinto de Andrade, Argel, 1967].

MARIA, Pombal. 1988. «Redescobrir o Intelectual Mário Pinto de Andrade - 70.º aniversário», *Folha 8 – Bissemanário de Informação Geral* (Luanda), n.º 335, 21 de Agosto de 1998, pp. 14-15.

MARTINS, Afonso. 1998. «Uma homenagem ao movimento político-cultural "Vamos Descobrir Angola"», *Angolense* (Luanda), ano I, n.º 21, 21.ª Semana, pp. 19-21.

MATA, Inocência & PADILHA Laura Cavalcante (Org.). 2000. *Mário Pinto de Andrade - Um Intelectual na Política*, Lisboa, Edições Colibri [no prelo].

MENEZES, Hugo de Azancot. 1998. «Silêncios e mentiras sobre o MPLA», *Diário de Notícias* (Lisboa), 15 de Janeiro, p. 10 [1].

MIXINGE, Adriano. 1998. «Mário Pinto de Andrade: nas origens de um vulcão», *Jornal de Angola* (Luanda), Ano 24, n.º 7596, 30 de Agosto.

MOSER, Gerald e FERREIRA, Manuel. 1983. «ANDRADE Mário Coelho Pinto de («Buanga Felé»)», *in* Gerald Moser e Manuel Ferreira, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 77-78, 314 [verbete].

---

[1] Neste artigo, Hugo Azancot de Menezes pronuncia-se sobre a entrevista que Mário Pinto de Andrade concedeu a Michel Laban [Andrade, 1997b].

NEVES, António Loja. 1997. «A Outra História Colonial», *Expresso* (Lisboa), 25 de Outubro, pp. 94-97 [recensão ao livro de Mário Pinto de Andrade *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Dom Quixote, 1997].

NEVES, António Loja. 1997. «Raíses anticoloniais», *Expresso*, 25 de Outubro, pp. 98-99. [Recensão ao livro de Mário Pinto de Andrade *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Dom Quixote, 1997].

PARREIRA, Adriano. 1998. «Mário Pinto de Andrade. A propósito de dois livros seus lançados em Luanda», *Vida & Cultura. Suplemento de Artes, Letras e Ideias do Jornal de Angola* (Luanda), ano 23, n.° 7.470, Domingo, 26 e 3 Abril, pp. II-III.

PAULO, João Carlos. 1996. «ANDRADE, Mário Coelho Pinto de», *in* Fernando Rosa e J. M. Brandão, *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 56-57 [verbete].

PEREIRA, José Maria Nunes. 1990. «O Legado de Mário Andrade», *Estudos Afro-Asiáticos* (Rio de Janeiro), n.° 19, Cadernos Cândido Mendes, publicado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, pp. 217-219.

RAMALHO, Vítor. 1990. «Mário de Andrade. A Liberdade Morre no Exílio», *Congresso Permanente*, Vozes da Sociedade Civil Angolana (Lisboa), n.° 1, Novembro, pp. 1 e 7.

RÊGO, Víctor Cunha e MORAIS João M. Tito de. 1962. *Angola através dos textos*. São Paulo, Felman-Rêgo, 223p. [Contém uma entrevista de Mário de Andrade sobre a política colonial portuguesa dessa época].

TOMÁS, António da Conceição. 1998. «A grande aventura do nacionalismo angolano», *Pública*, 8 de Fevereiro pp. 18-25. [Textos dedicados a Mário Pinto de Andrade e de recensão ao livro *Origens do Nacionalismo Africano*].

VILANOVA, João Maria. 1990. «Na despedida de Mário de Andrade», *Jornal África* (Lisboa), 19 de Setembro, p. 37.

VOLÓDIA, Mateus. 1999. «Mário Pinto de Andrade nasceu há 71 anos. Intelectual e combatente da luta Armada de Libertação de Angola», *Angolense* (Luanda), ano II, n.º 65, 21 a 28 de Agosto, p. 6.

VOLÓDIA, Mateus. 1998. «Dúvidas, interrogações e certezas de um processo político conturbado. Leituras sobre a produção escrita relativa à génese do MPLA», *Angolense* (Luanda), Ano II, n.º 33, 49.ª Semana, pp. 20-24.

II - Outras referências bibliográficas

AGBLEMAGNON, Ferdinand. N'Sougan. 1984. *Sociologie des Societés Orales d' Afrique Noire*, Paris, Éditions Silex, 1984.

ALEXANDRE, Valentim. 1993. «Ideologia, Economia e Política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», *Análise Social* (Lisboa), volume XXVIII, n.º 123-124.

AMARAL, Ilídio do. 1996. «O Homem e a Sociedade em Regiões Tropicais: o Caso Brasileiro, Segundo Gilberto Freyre», *Garcia de Orta*, Série Geografia (Lisboa), 15 (1), pp. 1-12.

AMARAL, Ilídio do. 1960. *Aspectos do Povoamento Branco de Angola.*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar [Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 74].

AMARAL, Ilídio do. 1959. «Subsídios para o Estudo da Evolução da População de Luanda. *Garcia de Orta* (Lisboa), volume 7, n.º 2, pp. 211-226.

AMARAL, Ilídio do. 1983. «Luanda e os seus "musseques". Problemas de geografia urbana», *Finisterra* (Lisboa), XVIII, 36, pp. 293-325.

ANDRADE, Costa. 1977. *Poesia com Armas. Poemas.* Prefácio de Mário Pinto de Andrade. União dos Escritores Angolanos, Luanda.

ANDRADE, Fernando Costa. 1962. «L'Angolanité de Agostinho Neto et António Jacinto. Deux Expressions de l'Angolanité», *Présence Africaine* (Paris), 42, 3° trimestre, pp. 76-91.

ARENDT, Hannah. 1978. *O Sistema Totalitário*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.

ASSIS JÚNIOR, António. 1934 (1979, 2.ª edição). *O Segredo da Morta. Romance de Costumes Angolenses.* Prefácio de Henrique Guerra. Luanda, União dos Escritores Angolanos [Precursores].

ASSIS JÚNIOR, António. 1917. *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala.*

ASSIS JÚNIOR, António. S.d. *Dicionário Kimbundu-Português.* Luanda.

BALANDIER, Georges. 1982 (4.ª edição). *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire. Dynamique Sociale en Afrique Centrale.* Paris, Presses Universitaire de France.

BANTON, Michael., s.d., *A Ideia de Raça*, Lisboa, Edições 70.

BASTIDE, Roger. 1979. «O Luso Tropicalismo», *in* Roger Bastide, *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Editora Perspectiva, pp.77-83.

BASTIDE Roger. 1965. *Sociologie des Maladies Mentales.*

BASTIDE, Roger. 1960. Les Religions Africaines au Brésil, Paris.

BASTIDE, Roger. 1958. *Le Candomblé de Bahia*, Paris.

BASTIDE, Roger. 1957. *Brésil, Terre des Contrastes*, Paris.

BASTIDE, Roger. 1950. *Introduction à la Recherche sur la Intérpretation de Civilisation*, Paris.

BASTIDE, Roger. 1950. Sociologie et Psychanalyse, Paris.

BASTIDE, Roger. 1935. Éléments de Sociologie Religieuse Paris.

BENDER, Gerald J. 1980. *Angola sob o Domínio Português: Mito e Realidade*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

BOAS, Franz. 1938. *Questiones Fundamentales de Antropologia Cultural,* Buenos Aires.

BOXER, Charles Ralph. 1977. *Relações Raciais no Império Colonial Português 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977.

CABRAL, Amílcar. 1976. *A Arma da Teoria. Obras Escolhidas de Amílcar Cabral.* Volume I. Unidade e Luta, I. Lisboa, Seara Nova.

CABRAL, Luís. 1984. *Crónicas de Libertação*. Lisboa, Edições O Jornal.

CAETANO, Marcelo. 1956. *Problemas político e sociais da actualidade portuguesa*. Discurso proferido na sede da União Nacional em 17 de Outubro.

CALDAS, João Costa. 1982. *Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do perfil do «Colono-Tipo»*, Lisboa.

CARDOSO, Boaventura. 1977. *Dizanga dia Muenhu*, Luanda, União dos Escritores Angolanos [Contemporâneos].

CARDOSO, Boaventura. 1980. *O Fogo da Fala. Exercícios de Estilo*. Prefácio de Fernando J. B. Martinho. Luanda, União dos Escritores Angolanos [Contemporâneos].

CARDOSO, Carlos Lopes (direcção). 1962-1963. *Carta Étnica de Angola. Esboço*. Luanda, Divisão de Etnologia e Etnografia do Instituto de Investigação de Angola (IICA) [Stencilado].

CARREIRA, António. 1984 (2.ª edição). *Cabo Verde. Aspectos Sociais. Secas e Fomes do século XX*, Lisboa, Ulmeiro.

CARRILHO, Maria. 1970. *Sociologia da Negritude*, Lisboa, Edições 70.

CARVALHO, Paulo de. 1991. *Estrutura Social e Linguagem. O Caso da Angola Colonial*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Paulo de. 1987. *Struktura Spoleczna Spoleczenstwa Kolonialnego Angoli*, Varsóvia, Universidade de Varsóvia [em língua polaca].

CHATELAIN, Héli. 1894. *Folk-Tales of Angola. Fifty Tales with Kimbundu Literal and English Translaction, Introduction and Notes* collected by Héli Chatelain. Boston and New York, The American Folk-lore Society. [Tradução portuguesa: 1964. *Contos Populares de Angola,* Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 507 p].

COELHO, Virgílio. [no prelo]. *A Sociedade Tŭmŭndò-ngò Antiga*. Comunicação apresentada na conferência «Banto into Black: Central Africans in the Atlantic Diaspora, Howard University, Washington, D.C., 16-18 de Setembro de 1999.

COELHO, Virgílio. [no prelo]. *O Rio Kwanza da «Barra» ao Dondo. História, Tradições, Costumes e Sistemas de Pensamento das Populações do Baixo-Kwanza*, Luanda, Editorial Kilombelombe, Lda., 120p.

COMAS, Juan *et alli*. 1970. *Raça e Ciência*, *I*, São Paulo, Editora Perspectiva.

COSTA, Luiz J. Manuel. 1994. «A Sociologia em Angola: Posições e Proposições», *Ngola. Revista de Estudos Sociais* da Associação de Antropólogos e Sociólogos de Angola (Luanda), I (1), 1997, pp. 71-126.

CUNHA, Silva. 1952. *O Sistema Português de Política Indígena*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

DAVIDSON, Basil. S.d. Révolution em Afrique, la libération de la Guiné-portugaise. Paris, Éditions du Seuil.

DECOUFLÉ, André. 1974. *Sociologia das Revoluções*, Lisboa, Livraria Bertrand.

DINIZ, José de Oliveira Ferreira. 1918. *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 756p.

DINIZ, José de Oliveira Ferreira. 1915. *Etnografia dos Povos de Angola*, Luanda, Secretaria dos Negócios Indígena do Governo Geral da Província de Angola, 85p.

DU BOIS, W. E. B. 1940. *Dusk of Dawn. An Esaay Toward an Autobiography of a Race Concept*, Nova York, Harcourt, Race and Company. [Republicado com uma introdução de Herbert Aptheker Milwood. Nova York, Kraus-Thomson Organization Limited, 1975].

DU BOIS, W. E. B. 1935. *Black Reconstruction. An Esaay Toward of the Part wich Black People Played in America*, 1860-1880. Nova York, Russel and Russel.

DU BOIS, W. E. B. 1911 «The Crisis». *in Writings in Periodicals,* Edited by W.E.B. Du Bois: Vol. I: 1911-1925. Compilado e organizado por Herbert Aptheker Milwood. Nova York, Kraus-Tomson Organization Limited, 1983.

DU BOIS, W. E. B. 1899. *The Philadelphia Negro*, Philadelphia.

DU BOIS, W. E. B. 1897. «The Conservation of Races». *American Negro Academy Occasional Papers*, n. 2, 1897. Republicado em W.E.B. Du Bois Speaks. Speeches and Addresses 1890-1919. Org. Philip S. Foner. Nova York: Patfinders Press, 1970, pp. 73-85.

DUNN, I. C. *et alli*. 1960. *Raça e Ciência*, *II*, São Paulo, Editorial Perspectiva.

DURKHEIM, Émile. 1995. *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.

ERVEDOSA, Carlos. 1980. *Arqueologia Angolana*, Lisboa, Edições 70.

ERVEDOSA, Carlos. 1974. *Roteiro da Literatura Angolana*, Luanda, Sociedade Cultural de Angola.

ERVEDOSA, Carlos. 1973. *Breve Resenha Histórica da Literatura Angolana*, Luanda, Universidade de Luanda.

ERVEDOSA, Carlos. 1972. *Itinerário da Literatura Angolana*, Luanda, Culturang.

ERVEDOSA, Carlos. 1962. *Literatura Angolana. Resenha Histórica*, Lisboa, Casa dos Estudantes do Império (CEI).

FERREIRA, Manuel. 1986 (2.ª edição). *Literatura Africana de Expressão Portuguesa,* tomo II., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP).

FREYRE, Gilberto. 1961. *O Luso e o Trópico. Sugestões em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: o Lusotropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FREYRE, Gilberto. 1953. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Introdução a uma Possível Lusotropicologia, acompanhada de Conferências e Discursos proferidos em Terras Lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

FREYRE, Gilberto. 1940. *O Mundo que o Português Criou. Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*. Prefácio de António Sérgio. Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa Grande e Senzala. Função da Família Brasileira sobre o Regime de Economia Patriarcal*, Rio de Janeiro.

GEERTZ, Clifford. 1978. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar.

GRANAI, Georges. 1977. «Sociologia da Linguagem», *in* Georges Gurvitch, *Tratado de Sociologia*, tomo II, São Paulo, Livraria Martins Fontes; Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 353-386.

GURVITCH, Georges. 1977. *Tratado de Sociologia*, tomo II, São Paulo, Livraria Martins Fontes; Lisboa, Iniciativas Editores

HAMILTON, Russel G. 1981. *Literatura Africana, Literatura Necessária, I – Angola*, Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD).

HERSKOVITS, Melville J. 1948. *Antropologia Cultural*, São Paulo, Mestre Jou.

KAJIBANGA, Víctor. 1994. «Contributo ao Debate sobre a Angolanidade», *Jornal de Angola* (Luanda), Ano 19, n.º 6.150, 4 de Setembro.

KANDJIMBO, Luís. 1997. *Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica*. Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD).

KANDJIMBO, Luís. 1990a. «O Problema do Estatuto e da Ordem do Discurso Crítico em "Uma perspectiva etnológica da literatura angolana"», *África* (Lisboa), 21 de Março.

KANDJIMBO, Luís. 1990b. «Angolanidade: um Pressuposto ou Conceito?», *África* (Lisboa), 5 de Dezembro.

KASACK, Sebastian. 1996. «Os musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano», *Garcia de Orta* (Lisboa), 15 (1), pp. 65-78.

KROEBER, Alfred. 1945. *Antropologia Generale*, México, Fondo de Cultura Económica.

JORGE, Manuel. 1997. *Pour Comprendre l'Angola*, Paris, Présence Africaine.

LABAN, Michel. S.d. *Angola. Encontro com os Escritores*, volume I, Porto, Fundação Eng.° António de Almeida, pp. 139-179.

LAKATOS, Maria. 1990. *Sociologia Geral*, São Paulo, Atlas.

LARANJEIRA, Pires. 1995a. *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Dissertação de Doutoramento em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Porto, Edições Afrontamento.

LARANJEIRA, Pires. 1995b. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989 (4.ª edição). *Raça e História*, Lisboa, Editorial Presença.

LIMA, Mesquitela. 1965. «Migração e Povoamento. O Fenómeno Cultural Português». [Conferência proferida no dia 6 de Maio de 1965, integrada nas comemorações da Semana do Ultramar, na Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), em Luanda].

LIMA, Mesquitela. 1964. *Alguns Aspectos Sociológicos da Colonização*. Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA).

LIMA, Mesquitela. 1964. «Esboço de Destribuição Étnica de Angola», *in Focus. Enciclopédia Internacional*, Volume I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 188- -189.

LINTON, Ralph. 1967. *Cultura e Personalidade*, São Paulo, Mestre Jou.

LOPES, Carlos.1982. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné Bissau*, Lisboa, Edições 70.

MACEDO Jorge. 1977. *Gente do Meu Bairro*. Luanda, União dos Escritores Angolanos.

MACEDO Jorge. 1980. *Geografia da Coragem*. Luanda, União dos Escritores Angolanos.

MACEDO, Jorge Borge de. 1989. «O Luso-Tropicalismo de Gilberto Freire. Metodologia, Prática e Resultados», *Revista - ICALP* (Lisboa), n.º 15, Março, pp. 131-156.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1962. *Uma Teoria Científica da Cultura*, Rio de Janeiro.

MARGARIDO, Alfredo. 1980. *Estudos sobre Literaturas Africanas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Regra do Jogo.

MAUNIER, René. 1931. *Sociologie Coloniale*, 2 volumes, Domat-Montchréstien.

MEDINA, João. 1994. *História de Portugal Contemporâneo. Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta.

MENEZES, Filinto Elísio de. 1949. *Apontamentos sobre a Poesia de Angola*, Luanda, Sociedade de Cultura de Angola.

MFOULOU, Jean. 1986. *L'OUA. Triomphe de l'Unité ou des Nationalismes? Essai d'une Sociologie Politique de l'Organisation de l'Unité Africaine*, Paris, L'Harmattan.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. 1973. *A Família nos Musseques de Luanda. Subsídios para o seu Estudo*. Luanda, Fundo de Acção Social no Trabalho de Angola.

MOREIRA, Adriano. 1961. *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

MOREIRA, Adriano. 1965. «As Elites da Província Portuguesa de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)», *Garcia de Orta* (Lisboa), IV (2).

MOSER, Gerald e FERREIRA, Manuel. 1983. *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

MUNANGA, Kabengele. 1988. *Negritude. Usos e Sentidos*, São Paulo, Editora Ática.

NETO, Agostinho. 1959. *Sobre a Poesia Angolana*. Luanda, União dos Escritores Angolanos (UEA), 1988.

NETO, Maria da Conceição. 1997. «*A propósito do Lusotropicalismo. Ideologia e Contradições da Colonização de Angola no Século XX*». [Conferência académica proferida no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), de Luanda, no dia 17 de Janeiro].

NETO, Maria da Conceição. 1993. «"Assimilados", "crioulos" e outros indígenas», *Correio da Semana* (Luanda), 25 de Abril, p. 7.

NEVES, Fernando. 1975. *Negritude, Independência, Revolução. As ex-colónias Portuguesas e o seu Futuro*. Paris, Edições Etc.

NGANGA, João Paulo. 1996. *Preto no Branco. A Regra e a Excepção*. Prefácio de Boaventura de Sousa Santos, Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD).

NGONDA, Lucas. 1995. «A integração das comunidades rurais na economia colonial de mercado». [Comunicação apresentada no Encontro dos Economistas dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Rio de Janeiro, 12 a 15 de Janeiro].

OBENGA, Théophile. 1985. *Les Bantu. Langues, Peuples, Civilizations,* Paris, Présence Africaine.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1990. *Reler África.* Apresentação, Revisão e Nota Bibliográfica de Heitor Gomes Teixeira, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1987. *A Formação da Literatura Angolana (1850-1950).* Tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1981. *Alguns Aspectos da Administração de Angola em Época de Reformas (1834-185),* Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1974. «Para uma Perspectiva Crioula da Literatura Angolana: "O Repositório das Coisas Angolenses" de J. D. Cordeiro da Matta», *Gil Vicente* (Braga).

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1970. «O Primeiro Livro de Poemas Publicado na África Portuguesa», *O Acidente* (Lisboa), Vol. LXXIX.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1968. *Luanda «Ilha» Crioula*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. 1966. *Colaborações Angolanas no «Almanaque de Lembranças, 1851-1900»*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

OLIVEIRA Mário António Fernandes de. 1961. *A Sociedade Angolana do Fim do Século e um seu Escritor*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

ORASMAS, Óscar. 1998. *Amílcar Cabral, para além do seu tempo*. Lisboa, Hugin.

PAIGC [Partido Africano Independente da Guiné e Cabo Verde]. 1974. *Balanço de vinte anos de luta*, Praia, SIP, PAIGC.

PEREIRA Aristides. 1976. *Balanço de 20 anos de Luta pela Libertação Nacional da Guiné e Cabo Verde*. Bissau, PAIGC.

QUIPUNGO, José. 1987. *Teologia e Cultura no Contexto Socio-Político de Angola*, São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior.

REDFIELD, Robert. 1949. *Civilização e Cultura de Folk*, São Paulo, Martins Editora.

REDINHA, José. 1975. *Etnias e Culturas de Angola*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA) e Banco de Angola, 448 p.

REDINHA, José. 1974. (1.ª edição, 1962). *Distribuição Étnica de Angola*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), 35 p.

REX, John. 1998. *Raça e Etnia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

ROCHA Jofre. 1976. *Estórias dos Musseques*. Luanda, União dos Escritores Angolanos.

ROCHER, Guy. 1989 [4.ª edição]. *Sociologia Geral. Mudança Social e Acção Histórica*. Lisboa, Editorial Presença.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.). 1996. «ANDRADE, Joaquim Pinto», in *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 56-57 [verbete].

SILVA, António Duarte. 1996. «Acto Colonial», *in* Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 20-22.

SILVA, A. E. Duarte. 1989. «Salazar e a política colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951)», *in* AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa.

SOARES, Francisco. 1996. *A Autobiografia Lírica de «M. António». Uma Estética e uma Ética da Crioulidade Angolana*. Évora, Pendor.

SOW, Alpha I. *et alli*. 1980. *Introdução à Cultura Africana*. Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD).

TENREIRO, Francisco José. 1942. *Ilha de Nome Santo*, Coimbra, Col. Novo Cancioneiro Poesia.

TENREIRO, Francisco José. 1963. «Processo Poesia», *Mensagem* (Lisboa), ano XV, 1 Abril, pp. 4-10.

TENREIRO Francisco José. 1961. *A Ilha de São Tomé. Estudo Geográfico*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

TRIGO, Salvato. 1998. «O musseque da escrita ao texto», *Vida & Cultura Suplemento de Artes, Letras e Cultura do Jornal de Angola* (Luanda), Ano 23, n.º 7.393, 8 de Fevereiro, p. III. [Publicado originalmente em *Angolê. Artes & Letras*, Janeiro-Março, 1987, p. 5].

TYLOR Sir Edward B. 1871. *Primitive Culture*, Londres, J. Murray [em 2 volumes].

UNIVERSIDADE DE ÉVORA (Org.). 1993. *Convergência de Raças e Culturas. Biologia e Sociologia da Mestiçagem. Actas do Encontro Internacional de Évora*, 17-18 de Junho de 1988.

VANSINA, Jan. 1982. «A Tradição Oral e sua Metodologia», *in* Ki-Zerbo Joseph (coordenador). *História Geral da África – I. Metodologia e Pré-história da África*, São Paulo, Ática; Paris, UNESCO, pp. 157-179.

VENÂNCIO, José Carlos. 1996. *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos,* Lisboa, Vega.

VENÂNCIO, José Carlos. 1990a. «Algumas Notas sobre o Conceito de Angolanidade», *África* (Lisboa), 28 de Fevereiro.

VENÂNCIO, José Carlos. 1990b. «Ainda a Propósito do Conceito de Angolanidade», *África* (Lisboa), 22 de Agosto.

VENÂNCIO, José Carlos. 1987. *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana,* Lisboa, Ulmeiro.

VIEIRA, Luandino. 1974. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier,* Lisboa, Edições 70 [Contos].

VIEIRA, Luandino. 1964. Luanda, ABC [Contos].

VIEIRA, Luandino. 1957. *A Cidade e a Infância. Contos.* Luanda, Cadernos Nzamba.

VIEIRA, Luandino. s.d. *Vidas Novas,* Paris, Ed. Anticolonial [edição não revista pelo autor].

WHITE, Leslie. 1960. «O Conceito de Cultura», *in Educação e Ciências Sociais*, VIII, n.º 14, pp. 17-56.

ZIÉGLER, Jean. 1964. *Sociologie de la Nouvelle Afrique*, Paris, Gallimard.

Agosto de 1998, por ocasião do 70.º aniversário natalício de Mário Pinto de Andrade [no prelo].

• 1999a. «**A Sociologia da Cultura Africana na Obra de Mário Pinto de Andrade**», *in Africana Studia. Revista Internacional de Estudos Africanos* (Porto), n.º 1, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto; Fundação Eng.º António de Almeida, pp. 123-141.

• 1999b. ***A Doutrina Sociológica de Georges Gurvitch e sua Influência na Formação do Pensamento Sociológico de Mário Pinto de Andrade***. Moscovo, Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», 107 p. [em língua russa, mimeografado].

• 2000a. ***Sobre a Sociologia de Mário Pinto de Andrade***. Informe apresentado ao Conselho Científico Especializado (Teoria, Metodologia e História da Sociologia) da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», Moscovo, 26 p. [em língua russa, mimeografado].

• 2000b. ***Pensamento Sociológico de Mário Pinto de Andrade***. Moscovo, Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo «M. V. Lomonosov», 178 p. [em língua russa, mimeografado].

• 2000c. «**Mário Pinto de Andrade. Subsídios para o Estudo do seu Retrato Social e Intelectual**», in Inocência Mata & Laura Cavalcante Padilha (Coordenadoras), ***Mário Pinto de Andrade – Um Intelectual na Política***. Lisboa, Edições Colibri [no prelo].

ESTUDOS E DOCUMENTOS - ENSAIO – 25

«[...] Com esta obra, o Prof. Doutor Víctor Kajibanga penetra profundamente no centro da problemática das questões que fizeram de Mário Pinto de Andrade um sacerdote exegético da sociologia das lutas nacionalistas dos povos sob dominação portuguesa, pela transformação da mística ideológica do luso-tropicalismo em um outro humanismo. O autor trata com rara percepção e rigor a questão dos conceitos e com invulgar erudição as grandes questões que preocupavam as gerações da luta pela emancipação do continente africano: a ruptura do nacionalismo com o mundo das concepções luso-tropicalistas e, em geral, com o colonialismo; a emergência do moderno nacionalismo africano, passando pela análise de questões inerentes ao pensamento protonacionalista, a problemática da simbiose entre língua(s) e cultura(s) africana(s), indigenato e assimilacionismo; emancipação, identidade e angolanidade. Estes são os temas fundamentais que dominaram a sociologia de Mário Pinto de Andrade como as grandes questões da sua época, que o Professor Kajibanga traz agora com particular realce para a compreensão das gerações emergentes no período pós-independente e de todos aqueles que procuram, de modo avisado, penetrar no labirinto da história do pensamento sociológico angolano».

Do «Prefácio», pelo sociólogo
e professor universitário
Lucas Ngonda

Instituto Nacional das Indústrias Culturais (INIC)